Jornal O DIA SP

www.jornalodiasp.com.br QUINTA-FEIRA, 26 DE AGOSTO DE 2021 Nº 24.981 Preço banca: R$ 3,50

Percentual de famílias brasileiras com dívidas chega a 72,9%

O percentual de famílias brasileiras com dívidas continuou em alta no mês de agosto e atingiu 72,9%, um novo recorde mensal. O dado faz parte da Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (Peic), divulgada na quarta-feira (25) pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC).

Os pesquisadores explicam que endividamento é diferente de inadimplência, quadro que se configura quando as dívidas estão em atraso. Em agosto, um em cada quatro brasileiros (25,6%) não estava conseguindo quitar as dívidas no prazo, percentual que se mantém estável em relação a julho e é 1,1% menor que em agosto de 2020.

"Vale notar que o crédito não é necessariamente um vilão à economia, ele potencializa o consumo das famílias, assim como suporta iniciativas empreendedoras, tão importantes para os informais, hoje em dia. Entretanto, tendo em conta o contexto do endividamento elevado, especialmente pelas compras no cartão de crédito, e com a crise sanitária ainda promovendo incertezas no desempenho econômico, são imperativos mais rigor e planejamento das famílias com as finanças", diz um trecho da pesquisa. Página 3

Mortes mantêm queda, mas Delta requer cautela, segundo Fiocruz

Página 14

Faturamento da indústria de máquinas cresceu 7,1% em julho

Página 3

Papa Francisco lamenta hipocrisia na Igreja

O papa Francisco considerou que a "hipocrisia da Igreja" é "particularmente detestável" e lamentou que infelizmente haja "muitos cristãos e ministros hipócritas".

O pontífice dedicou a catequese de quarta-feira (25), durante a audiência-geral realizada na Sala Paulo VI, ao "comportamento reprovável" que é a hipocrisia e que se encontra tanto "no local de trabalho quanto em políticos que vivem de uma forma em público e de outra na vida privada".

Francisco falou a várias centenas de fiéis que assistiram à audiência com máscaras, mas sem guardar distância de segurança para prevenir o contágio de covid-19. Página 3

Ministro da Saúde confirma dose de reforço de vacina para idosos

Foto: Walter Campanato/ABr

Página 14

Saúde convoca 1,27 milhão de faltosos de 2ª dose para concluir vacinação

A Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo faz um novo alerta na terça-feira (24) aos 1,27 milhão de faltosos que ainda não compareceram aos postos para tomar a segunda dose das vacinas contra COVID-19 para que concluam sua imunização.

O balanço de hoje contabiliza 715 mil pessoas que ainda precisam completar o esquema vacinal com o imunizante do Butantan/Coronavac, outras 511 mil da Fiocruz/Astrazeneca/Oxford e 47,7 mil de Pfizer. Por isso, a pasta reforça as orientações para que as pessoas retornem aos postos. Página 2

Brasil vive consolidação da energia nuclear, diz Bento Albuquerque

O Brasil vive um momento promissor para a consolidação da energia nuclear no país. A conclusão é do ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque. Segundo ele, o Ministério de Minas e Energia (MME) governo tem dado passos importantes, em coordenação com demais áreas de governo, para promover a expansão deste tipo de energia na matriz energética brasileira e seus desdobramentos em diversas aplicações para benefício da sociedade.

Albuquerque lembrou que em julho o diretor-geral da Agência Internacional de Energia Atômica, embaixador argentino Rafael Grossi, esteve no Brasil e visitou diversas instalações nucleares. Página 3

Países ocidentais aceleram retirada afegã ao ver prazo chegar ao fim

Nações ocidentais se apressavam para retirar pessoas do Afeganistão na quarta-feira devido à aproximação do prazo final de 31 de agosto, e crescem os temores de que muitos poderiam ficar à mercê de um destino incerto sob os novos governantes do Talibã.

Em uma das maiores pontes aéreas do tipo, os Estados Unidos e seus aliados já retiraram mais de 70 mil pessoas, incluindo seus cidadãos, funcionários da Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan) e afegãos em perigo, desde 14 de agosto, um dia antes de o Talibã chegar à capital Cabul para encerrar 20 anos de presença militar estrangeira. Página 3

Previsão do Tempo

Quinta: Sol com algumas nuvens. Não chove.

34º C
18º C

Manhã Tarde Noite

Fonte: Climatempo

DÓLAR

Comercial
Compra: 5,21
Venda: 5,21

Turismo
Compra: 5,12
Venda: 5,38

EURO
Compra: 6,13
Venda: 6,13

Esporte

FIA F-3: Caio Collet quer "recomeço" em Spa e volta ao pódio

Nas temporadas 2019/20, o brasileiro Caio Collet tornou-se recordista na F-Renault Eurocup, como o piloto a marcar pontos no maior número de corridas consecutivas, ficando 34 vezes seguidas entre os 10 primeiros. Por isso, foi realmente incomum o que aconteceu com o paulista de 19 anos na última etapa da FIA Fórmula 3, no mês passado, na Hungria.

Pela primeira vez em 2021, Collet não marcou pontos em nenhuma das três corridas da etapa. Página 6

Foto: Dutch Photo Agency

Kiko Porto volta a acelerar neste final de semana em New Jersey

Foto: Calvin Baker Photography

A USF2000, depois de mais de um mês sem acelerar nas pistas dos Estados Unidos, volta a ser disputada neste final de semana no New Jersey Motorsports Park, localizado em Millville, no estado de Nova Jersey (EUA). Esta será a sétima etapa do calendário e terá o piloto pernambucano Kiko Porto acelerando nas três provas do fim de semana.

Atualmente, o jovem piloto é o líder do campeonato com 297 pontos, apresentando uma vantagem de 19 pontos em relação ao segundo colocado. Página 6

Rip Curl WSL Finals vai promover uma decisão inédita dos títulos

Pela primeira vez em 45 anos de história, os títulos mundiais serão disputados pelos top-5 do ranking e quatro surfistas da seleção brasileira da WSL estão na briga. O inédito Rip Curl WSL Finals será realizado no melhor dia do mar no período de 9 e 17 de setembro, nas ondas de alta performance de Lower Trestles, em San Clemente, na Califórnia. Gabriel Medina, Italo Ferreira e Filipe Toledo, encabeçam o ranking masculino e serão os últimos a entrar no sistema mata-mata da competição. Tatiana Weston-Webb é a vice-líder e vai disputar a bateria que definirá a adversária da líder, Carissa Moore, na decisão do título feminino. Página 6

Três equipes levaram a Mitsubishi ao pódio em categorias diferentes

Foto: Magnus Tonnato

Vencedores *na Production*

Deu Mitsubishi em primeiro lugar em três categorias do Rally dos Sertões 2021! Durante dez dias de desafio, foram percorridos 3.615 quilômetros por sete estados do nordeste brasileiro.

Pilotos e navegadores levaram a marca dos três diamantes ao lugar mais alto do pódio nas categorias: Production, com a Mitsubishi L200 Triton Sport R, conduzida pelo piloto Luis Carqueijo e o navegador Igor Quirmenbach de Carvalho. Página 6

Governo de SP inicia 3ª dose para idosos no dia 6 de setembro

O Governador João Doria anunciou na quarta-feira (25) a ampliação da campanha contra a COVID-19 com a terceira dose da vacina para idosos com 60 anos ou mais a partir do dia 6 de setembro. Inicialmente, a medida deve atender 900 mil pessoas protegidas com a segunda aplicação de qualquer imunizante há pelo menos seis meses.

"Desde a semana passada, o Comitê Científico vem discutindo com a área da Saúde a proteção das pessoas com mais idade. Essa decisão foi finalizada hoje pela manhã para aumentar a proteção das pessoas com mais de 60 anos", disse o Governador. "É uma importante decisão tomada pelo Governo do Estado de São Paulo", acrescentou Doria.

A extensão da campanha foi avalizada pelo Comitê Científico de São Paulo. O objetivo principal é garantir proteção adicional à população mais vulnerável a variantes mais contagiosas do coronavírus, como a delta. O Governo do Estado também pediu mais vacinas ao Ministério da Saúde para antecipar a segunda dose dos públicos restantes.

"Além de proteger a população adulta com a cobertura de segunda dose, é importante também aumentar a proteção dos grupos mais vulneráveis que têm maior chance de, eventualmente, ter um quadro mais grave, com uma dose adicional. Após seis meses, há evidência de uma possível queda de proteção e isso se aplica a todos os imunizantes", afirmou Paulo Menezes, Coordenador do Comitê Científico.

De acordo com a Secretaria de Estado da Saúde, até esta quarta há 266 amostras positivas da variante delta em todo o território paulista. A estratégia do Governo de São Paulo é assegurar que os índices epidemiológicos e de ocupação hospitalar continuem em queda e evitar a propagação de novas variantes.

"O fato dela ter uma característica de disseminação muito maior que as cepas anteriores faz com que esse olhar de atenção e antecipação se faça necessário", destacou o Secretário da Saúde Jean Gorinchteyn.

A Secretaria da Saúde também já preparou uma nova carteira de vacinação para os idosos que vão receber a terceira dose a partir de setembro. Não haverá necessidade de novo cadastro no Vacina Já (www.vacinaja.sp.gov.br) para a dose adicional, bastando comparecer a qualquer posto de vacinação com o comprovante do esquema de imunização completo há seis meses.

Vacinômetro

Até as 13h35 desta quarta-feira, o Vacinômetro apontava 74,49% da população paulista protegida com ao menos uma dose contra a COVID-19, o equivalente a pouco mais de 33,34 milhões de pessoas. Em relação à população adulta, São Paulo já vacinou 97,53% dos habitantes com 18 anos ou mais com pelo menos uma aplicação.

O esquema vacinal completo de duas doses ou aplicação única da Janssen alcançou 34,08% da população. Desde o último dia 18, a imunização em São Paulo também passou a atender jovens a partir de 12 anos de idade.

SP atinge 82,8 milhões de doses da vacina do Butantan entregues ao Ministério da Saúde

O Governador João Doria acompanhou na manhã de quarta-feira (25) a entrega de mais 4 milhões de doses da vacina do Butantan ao Programa Nacional de Imunizações (PNI). Com o novo lote, o Governo de São Paulo e o Instituto Butantan chegam à marca de 82,8 milhões de imunizantes fornecidos ao Ministério da Saúde para vacinação de brasileiros.

O total de liberações já feitas representa mais de 80% das 100 milhões de doses contratadas pelo Ministério da Saúde para a vacinação de brasileiros em todo o país.

A entrega de quarta-feira, faz parte da leva de vacinas fabricadas com o lote recorde de Insumo Farmacêutico Ativo (IFA) entregue pela farmacêutica Sinovac ao Butantan no dia 13 de julho. Na ocasião, chegou ao IB um total de 12 mil litros da matéria-prima usada para a fabricação dos imunizantes.

A matéria-prima foi envasada no complexo fabril do Butantan, na zona oeste da cidade de São Paulo, e passou por etapas como embalagem, rotulagem e controle de qualidade das doses.

As vacinas liberadas fazem parte do segundo contrato firmado com o Ministério da Saúde, de 54 milhões de doses.

CESAR NETO

www.cesarneto.com

CÂMARA (São Paulo)

Independentemente do julgamento do colega Faria de Sá (PP) - que lembrou que em 1999-2000 o prefeito Pitta era chamado de "preto de alma branca", o Vereador Gilberto Jr. (líder PSC) e corregedor vai propor melhorias no bem confuso texto que trata das Éticas no Parlamento paulistano

.

PREFEITURA

O prefeito Ricardo Nunes (MDB) terá papel importante nas composições a partir da maior cidade brasileira pras eleições à Assembleia paulista e à Câmara dos Deputados 2022. São muito boas suas relações com os presidentes dos partidos que estiveram com ele nas eleições 2020, especialmente ...

.

(São Paulo)

... alguns dos presidentes dos seguintes partidos na capital : DEM - vereador Milton Leite, PP - delegado e deputado estadual (ALESP) Olim, PSC - vereador Gilberto Nascimento Jr., Podemos - Gabriel Melo, marido da deputada federal Renata Abreu e PL - vereador Isac Felix, que agora é presidente

.

ASSEMBLEIA (São Paulo)

Quem vai completar 6 meses na direção de Comunicação do maior e mais importante Parlamento estadual brasileiro é Leonardo Liebana. O jovem jornalista veio da prefeitura de Votuporanga. Aos 34 de idade, ele trabalha pra concretizar o slogan da ALESP na era digital : "mais que perto, juntos"

.

GOVERNO (São Paulo)

João Doria (PSDB liberal de centro) anunciou pra 6 (setembro) 2021 o início da 3ª dose das vacinas contra o mutante Corona vírus (Covid 19) pra homens e mulheres com 60 ou acima de 60 anos de idade. Em tempo : pode ser qualquer delas, desde que tenham se passado 6 meses da 2ª dose

.

CONGRESSO (Brasil)

O senador-presidente Pacheco (ainda no DEM - ex-PFL - mas indo pro PSD do Kassab pra ser candidato à Presidência 2022) fechou questão de não aceitar o pedido de Impeachment pedido por Bolsonaro contra o ministro (Supremo) Alexandre de Moraes por não respeitar a Constituição (1988)

.

PRESIDÊNCIA (Brasil)

Jair Bolsonaro sabe que os governadores que tão dizendo querer se encontrar com ele pra selar uma trégua entre os Poderes brasileiros só o fazem por medo de terem suas Polícias Militares jogando contra eles nas eleições 2022. O Presidente comemora ter ao lado o governador mineiro Zema

.

PARTIDOS

Ex-ministro na Justiça Eleitoral (TSE), o advogado Admar Gonzaga 'abandonou' os Bolsonaro em relação a ter o Patriota - do afastado da direção Adilson Barroso - como partido pra chamar de seu nas eleições 2022. Gonzaga substabeleceu pro colega Alexandro Carracena (foi Secretário de ...

.

(Brasil)

... Ordem Pública de Crivella na prefeitura do Rio) as ações dos processos que estão em 2 Varas Cíveis do Tribunal de Justiça do DF, nos quais o Barroso foi afastado da direção do Patriota por convocar convenções sem respeitar o Estatuto e afastar ilegalmente membros eleitos do diretório nacional

.

M Í D I A S

Cesar Neto é jornalista e colunista de política. Publica sua coluna na imprensa (São Paulo - Brasil) desde 1993. Via Internet desde 1996, cesarneto.com se tornou uma referência das liberdades possíveis. Recebeu Medalha Anchieta (Câmara paulistana) e Colar de Honra ao Mérito (Assembleia paulista)

.

Twitter @cesarnetoreal

cesar@cesarneto.com

Uso da máscara faz casos de sarampo caírem em São Paulo

As estratégias de imunização contra o sarampo e o uso de máscaras aliado a outras medidas sanitárias preventivas adotadas durante a pandemia de covid-19 contribuíram para a diminuição do número de casos de sarampo, que desde o ano passado caiu 99,5% no estado de São Paulo. Segundo dados do governo estadual, em 2021, até 10 de agosto, foram registrados cinco casos de sarampo nas cidades de São Bernardo do Campo, Campinas, Americana, Altinópolis e São Paulo.

Todos os casos ocorreram em crianças, sendo que dois foram na faixa de 6 a 11 meses, quando a aplicação da vacina tríplice viral deve ocorrer. Os outros três ocorreram com crianças na faixa de 1 a 9 anos, que também podem receber as doses, caso não tenham sido contempladas quando bebês. Nenhum deles tinha esquema vacinal completo e havia histórico de comorbidades.

Os dados também indicam que até 10 de agosto de 2020 foram 772 casos e 1 óbito. No decorrer de todo o ano, houve 883 casos, em todas as regiões do estado. Desse total, 354 casos foram em crianças menores de 9 anos (40%), e o único óbito registrado foi também nesta faixa etária. Entre o público de 1 a 29 anos a prevalência da doença era de 38% dos casos registrados em 2020, enquanto em 2019, quando a circulação chegou a o pico, era de 80% dos 17.976 contaminados e 61% dos 18 óbitos registrados no período. Foram vacinadas 4,7 milhões de pessoas. Já em 2020, foram 2 milhões.

Contaminação e evolução

Assim como a covid-10, o sarampo é uma doença transmitida pelas gotículas de saliva com partículas do vírus dispersas em aerossol, o que favorece a transmissibilidade - cada infectado pode transmitir para até 18 pessoas. Além disso, o sarampo pode evoluir para casos graves e ocasionar complicações sérias, como pneumonia, encefalite e morte. A pessoa infectada pode apresentar tosse, coriza, olhos inflamados, dor de garganta, febre e manchas avermelhadas na pele.

"Deste modo, o uso de máscaras de proteção facial, obrigatórias em todo o estado, o isolamento social e o incentivo à higienização das mãos e ambientes contribuiu para a redução também do sarampo", disse a médica de Divisão de Imunização, Helena Sato. A vacina contra a doença está disponível no Brasil desde a década de 1960.

Segundo ela, a cobertura vacinal tem ficado abaixo da meta necessária entre crianças com até um ano de idade: em 2020 a cobertura foi de 85% e em 2019, foi de 91%. A meta é imunizar 95% dessa população. "Assim como ocorre com outras doenças, somente a conclusão do esquema vacinal é capaz de garantir a devida proteção. Por este motivo, pais ou responsáveis devem continuar levando as crianças aos postos de vacinação para proteção contra as doenças prevenidas pelas vacinas, e aqueles que não tomaram todas as doses necessárias na faixa etária adequada, também precisam se vacinar", explicou a médica.

A vacina tríplice viral (primeira dose) previne contra sarampo, caxumba e rubéola. Já a tetra viral é aplicada em seguida, como uma segunda dose, e também previne a varicela. Ambas fazem parte do calendário de rotina e estão disponíveis nos postos de vacinação durante o ano todo. (Agência Brasil)

Saúde convoca 1,27 milhão de faltosos de 2ª dose para concluir vacinação

A Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo faz um novo alerta na terça-feira (24) aos 1,27 milhão de faltosos que ainda não compareceram aos postos para tomar a segunda dose das vacinas contra COVID-19 para que concluam sua imunização.

O balanço de hoje contabiliza 715 mil pessoas que ainda precisam completar o esquema vacinal com o imunizante do Butantan/Coronavac, outras 511 mil da Fiocruz/Astrazeneca/Oxford e 47,7 mil de Pfizer. Por isso, a pasta reforça as orientações para que as pessoas retornem aos postos.

Segundo levantamento do Centro de Vigilância Epidemiológica (CVE), cerca metade deste quantitativo está concentrado na Grande São Paulo, que reúne também mais de 20 milhões de habitantes do Estado.

O percentual de faltosos varia de 4,7% a 16,4% entre as 17 regiões do Estado, observando-se a proporção de doses enviadas até a última semana para a segunda aplicação e conclusão dos esquemas vacinais (confira abaixo a tabela por DRS – Departamento Regional de Saúde).

"Aqueles que tomaram a primeira dose precisam retornar aos postos de vacinação para tomar a segunda dose. A proteção só acontece após completar o esquema vacinal", afirma a Coordenadora do Programa Estadual de Imunização (PEI), Regiane de Paula.

Para completar o esquema vacinal contra COVID-19, são necessárias duas doses tanto da vacina do Butantan (intervalo de 28 dias) quanto da Fiocruz e Pfizer (12 semanas) – para esta última, o Governo de São Paulo aguarda envio de doses e oficialização do Ministério da Saúde quanto à redução do prazo para 21 dias.

Caso o prazo seja ultrapassado, é fundamental que o cidadão procure um posto assim que possível para orientações e para completar a imunização. O esquema vacinal da Janssen prevê apenas uma dose.

As Prefeituras são responsáveis pela busca ativa dos vacinados, mas o Governo de SP apoia a ação com o envio de mensagem via SMS e por e-mail à população para lembrar a data da segunda dose conforme pré-cadastro realizado no site Vacina Já ou no momento da aplicação da vacina.

Rotineiramente, com base nas estatísticas populacionais previstas pelo Ministério da Saúde para cada faixa etária ou público específico, o Governo de São Paulo define as remessas de doses necessárias para as 645 cidades avançarem em cada etapa da campanha.

Os quantitativos de primeira e segunda dose são idênticos, realizados em duas entregas diferentes para que o município realize a aplicação e conclua a imunização das pessoas.

O calendário completo da vacinação no estado de São Paulo está disponível no site https://vacinaja.sp.gov.br/diadaesperanca/.

Lembretes virtuais

A carteira de vacinação digital disponível no aplicativo Poupatempo Digital, ganhou nova funcionalidade neste mês, e passa a disponibilizar na tela de abertura da Carteira de Vacinação um alerta com a data para retornar ao posto. A ferramenta desenvolvida pela Prodesp – empresa de Tecnologia do Governo de São Paulo e pode ser baixada gratuitamente em celulares com sistema operacional Android ou iOS.

Além disso, quem realiza o pré-cadastro no site Vacina Já (www.vacinaja.sp.gov.br) economiza até 90% no tempo de atendimento nos postos de vacinação e também recebe lembretes por e-mail para tomar a segunda dose.

O formulário cadastral do Vacina Já pode ser preenchido tanto no site quanto por WhatsApp – basta adicionar o número +55 11 95220-2923 à lista de contatos e enviar um "oi" ou clicar no link wa.me/551195220292 3?text=oi.

O preenchimento antecipado não é obrigatório, mas facilita o trabalho dos profissionais de saúde e reduz as chances de aglomeração nos pontos de aplicação das vacinas contra a COVID-19.

SP retoma atendimentos das 'carretas da mamografia' para detecção do câncer de mama

O Governador João Doria anunciou na quarta-feira (25) a retomada da circulação das "carretas da mamografia" para detecção precoce do câncer de mama. A partir do dia 8 de setembro, os veículos do programa estadual Mulheres de Peito voltam a circular pelo estado de São Paulo.

A iniciativa oferece mamografias gratuitas e sem necessidade de pedido médico ou agendamento para mulheres de 50 a 69 anos. Basta apresentar RG e cartão SUS para ser atendida. Os dois primeiros destinos serão as cidades de Osasco e Presidente Prudente, ambas a partir do dia 8 do próximo mês. Os veículos permanecerão por 15 dias em cada município.

Caso sejam detectadas alterações no exame ou suspeita de câncer, a paciente será encaminhada a um serviço de referência do SUS para fazer exames complementares, acompanhamento ou tratamento, conforme as particularidades de cada caso.

As pacientes fora da faixa etária preconizada pelo Ministério da Saúde para rastreamento do câncer de mama também podem utilizar o serviço. Neste caso, é preciso apresentar pedido médico, além de RG e cartão SUS.

Os exames de mamografia são realizados de segunda a sexta-feira, das 9h às 18h, e aos sábados, das 9h às 13h, exceto feriados. As imagens captadas no exame são encaminhadas para o Serviço Estadual de Diagnóstico por Imagem, serviço da Secretaria que emite laudos à distância, na capital.

Para contribuir com a agilidade e qualidade do diagnóstico, além do mamógrafo, cada carreta possui conversor de imagens analógicas em digitais, impressoras, antenas de satélfite, computadores, mobiliários e sanitários. Há equipe multidisciplinar composta por técnicos em radiologia, profissionais de enfermagem, funcionários administrativos e médico ultrassonografista.

O serviço móvel funciona em parceria com a Fundação Instituto de Pesquisa e Estudo de Diagnóstico por Imagem (Fidi), responsável por fornecer equipamentos para auxílio de diagnóstico a diversos hospitais estaduais.

O programa Mulheres de Peito existe desde 2014 e as carretas já percorreram mais de 300 locais, com itinerários preventivamente suspensos no início da pandemia de COVID-19. No total, foram realizadas cerca de 230 mil mamografias, 7 mil ultrassons, 700 biópsias e mais de 2 mil mulheres encaminhadas para exames complementares e/ou início do tratamento oncológico em unidades estaduais especializadas.

Jornal O DIA S. Paulo

Administração e Redação
Viaduto 9 de Julho, 180
1º andar - Sala 12
CEP: 01050-060
Fone: 3258-1822

Periodicidade: Diária
Exemplar do dia: R$ 3,50

Jornalista Responsável
Maria Augusta V. Ferreira
Mtb. 19.548

Assinatura on-line
Mensal: R$ 20,00
Radiobrás – Agência Brasil

Publicidade Legal
Balanços, Atas e Convocações
R. Albion, 229 - Cj. 113 - Lapa
Telefone: 3832-4488

E-mail: contato@jornalodiasp.com.br
Site: www.jornalodiasp.com.br

Faturamento da indústria de máquinas cresceu 7,1% em julho

A indústria brasileira de máquinas e equipamentos faturou R$ 17 bilhões em julho, um crescimento de 7,1% em comparação com o mesmo mês do ano passado. Em relação a junho, a variação foi negativa, com queda de 4,3%. Os dados foram divulgados na quarta-feira (25) pela Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (Abimaq).

Segundo a entidade, era esperado que os dados de julho tivessem menor crescimento na relação interanual. Isso ocorre porque julho de 2020 foi marcado pelo início da recuperação das vendas após o estabelecimento das medidas sanitárias para conter a pandemia da covid-19. O balanço de junho, por exemplo, mostrou crescimento de mais de 45%.

"Como a base do ano passado no segundo semestre é mais alta do que a base do primeiro semestre do ano passado, a tendência de crescimento, que hoje está em 27% em 12 meses, é diminuir um pouco para 20%, mas não que a gente venda menos. A gente vai crescer menos", explicou José Velloso, presidente da Abimaq. A alta em julho foi puxada pelos setores ligados ao agronegócio e bens de consumo.

Nos últimos 12 meses, as vendas do setor acumulam R$ 202,3 bilhões, alta de 27%. De janeiro a julho, a receita teve crescimento de 34,3% na comparação com igual período de 2020. O faturamento da indústria de equipamentos nos primeiros sete meses do ano alcançou mais de R$ 118,5 bilhões. A Abimaq segue com uma estimativa de crescimento anual de 18% a 20%.

Em relação ao emprego, julho registrou o décimo terceiro crescimento consecutivo no número de pessoas ocupadas no setor. Estão empregadas 363 mil pessoas diretamente. Na comparação com julho do ano passado, foram criados 62,5 mil postos. Houve mais contratações nos setores de fabricantes de máquinas e implementos agrícolas e de máquinas para a indústria de transformação. (Agencia Brasil)

Percentual de famílias brasileiras com dívidas chega a 72,9%

O percentual de famílias brasileiras com dívidas continuou em alta no mês de agosto e atingiu 72,9%, um novo recorde mensal. O dado faz parte da Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (Peic), divulgada na quarta-feira (25) pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC).

Os pesquisadores explicam que endividamento é diferente de inadimplência, quadro que se configura quando as dívidas estão em atraso. Em agosto, um em cada quatro brasileiros (25,6%) não estava conseguindo quitar as dívidas no prazo, percentual que se mantém estável em relação a julho e é 1,1% menor que em agosto de 2020.

"Vale notar que o crédito não é necessariamente um vilão à economia, ele potencializa o consumo das famílias, assim como suporta iniciativas empreendedoras, tão importantes para os informais, hoje em dia. Entretanto, tendo em conta o contexto do endividamento elevado, especialmente pelas compras no cartão de crédito, e com a crise sanitária ainda promovendo incertezas no desempenho econômico, são imperativos mais rigor e planejamento das famílias com as finanças", diz um trecho da pesquisa.

Além do número de famílias endividadas, também está aumentando o percentual de famílias com mais de 50% da renda mensal comprometida com suas dívidas. Essa proporção chegou a 21,1% do total de famílias endividadas em agosto.

Na análise da CNC, a alta contratação de dívidas é motivada, principalmente, por fatores como a precariedade do mercado de trabalho formal e a inflação elevada. O presidente da CNC, José Roberto Tadros, explica que muitos brasileiros têm recorrido à informalidade e obtido crédito para investir em pequenas atividades que possam recompor sua renda e garantir seu sustento.

"Mas há uma necessidade grande de planejamento do orçamento familiar para que esse alívio não vire um problema ainda maior do que o que se tinha inicialmente, uma bola de neve", alerta.

A CNC destaca que o crédito mais acessível, com taxas de juros relativamente baixas, contribuiu para um maior endividamento no primeiro semestre de 2021, quando a concessão média de crédito aos consumidores atingiu 19,2%, a maior desde o início de 2013. Apesar disso, a alta da inflação e o consequente aumento da taxa básica de juros (Selic) já têm sido precificados pelo mercado, o que resulta em juros mais altos.

Para a economista responsável pela pesquisa, Izis Ferreira, mesmo que a inadimplência permaneça estável, a elevação dos juros aumenta o risco de esse indicador piorar no futuro.

"O crédito mais caro e as despesas elevadas restringem a capacidade de consumo das famílias. Enquanto faltarem sinais mais robustos de recuperação no mercado de trabalho formal e na renda, com alívio da inflação, as necessidades de recomposição dos rendimentos pelos mais vulneráveis seguirão elevadas. Com isso, o endividamento no país pode aumentar ainda mais", diz a especialista, em análise divulgada pela CNC. (Agencia Brasil)

Fazenda Nacional abre parcelamento de dívida ativa do FGTS

As pessoas físicas e empresas que têm menos de R$ 1 milhão em débitos com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) inscritos na Dívida Ativa da União têm até 30 de novembro para pedir novo parcelamento proposto pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN). O órgão publicou na quarta-feira (25) edital com o prazo de adesão e as condições de renegociação na quarta-feira.

A adesão começou hoje e pode ser feita na página da Caixa Econômica Federal dedicada ao FGTS, opção "Transação", para pessoas físicas, empresas em atividade, micro e pequenas empresas, Santas Casas e demais organizações da sociedade civil. As empresas inativas, com massa falida, em recuperação extrajudicial, liquidação judicial ou intervenção deverão pedir o parcelamento no site Regularize PGFN.

Os devedores deverão desistir de quaisquer ações judiciais e de parcelamentos anteriores para aderirem à renegociação. As parcelas mínimas serão de R$ 445,57 para pessoas físicas e empresas em geral e de R$ 222,78 para microempresas e empresas de pequeno porte. A aprovação do parcelamento está condicionada ao pagamento da primeira parcela, ou da parcela única, em até 30 dias após a celebração do acordo.

Os descontos variam conforme o tipo de empresa e o número de parcelas pedidas. Pessoas jurídicas optantes por qualquer das modalidades de transação na dívida ativa da União terão abatimento de 50% do valor total do débito. O desconto cai até chegar a 5% para quem escolher pagar entrada equivalente à totalidade dos débitos de FGTS rescisório e dividir o saldo restante em até 83 meses, sendo 79 meses para liquidar o montante devido aos trabalhadores e quatro meses para liquidar os valores devidos exclusivamente ao FGTS.

Para as pessoas físicas, micro e pequenas empresas, Santas Casas, cooperativas, instituições de ensino e organizações da sociedade civil, o desconto começará em 70% para quem quitar parcela única. Quem der entrada equivalente à totalidade dos débitos de FGTS rescisório e dividir o restante em até 144 meses, sendo 139 meses para liquidar o montante devido aos trabalhadores e cinco meses para liquidar os valores devidos exclusivamente ao Fundo, aplicando-se redução de até 5% (cinco por cento). (Agencia Brasil)

Brasil vive consolidação da energia nuclear, diz Bento Albuquerque

O Brasil vive um momento promissor para a consolidação da energia nuclear no país. A conclusão é do ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque. Segundo ele, o Ministério de Minas e Energia (MME) governo tem dado passos importantes, em coordenação com demais áreas de governo, para promover a expansão deste tipo de energia na matriz energética brasileira e seus desdobramentos em diversas aplicações para benefício da sociedade.

Albuquerque lembrou que em julho o diretor-geral da Agência Internacional de Energia Atômica, embaixador argentino Rafael Grossi, esteve no Brasil e visitou diversas instalações nucleares. O destaque foi a usina Angra 3 (foto), cuja retomada da construção é prioritária para o governo. "Posso afirmar que a presença do embaixador Rafael Grossi foi a expressão de uma relação histórica e profícua desenvolvida pelo Brasil com a Argentina e Agência Internacional [de energia atômica] e que tem sido ampliada e fortalecida nos anos recentes", disse ao participar da abertura online do XII Seminário Internacional de Energia Nuclear-Sien 2021.

Segundo o ministro, o planejamento energético de longo prazo do governo, que é o Plano Nacional de Energia 2050, projeta uma ampliação de geração nuclear entre 8 e 10 gigawatts (GW). "Para tal, o Conselho Nacional de Política Energética, em sua resolução número 2 de 2021, decidiu pela elaboração de estudos para a definição de novos sítios para instalação de futuras centrais nucleares".

Essas novas unidades poderão ser compostas por reatores clássicos ou pelos pequenos reatores modulares, que são uma alternativa econômica para o fornecimento de energia "como parte da solução para uma economia de baixo carbono, em sintonia com os compromissos do acordo de Paris sobre mudanças no clima", revelou.

Agenda

Albuquerque acrescentou que o Brasil será membro do grupo de Viena, a ser criado para discutir a energia nuclear como opção para as soluções climáticas. O Brasil também participará da 65ª Conferência Geral da Agência Internacional de Energia Atômica, em setembro, e da 26ª edição da Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas de 2021, a COP26, programada para ocorrer de 1 a 12 de novembro, em Glasgow, na Escócia, sob a presidência do Reino Unido. Segundo o ministro, a COP 26 vai ser uma oportunidade de apresentar os esforços brasileiros na luta em prol da descarbonização.

O ministro informou ainda que junto ao Comitê de Desenvolvimento do Programa Nuclear Brasileiro, coordenado pelo Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República (GSI), o MME participa da implantação de um plano de comunicação para divulgar e esclarecer a população sobre a importância da retomada do programa nuclear brasileiro.

"Além das ações já destacadas, temos participado de diversos fóruns internacionais discutindo a importância do desenvolvimento da energia nuclear para o Brasil, buscando parcerias e investimentos para o setor, como por exemplo o estudo de vida útil de Angra I", concluiu.

Autoridade regulatória

Para ele, internamente, as ações avançam nos ajustes necessários para atualizar o marco legal da atividade nuclear, com a criação da Autoridade Regulatória Nuclear prevista na Medida Provisória 1.049, que já foi enviada ao Congresso Nacional pelo presidente Jair Bolsonaro.

"A nova autarquia visa restabelecer as condições jurídicas de independência para que a autoridade desempenhe suas ações como disposto na convenção sobre segurança nuclear. Toda estruturação da autoridade está voltada para atender os melhores padrões que almejamos do ponto de vista técnico, regulatório, de segurança e jurídico, como também, os requisitos internacionais", disse o ministro.

Angra 3

A previsão é de que a Usina Angra 3 acrescente 1.405 megawatts (MW) ao sistema elétrico brasileiro, com o funcionamento em cerca de 82.000 m² de área construída. Iniciada em 1984, a construção da unidade foi interrompida duas vezes, sendo a última em 2015, quando pouco mais de 60% do empreendimento estavam concluídos. Angra 3 deve entrar em operação no fim de 2026.

Também presente no simpósio, a diretora financeira da Eletrobras, Elvira Presta, disse que o BNDES está fazendo a estruturação do financiamento da obra de Angra 3 e, até o momento, é a Eletrobras quem está financiando integralmente a obra.

"Estamos falando de uma obra que ainda requer algo em torno de R$ 18 bilhões de investimento. É de longe o maior projeto da Eletrobras. Representa 30% do projeto de todo investimento da Eletrobras nos próximos cinco anos. É uma obra complexa, o volume é de cerca de 40 contratos envolvidos, são muitos fornecedores. Teve um histórico de problemas nessa obra no passado e por tudo isso é que houve a decisão de uma estrutura de compliance independente", destacou. (Agencia Brasil)

INTERNACIONAL

Papa Francisco lamenta hipocrisia na Igreja

O papa Francisco considerou que a "hipocrisia da Igreja" é "particularmente detestável" e lamentou que infelizmente haja "muitos cristãos e ministros hipócritas".

O pontífice dedicou a catequese de quarta-feira (25), durante a audiência-geral realizada na Sala Paulo VI, ao "comportamento reprovável" que é a hipocrisia e que se encontra tanto "no local de trabalho quanto em políticos que vivem de uma forma em público e de outra na vida privada".

Francisco falou a várias centenas de fiéis que assistiram à audiência com máscaras, mas sem guardar distância de segurança para prevenir o contágio de covid-19.

De acordo com o papa, quando se age de outra forma que não seja com a verdade põe-se em risco a unidade da Igreja".

"Que o teu discurso seja sim ou não, porque de outra forma vem do maligno", acrescentou.

"Há muitas situações nas quais se pode verificar a hipocrisia. Frequentemente esconde-se no local de trabalho, onde se trata de aparentar amizade com os colegas, enquanto a competição leva a golpeá-los pelas costas. Na política não é incomum encontrar hipócritas que vivem um desdobramento entre o público e o privado", explicou.

O papa definiu a hipocrisia como "o medo de dizer abertamente a verdade, fingir ou aparentar fazer o bem aos olhos dos outros", e pediu ao "Senhor" ajuda para os seres humanos serem coerentes, deixarem os confrontos e combaterem com coragem tudo o que os afasta da verdade e da fé que professam. (Agencia Brasil)

Países ocidentais aceleram retirada afegã ao ver prazo chegar ao fim

Nações ocidentais se apressavam para retirar pessoas do Afeganistão na quarta-feira devido à aproximação do prazo final de 31 de agosto, e crescem os temores de que muitos poderiam ficar à mercê de um destino incerto sob os novos governantes do Talibã.

Em uma das maiores pontes aéreas do tipo, os Estados Unidos e seus aliados já retiraram mais de 70 mil pessoas, incluindo seus cidadãos, funcionários da Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan) e afegãos em perigo, desde 14 de agosto, um dia antes de o Talibã chegar à capital Cabul para encerrar 20 anos de presença militar estrangeira.

O presidente dos EUA, Joe Biden, disse que as tropas norte-americanas no Afeganistão enfrentam um perigo crescente, e agências de auxílio alertaram para uma crise humanitária iminente para a população que fica para trás.

Biden refuta apelos dos aliados para prorrogar o prazo, acertado por meio de um acordo firmado pelo ex-presidente Donald Trump com o grupo islâmico no ano passado, mas na terça-feira (24) disse que o prazo pode ser cumprido.

"Quanto mais cedo conseguirmos finalizar, melhor", disse Biden na terça-feira. "Cada dia de operações traz riscos adicionais para nossas tropas."

Duas autoridades norte-americanas que falaram pedindo anonimato disseram que é cada vez maior a preocupação com o risco de homens-bomba do Estado Islâmico no aeroporto. A França disse que seguirá com as retiradas enquanto for possível, mas que provavelmente encerrará estas operações nas próximas horas ou dias.

A chanceler alemã, Angela Merkel, disse que a Alemanha tentará ajudar os afegãos que trabalharam com soldados e organizações humanitárias e que desejam deixar o Afeganistão quando o prazo terminar.

"O final da ponte aérea em alguns dias não deve significar o fim dos esforços para proteger e ajudar aqueles afegãos que foram deixados em uma emergência maior com a tomada de poder", disse ela ao parlamento alemão.

Dezenas de milhares de afegãos que temem perseguição se aglomeram no aeroporto de Cabul desde que o Talibã tomou o poder.

Muitas pessoas se reuniam diante do aeroporto – onde soldados dos EUA, Reino Unido e outras nações estavam tentando manter a ordem em meio à poeira e ao calor – nesta quarta-feira na esperança de conseguir sair.

Elas carregavam sacolas e malas repletas de pertences e acenavam com documentos para soldados que poderiam lhes franquear a passagem. Algumas seguravam crianças pequenas.

"Soube por um email de Londres que os americanos estão retirando pessoas, é por isso que vim, para poder ir ao exterior", disse um homem chamado Aizaz Ullah.

Embora o foco sejam as pessoas que tentam fugir, o risco da fome, de doenças e de perseguição aumentará para o resto da população depois que o êxodo caótico do aeroporto de Cabul terminar, dizem agências humanitárias.

"Existe uma tempestade perfeita chegando por causa de vários anos de seca, conflito, deterioração econômica agravados pela Covid", disse David Beasley, diretor-executivo do Programa Mundial de Alimentos das Nações Unidas (PMA) à Reuters em Doha.

A chefe de direitos humanos da Organização das Nações Unidas (ONU) disse que recebeu relatos plausíveis de violações graves cometidas pelo Talibã, incluindo execuções sumárias de civis e de forças de segurança afegãs que se renderam. O Talibã disse que investigará os relatos.

O governo do Talibã entre 1996 e 2001 foi marcado pela lei rígida da sharia, e muitos direitos políticos e liberdades básicas foram restringidos, e as mulheres oprimidas gravemente.

O Afeganistão também foi um pólo de militantes anti-Ocidente, e Washington, Londres e outros temem que volte a ser. (Agencia Brasil)

Arrecadação federal chega a R$ 171,27 bilhões em julho

A União arrecadou R$ 171,270 bilhões no mês passado, de acordo com dados divulgados na quarta-feira (25) pela Receita Federal. Na comparação com julho do ano passado, houve um crescimento real de 35,47%, ou seja, descontada a inflação, em valores corrigidos pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). O valor é o maior para o mês de julho desde o início da série histórica da Receita Federal, em 1995, com correção pela inflação.

Nos sete primeiros meses de 2021, a arrecadação federal soma R$ 1,053 trilhão, com alta de 26,11% acima da inflação pelo IPCA, também recorde para o período acumulado. Segundo a Receita, todos os indicadores macroeconômicos que influenciam na arrecadação federal, como a produção industrial, a venda de bens e até mesmo o setor de serviços apresentaram variação positiva.

O ministro da Economia Paulo Guedes comentou os resultados e disse que as altas expressivas na arrecadação mostram o forte impulso da economia e a previsão de um crescimento vigoroso esse ano, o que, para ele, reforça a necessidade de aprovação da reforma tributária. Os projetos estão em tramitação no Congresso Nacional.

De acordo com a Receita Federal, o resultado da arrecadação federal pode ser explicado, principalmente, pelos fatores não recorrentes (que não se repetirão em outros anos), como recolhimentos extraordinários de aproximadamente R$ 24 bilhões em Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e em Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), de janeiro a julho de 2021.

No mesmo período do ano passado, os recolhimentos extraordinários foram de R$ 2,8 bilhões. No mês, essa arrecadação foi de R$ 4 bilhões. Nos últimos meses, esses recolhimentos fora de época têm impulsionado a arrecadação, por causa de empresas que registraram lucros maiores que o previsto e tiveram de pagar a diferença.

Os valores contrabalançaram a elevação de R$ 5,402 bilhões (em valores corrigidos pelo IPCA) nas compensações tributárias entre julho de 2020 e de 2021. O aumento foi de 26% na comparação interanual e o crescimento foi de 45% no período acumulado.

Por meio da compensação tributária, uma empresa que previu lucros maiores do que o realizado e pagou IRPJ e CSLL por estimativa em um exercício pode pedir abatimento nas parcelas seguintes, caso tenha prejuízo ou lucro menor que o esperado. Por causa da pandemia da covid-19, que impactou o resultado das empresas, o volume de compensações aumentou de R$ 20,860 bilhões, em julho de 2020, para R$ 26,262 bilhões, em junho de 2021. No acumulado do ano, o montante já chega a R$ 37,948 bilhões.

O total do IRPJ e CSLL no mês passado foi de R$ 41,103 bilhões. Além deles, os destaques do mês foram as altas registradas na arrecadação do Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins), 33,21% em valores reais – corrigidos pela inflação, chegando a R$ 31,641 bilhões.

A arrecadação da Previdência Social aumentou 16,64% acima da inflação, e ficou em R$ 38,957 bilhões. O resultado pode ser explicado pelo aumento do recolhimento das contribuições patronais e do Simples Nacional, concedidos em 2020, e pelo aumento das compensações tributárias com débitos de receita previdenciária. (Agencia Brasil)

ATAS/BALANÇOS/EDITAIS/LEILÕES

JLV Participações S.A. e empresas controladas

CNPJ/ME 04.859.784/0001-69

Relatório da Diretoria

Senhores Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V. Sas., as demonstrações financeiras relativas ao exercício encerrado em 30 de abril de 2021. Permanecemos à disposição dos Senhores Acionistas para qualquer informações que fizerem necessárias relativamente às contas apresentadas. Presidente Prudente-SP, 24 de agosto de 2021 **A Diretoria.**

Balanços Patrimoniais exercícios findos em 30 de abril (Em milhares de reais)

Ativo	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Circulante				
Caixa e equivalente de caixa	262	258	1.868.757	2.009.414
Aplicações financeiras	-	-	51.299	100.849
Contas a receber de clientes	-	-	264.581	337.345
Estoques	-	-	456.796	415.593
Adiantamentos a fornecedores	-	-	13.337	24.536
Ativo biológico	-	-	594.305	567.134
Dividendos a receber	74.624	898	-	-
Impostos a recuperar	-	-	112.274	68.017
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	38.719	284.343
Demais contas a receber	-	-	41.963	31.268
Total do ativo circulante	74.907	1.176	3.441.631	3.838.499
Não Circulante				
Impostos a recuperar	-	-	13.800	41.957
Depósitos judiciais e em caução	-	-	39.190	41.160
Ativo biológico	-	-	39.161	46.147
Adiantamentos a fornecedores	-	-	51.068	48.681
IR e CS diferidos	339	313	339	313
Demais contas a receber	-	-	222	212
	339	313	143.780	178.470
Investimentos				
Em sociedades controladas	1.533.586	1.320.546	-	-
Outros investimentos	-	-	3.446	3.486
Imobilizado	-	-	3.169.874	3.085.811
Intangível	-	-	7.214	6.362
Direito de uso	-	-	1.901.441	1.575.530
Total do ativo não Circulante	1.533.925	1.320.859	5.226.150	4.849.659
Total do ativo	1.608.832	1.322.035	8.667.781	8.688.158

Passivo e Patrimônio Líquido	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Circulante				
Fornecedores	-	-	106.467	150.469
Empréstimos e financiamentos	-	-	1.144.881	825.924
Parceria agrícola a pagar	-	-	358.974	305.599
Arrendamento agrícola a pagar	-	-	16.559	13.212
Salários e encargos sociais	-	-	89.257	96.315
Tributos a recolher	-	-	86.138	19.718
Dividendos propostos a pagar	74.604	-	134.123	2.826
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	382.628	447.209
Demais contas a pagar	-	-	4.356	4.726
Total do passivo circulante	74.611	7	2.322.383	1.863.998
Não Circulante				
Empréstimos e financiamentos	-	-	1.814.367	2.982.477
Parceria agrícola a pagar	-	-	1.327.433	1.068.824
Arrendamento agrícola a pagar	-	-	20.485	27.602
Provisão para contingências	-	-	-	-
Provisão para dividendos sobre empréstimos e financiamentos	-	-	29.764	28.909
IR e CS diferidos	-	-	334.897	340.081
Total do passivo não circulante	-	-	3.526.946	4.447.893
Total do passivo	74.611	7	5.909.329	6.311.241
Patrimônio líquido				
Capital social	660.000	660.000	660.000	660.000
Ajuste de avaliação patrimonial	103.277	105.823	103.277	105.823
Reservas de lucros	770.944	556.205	770.944	556.205
	1.534.221	1.322.028	1.534.221	1.322.028
Participação dos não controladores	-	-	1.224.231	1.054.889
Total do patrimônio líquido	1.534.221	1.322.028	2.758.452	2.376.917
Total do passivo e patrimônio líquido	1.608.832	1.322.035	8.667.781	8.688.158

Demonstrações dos Fluxos de Caixa exercícios findos em 30 de abril (Em milhares de reais)

Fluxo de caixa das atividades operacionais	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	314.123	(51.175)	564.720	(90.359)
Ajustes para reconciliar o lucro do exercício ao caixa gerado pelas atividades operacionais				
Depreciação e amortização	-	-	459.915	463.470
Valor residual das baixas do ativo permanente	-	-	34.752	11.777
IR e CS diferidos	(26)	(24)	54.790	(143.263)
Resultado de ajuste realizado com instrumentos financeiros	-	-	307.393	182.460
Provisão para devedores duvidosos	-	-	(31)	(57)
Provisão para contingências, reversões e novas constituições, líquidas	-	-	10	1.422
Juros, variações monetárias e cambiais sobre empréstimos e financiamentos	-	-	116.783	800.652
Juros, variações monetárias e cambiais sobre outros ativos e passivos	-	-	(439)	14.439
Mudança valor justo de ativo biológico	-	-	693	(18.613)
Depreciação do Direito de uso	-	-	362.307	307.825
Ajuste a valor presente	-	-	11.385	9.896
Resultado da equivalência patrimonial	(314.206)	51.099		
Decréscimo (acréscimo) de ativos operacionais				
Contas a receber de clientes	-	-	72.639	(140.636)
Estoques	-	-	(41.203)	(158.891)
Ativos biológicos	-	-	(20.878)	(43.104)
Impostos a recuperar - circulante e não circulante	-	-	(16.100)	(29.296)
Depósitos judiciais e depósitos em caução	-	-	3.244	(23.152)
Outras contas a receber e instrumentos financeiros	(1)	(1)	18.696	(103.982)
Acréscimo (decréscimo) de passivos operacionais				
Fornecedores	-	-	(43.846)	64.151
Salários e encargos sociais	-	-	(7.058)	4.702
Tributos a recolher	-	-	283.098	88.049
Outras contas a pagar e instrumentos financeiros	-	-	(167.098)	16.308
	(310)	(101)	1.349.772	1.233.290
Pagamento de IR e CS	-	-	(216.679)	(86.269)
Amortização de juros de empréstimos e financiamentos	-	-	(140.298)	(117.161)
Caixa líquido oriundo das (aplicado nas) atividades operacionais	**(310)**	**(101)**	**1.636.795**	**1.010.368**
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Aplicações financeiras	-	-	49.550	(7.237)
Dividendos recebidos	28.540	22.068	-	-
Aplicação de recursos em investimento	(1.100)	-	-	-
Aplicação de recursos em imobilizado	-	-	(577.275)	(664.723)
Aplicação de recursos em intangível	-	-	(2.308)	(1.477)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento	**27.440**	**22.068**	**(530.033)**	**(673.437)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Captação de empréstimos e financiamentos	-	-	298.549	1.019.967
Amortização de parcela e arrendamentos agrícolas	-	-	(371.894)	(317.721)
Amortização principal de empréstimos e financiamentos	-	-	(1.124.189)	(194.922)
Dividendos pagos	(27.326)	(21.953)	(27.326)	(21.953)
Dividendos pagos aos acionistas minoritários	-	-	(22.559)	(18.511)
Caixa líquido decorrente das (aplicado nas) atividades de financiamento	**(27.326)**	**(21.953)**	**(1.247.419)**	**466.860**
Acréscimo líquido (redução) em caixa e equivalentes de caixa	**4**	**14**	**(140.657)**	**803.796**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	**258**	**244**	**2.009.414**	**1.205.618**
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	**262**	**258**	**1.868.757**	**2.009.414**

Demonstrações do Resultados exercícios findos em 30 de abril (em milhares de reais, exceto se de outra forma indicado)

	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Receita líquida das vendas	-	-	4.029.549	3.075.445
Mudança no valor justo de ativos biológicos	-	-	(693)	18.613
Custo dos produtos vendidos	-	-	(2.729.308)	(2.040.021)
Lucro bruto	**-**	**-**	**1.795.829**	**1.054.037**
Receitas (despesas) operacionais				
Com vendas	-	-	(224.012)	(153.040)
Gerais e administrativas	(113)	(110)	(115.617)	(115.441)
Outras despesas operacionais, líquidas	(1)	(2)	51.276	38.749
Resultado de equivalência patrimonial	314.206	(51.099)	-	-
	314.092	(51.211)	(288.353)	(229.732)
Lucro (prejuízo) operacional antes dos resultados financeiros	**314.092**	**(51.211)**	**1.507.476**	**824.305**
Despesas financeiras	(1)	(1)	(148.486)	(148.906)
Receitas financeiras	6	13	43.449	62.337
Derivativos	-	-	(590.605)	(243.458)
Variações cambiais, líquidas	-	-	52.265	(641.905)
Resultado financeiro	**5**	**12**	**(643.377)**	**(971.932)**
Lucro (Prejuízo) antes do IR e da CS	**314.097**	**(51.199)**	**837.099**	**(147.627)**
Corrente	-	-	(217.589)	(85.995)
Diferido	26	24	(54.790)	(143.263)
Lucro (Prejuízo) líquido de exercício	**314.123**	**(51.175)**	**564.720**	**(90.359)**
Resultado atribuído aos:				
Acionistas controladores	-	-	314.123	(51.175)
Acionistas não controladores	-	-	250.597	(39.184)
Lucro (Prejuízo) líquido de exercício	**-**	**-**	**564.720**	**(90.359)**
Lucro (Prejuízo) básico por ação atribuível aos acionistas da Companhia durante o exercício (expresso em R$ por ação)	-	-	7,61	(1,24)

Demonstrações do Resultado Abrangente exercícios findos em 30 de abril (em milhares de reais)

	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício	314.123	(51.175)	564.720	(90.359)
Resultado abrangente do exercício	**314.123**	**(51.175)**	**564.720**	**(90.359)**
Resultado abrangente atribuível aos:				
Acionistas controladores	-	-	314.123	(51.175)
Acionistas não controladores	-	-	250.597	(39.184)
Resultado abrangente do exercício	-	-	564.720	(90.359)

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (em milhares de reais)

	Capital social	Ajuste de avaliação patrimonial	Reservas de lucros - Reserva legal	Reservas de lucros - Lucros retidos	Reservas de lucros - Lucros acumulados	Participação não controladores	Participação acionistas não controladores	Total
Em 30 de abril de 2019	**660.000**	**108.820**	**76.580**	**537.678**	-	-	**1.383.078**	**1.102.262**	**2.485.340**
Dividendos complementares	-	-	-	(9.875)	-	-	(8.189)	(18.064)	-
Realização do custo atribuído	-	(2.997)	-	2.997	-	-	-	-	-
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	(51.175)	-	(51.175)	(39.184)	(90.359)
Absorção do prejuízo com reserva de retenção de lucros	-	-	-	(51.175)	51.175	-	-	-	-
Em 30 de abril de 2020	**660.000**	**105.823**	**76.580**	**479.625**	-	-	**1.322.028**	**1.054.889**	**2.376.917**
Dividendos complementares	-	-	-	(27.326)	-	-	(27.326)	(21.953)	(49.062)
Realização do custo atribuído	-	(2.546)	-	2.546	-	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	314.123	-	314.123	250.597	564.720
Constituição da reserva legal	-	-	15.706	-	(15.706)	-	-	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	(74.604)	-	(74.604)	(59.519)	(134.123)
Constituição de reserva de retenção de lucros	-	-	-	(223.813)	(223.813)	-	-	-	-
Em 30 de abril de 2021	**660.000**	**103.277**	**92.286**	**678.658**	-	-	**1.534.221**	**1.224.231**	**2.758.452**

A Diretoria
Contador
Celso Luis Tadiotto - CRC 1SP181853/O-8

As Demonstrações Financeiras completas, acompanhadas das Notas Explicativas e o Parecer dos Auditores Independentes, encontram-se a disposição dos Acionistas na sede da Companhia.

Madeira Energia S.A. - MESA

CNPJ/MF nº 09.068.805/0001-41 - NIRE 35.300.346.866

Assembleia Geral Extraordinária - Edital de Convocação

Ficam convidados os Senhores Acionistas da Madeira Energia S.A. - MESA ("Companhia") a se reunir em Assembleia Geral Extraordinária, a ser realizada, em **primeira convocação**, no dia **02 de setembro de 2021, às 17:00 horas, de forma exclusivamente digital**, nos termos do artigo 124, parágrafo 2º-A, da Lei Federal nº 6.404/76 e da Instrução Normativa nº 81, de 10 de junho de 2020, do Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração - DREI ("IN DREI Nº 81"), a fim de deliberar sobre a seguinte ordem do dia: (i) alteração do endereço da sede da Companhia, com a consequente alteração do artigo 3º do Estatuto Social da Companhia; (ii) consolidação do Estatuto Social da Companhia, para refletir a deliberação constante do item (i) acima; (iii) eleição de novo membro independente do Conselho de Administração da Companhia; (iv) eleição de novo membro titular do Conselho Fiscal da Companhia; e (v) instrução de voto da Companhia na condição de acionista da Santo Antônio Energia S.A. ("SAE"), inscrita no CNPJ/MF sob o nº 06.991.823/0001-40, para tomar todas as providências cabíveis e tomar as medidas necessárias quanto aos temas materiais constantes dos itens (i) a (iv) acima. **Instruções Gerais:** Os documentos que suportarão as deliberações estão disponibilizados a todos os acionistas no website www.santantonioenergia.com.br/ri/ag-setembro2021/assembleia-geral, onde também estão disponíveis os boletins de voto a distância para esta Assembleia Geral. A Companhia remeterá cópia desses documentos aos acionistas que assim solicitarem por escrito, por meio do endereço eletrônico abaixo indicado. **Instruções Gerais:** Os acionistas poderão participar pessoalmente ou por meio de representante, a qualquer tempo, e votar a distância disponibilizado pela Companhia. Os acionistas que optarem pelo voto a distância por meio do uso do boletim de voto a distância deverão devolvê-lo à Companhia, por meio de e-mail encaminhado ao endereço eletrônico indicado abaixo, no mínimo sete dias antes da data da realização da Assembleia Geral. Em caso de participação por meio de representante, os acionistas deverão enviar eletronicamente à Companhia os documentos societários de comprovação de poderes de seu(s) representante(s) legal(is), acompanhados de documento de identidade com foto oficial(is), e, se desejarem ser representados por procurador, deverão enviar **instrumentos de mandato**, validamente outorgados, à Companhia. Em todos os casos, tais documentos deverão ser encaminhados por via eletrônica, sob a referência "Assembleia Geral Extraordinária", com 72 (setenta e duas) horas de antecedência da realização da Assembleia Geral, sendo admitido o protocolo por meio eletrônico, no endereço eletrônico juridicoagencia@santantonioenergia.com.br, respeitada, em qualquer caso, as disposições de que trata a Seção VII da IN DREI Nº 81 a respeito das sociedades anônimas. São Paulo, 23 de agosto de 2021. **Madeira Energia S.A. - MESA - Solange Mendes Geraldo Ragazi David** - Presidente do Conselho de Administração.

EDITAL DE CITAÇÃO. Processo Digital nº: 1009644-87.2013.8.26.0100. Classe: Assunto: Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários. Exequente: BANCO BRADESCO S/A. Executado: Marcos Paulo de Andrade MC e outro. EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1009644-87.2013.8.26.0100. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 23ª Vara Cível, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, Dr(a). Vitor Gambiasi Pereira, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(s) Marcos Paulo de Andrade MC (CNPJ. 11.055.226/0001-06) e Marcos Paulo de Andrade (CPF. 297.136.318-03), que Banco Bradesco S/A lhes ajuizou ação de Execução, objetivando a quantia de R$ 694.038,01 (fevereiro de 2021), representada pela Cédula de Crédito Bancário na modalidade Capital de Giro, número 385641/6467. Estando os executados em lugar ignorado, expede-se edital, para que em 03 dias, a fluir dos 20 dias supra, pagem o débito atualizado, ocasião em que a verba honorária será reduzida pela metade, ou em 15 dias, embarguem ou reconheçam o crédito do exequente, comprovando o depósito de 30% do valor da execução, inclusive custas e honorários, podendo requerer que o pagamento restante seja feito em 6 parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e juros de 1% (um por cento) ao mês, sob pena de penhora de bens e sua avaliação. Decorridos os prazos supra, no silêncio, será nomeado curador especial e dado regular prosseguimento ao feito. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 16 de agosto de 2021. 26 e 27 / 08 / 2021

EDITAL DE CITAÇÃO. Processo Digital nº: 1000530-19.2016.8.26.0004. Classe: Assunto: Monitória - Prestação de Serviços. Requerente: Fundação Geluto Vargas. Requerido: José Machado de Campos Neto. EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 30 DIAS. PROCESSO Nº 1000530-19.2016.8.26.0004. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 2ª Vara Cível, do Foro Regional IV - Lapa, Estado de São Paulo, Dr(a). Adriana Gerin Fiore Biasus, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(s) JOSÉ MACHADO DE CAMPOS NETO, Brasileiro, CPF 163.778.208-57, que lhe foi proposta uma ação de Monitória, por parte de Fundação Getúlio Vargas, para cobrança da quantia de R$ 20.171,47 (dezembro/2015), decorrente do contrato de prestação dos serviços educacionais, relativo ao ano de 2011. Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua CITAÇÃO, por EDITAL, para os atos e termos da ação proposta e para que em 15 dias, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, pague o débito (ficando isento de custas processuais), acrescido de honorários advocatícios equivalentes a 5% do valor do débito atrigo 701 do CPC), ou ofereça embargos, sob pena de converter-se o mandado inicial em mandado executivo. Decorridos os prazos supra, no silêncio, será nomeado curador especial e dado regular prosseguimento ao feito. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 16 de agosto de 2021. 26 e 27 / 08 / 2021

FORO REGIONAL XV - BUTANTÃ - 2ª VARA CÍVEL - Av. Corifeu de Azevedo Marques, 148/150 - Butantã - CEP 05582-000 - Fone: (11) 3721-6399 - São Paulo-SP - E-mail: butantacivel@tjsp.jus.br - **EDITAL de CITAÇÃO** - Prazo de **20 dias** - Processo nº **1002594-94.2020.8.26.0704**. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 2ª Vara Cível, do Foro Regional XV - Butantã, Estado de São Paulo, **Dra. MONICA LIMA FERREIRA**, faz saber a **ALEXANDRE DE ALMEIDA LENCIONI**, RG 13.597.243, CPF 226.519.518-97, que lhe foi proposta uma ação de **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL** por parte de **WILLIAN KAZUHISA KOH**, visando à rescisão dos contratos de mútuos firmados entre as partes, com a condenação dos réus na devolução dos valores efetivamente empregados, devidamente atualizados, e à condenação no pagamento das custas processuais e demais verbas sucumbenciais, alegando ainda ter sido vítima do esquema criminoso de pirâmide financeira perpetrado pelos réus. Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua **CITAÇÃO** por **EDITAL** para que no prazo de **15 dias**, a fluir após os **20 dias** supra, **CONTESTE** o feito, ciente de que não havendo manifestação, lhe será nomeado **CURADOR ESPECIAL**. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. Nada mais. Dado e passado nestacidade de São Paulo, aos 16 de agosto de 2021.

24 e 25/08

EDITAL DE 1º E 2º LEILÃO JUDICIAL ELETRÔNICO DE BEM(NS) IMÓVEL(IS) E PARA INTIMAÇÃO DO(A)(S) EXECUTADO(A)(S): WILLIANS SALVADOR, CPF 312.727.358-26, sim FERNANDABORGES SALVADOR, CPF 285.826.148-29, eventual(ais) (a)(s)/herdeiro(a)(s)/sucessor(a)(es)/ocupante(s) do(s) imóvel(is) e demais interessados, expedido no PROCESSO DIGITAL Nº 0012853-93.2018.8.26.0007, AÇÃO DE CUMPRIMENTO DE SENTENÇA - COBRANÇA DE DESPESAS CONDOMINIAIS, ajuizada pelo CONDOMÍNIO RESIDENCIAL GUAIANAZES, CNPJ 04.632.536/0001-80, A LIMPOR. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 2ª Vara Cível - Foro Regional XV - Butantã/SP, Dra. Sueli Juarez Alonso, com fundamento nos artigos 879, II c/c o art. 882, § 2º do CPC, regulamentado pelo Provimento CSM nº 1625/09 e art. 250 e seguintes das Normas de Serviço da Corregedoria Geral de Justiça do E. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, e a Resolução nº 236/2016 do CNJ, **FAZ SABER** aos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem e interessar possa que o leiloeiro público: LUIZ CARLOS LEVOTO, JUCESP Nº 942, GESTOR DO SISTEMA DE ALIENAÇÃO JUDICIAL ELETRÔNICO WWW.LANCEVIRTUAL.COM.BR, levará a leilão (eletrônico) mobiliário abaixo descrito(s) em condições que se seguem: **DO BEM IMÓVEL: APARTAMENTO Nº 112, LOCALIZADO NO 11º PAVIMENTO DO BLOCO NORTE DO "CONDOMINIO RESIDENCIAL GUAIANAZES", SITUADO NA RUA OTELO ALIGUSTO BERNARDES Nº 707, NO DISTRITO DE GUAIANAZES, COM A ÁREA PRIVATIVA DE 52,5600m2, área comum de 42,2415m², área total de 94,8016m² e fração ideal do terreno de 0,6065697986%. MATRÍCULA Nº 117.320, 7º CRI/SP Contribuinte nº 115.235.0393-8** (cont. pesquisa realizada no site da PMSP).DOS ÔNUS: 1) R.02, em data de 05/10/2001, Penhora requerida em ação trabalhista, de justiça gratuita, deferida a CAIXA ECONÔMICA FEDERAL-CEF, em HIPOTECA, o IMÓVEL para garantia da dívida de R$ 42.400,00, cujo débito atualizado em 18/12/2019 era de R$ 291.563,62, tendo sido arrematado pela CEF, conforme noticiado as fls. 224/225; 2) AV.03, em 03/05/2021, PENHORA Decisão do Juízo da 2ª Vara Cível - Foro Regional XV - Butantã/SP, Dra. Sueli Juarez Alonso, com fundamento nos artigos 879, II c/c o art. 882, § 2º do CPC, regulamentado pelo Provimento CSM nº 1625/09 e art. 250 e seguintes das Normas de Serviço da Corregedoria Geral de Justiça do E. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, a Resolução nº 236/2016 do CNJ, **FAZ SABER** aos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem e interessar possa que o leiloeiro público: LUIZ CARLOS LEVOTO, JUCESP Nº 942, GESTOR DO SISTEMA DE ALIENAÇÃO JUDICIAL ELETRÔNICO WWW.LANCEVIRTUAL.COM.BR, levará a leilão (eletrônico) mobiliário abaixo descrito(s) em condições que se seguem: **DO BEM IMÓVEL: APARTAMENTO Nº 112, LOCALIZADO NO 11º PAVIMENTO DO BLOCO NORTE DO "CONDOMINIO RESIDENCIAL GUAIANAZES", SITUADO NA RUA OTELO AU

ALTA MOGIANA

Alta Mogiana Agro S.A.

C.N.P.J. 31.937.012/0001-70 – NIRE 35.300.527.585

Relatório da Diretoria

Senhores Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V. Sas., as demonstrações financeiras relativas aos exercícios encerrados em 30 de abril de 2021 e 2020. Permanecemos à disposição dos Senhores Acionistas para quaisquer informações que fizerem necessárias relativamente às contas apresentadas. São Joaquim da Barra-SP, 24 de agosto de 2021

A Diretoria.

Balanços patrimoniais em 30 de abril de 2021 e 2020 (Em milhares de reais)

Ativo	Nota	2021	2020
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	8	8.566	4.511
Contas a receber de clientes	9	160	2.772
Impostos a recuperar		2	3
Total do ativo circulante		**8.726**	**7.286**
Não Circulante			
Propriedade para investimento	11	149.884	142.308
Total do ativo não circulante		**149.884**	**142.308**
Total do ativo		**158.610**	**149.594**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 30 de abril de 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional A Alta Mogiana Agro S.A. (Companhia), em 23/10/2018, sob ente em São Joaquim da Barra/SP, e tem como atividade preponderante a exploração agrícola de lavouras de cana-de-açúcar, mediante participação em contratos de parceria agrícola. **2 Base de preparação a. Declaração de conformidade (em relação às normas do CPC)** As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais são consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pelos administradores da Companhia em 24 de agosto de 2021. **3 Base de mensuração** As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir o custo atribuído de ativos de propriedades para investimento quando permitido pelas práticas contábeis e legislação brasileira. **4 Moeda funcional e moeda de apresentação** Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real ("R$"), que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações apresentadas em real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **5 Uso de estimativas e julgamentos** preparação das demonstrações financeiras, a administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. **6 Principais políticas contábeis a) Capital social** As ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. A Companhia não possui ações preferenciais. Os dividendos mínimos obrigatórios, conforme estatuto social, são reconhecidos como passivo. **e) Lucro básico e diluído por ação** O resultado por ação básico é calculado dividindo o lucro líquido do exercício atribuível aos detentores de capital próprio da Companhia pelo número médio de ações em circulação durante o exercício. **f) Imposto de renda e contribuição social** A base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social presumido é calculada à razão de 8% no cálculo de imposto de renda e 12% no cálculo de contribuição social sobre a receita bruta, sobre as quais se aplicam as alíquotas regulares de 15%, acrescida do adicional de 10%, para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social. Por esse método, não registraram imposto de renda e contribuição social diferidos sobre determinadas diferenças temporárias que não impactam a base de cálculo do lucro presumido. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende as parcelas correntes e diferidas. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. **Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente** O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber calculado sobre a receita bruta tributável do exercício e quaisquer ajuste aos impostos a pagar com relação a anos anteriores. É mensurado com base nas taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data do balanço. O imposto corrente sobre a receita bruta tributável do exercício inclui o imposto a pagar ou a receber calculado sobre a receita bruta tributável do exercício e quaisquer ajuste a receber ou a pagar com relação aos exercícios anteriores. É mensurado com base nas taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data do balanço. O imposto corrente sobre o lucro líquido ajustado do exercício inclui o imposto a pagar ou a receber calculado sobre o lucro líquido ajustado do exercício, considerando a compensação de prejuízos fiscais e base negativa limitada a 30% do lucro líquido ajustado do exercício. **7 Novas normas e interpretações ainda não efetivas** Não se espera que as seguintes normas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia: a. **Contratos Onerosos – custos para cumprir um contrato (alterações ao CPC 25)** As alterações especificam quais os custos que uma entidade inclui ao avaliar o custo de cumprimento de um contrato com o objetivo de avaliar se o contrato é oneroso. As alterações aplicam-se a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2022 para contratos existentes na data em que as

Demonstrações do resultado - Exercícios findos em 30 de abril de 2021 e 2020 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	2021	2020
Receita líquida de vendas	15	10.081	9.937
Lucro bruto		10.081	9.937
Despesas operacionais			
Gerais e administrativas		(300)	(164)
Outras receitas operacionais, líquidas	16	281	2
Lucro antes do resultado financeiro		10.062	9.775
Despesas financeiras		(29)	(29)
Receitas financeiras		109	1.037
Lucro líquido antes do IR	17	10.142	10.783
Lucro antes dos impostos		10.175	10.781
Imposto de renda	13.a	(282)	(536)
Contribuição social	13.a	(147)	(240)
Resultado do exercício		**9.746**	**10.005**
Lucro líquido básico e diluído por ação (Expresso em R$ por ação)	18	**1,44**	**1,48**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações do resultado abrangente - Exercícios findos em 30 de abril de 2021 e 2020 (Em milhares de reais)

	2021	2020
Lucro líquido do exercício	9.746	10.005
Outros componentes do resultado abrangente:		
Total do resultado abrangente do exercício	**9.746**	**10.005**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido em 30 de abril de 2021 e 2020 (Em milhares de reais)

	Nota	Capital social	Custo atribuído de ativos	Ajuste de avaliação patrimonial Reserva legal	Lucros retidos	Lucros acumulados	Total
Saldos em 30 de abril de 2019 (Não auditado)		122.383	10.420	31	335	10.005	133.173
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	10.005	10.005
Destinações:		-	-	-	-	-	-
Constituição de reserva legal		-	-	500	-	(500)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	14.d	-	-	-	-	(2.376)	(2.376)
Constituição de reserva de retenção de lucros		-	-	-	7.129	(7.129)	-
Saldos em 30 de abril de 2020		**122.383**	**10.420**	**531**	**7.464**	-	**140.798**
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	9.746	9.746
Destinações:		-	-	-	-	-	-
Constituição de reserva legal		-	-	487	-	(487)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	14.d	-	-	-	-	(2.315)	(2.315)
Constituição de reserva de retenção de lucros		-	-	-	6.944	(6.944)	-
Saldos em 30 de abril de 2021		**122.383**	**10.420**	**1.018**	**14.408**	-	**148.229**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

alterações forem aplicadas pela primeira vez. No data da aplicação inicial, o efeito cumulativo da aplicação das alterações é reconhecido como um ajuste do saldo de abertura em lucros acumulados ou outros componentes do patrimônio líquido, conforme apropriado. **b. Reforma da taxa de juros de referência - Fase 2 (alterações ao CPC 48, CPC 38, CPC 40, CPC 11e CPC 06)** As alterações tratam de questões que podem afetar as demonstrações financeiras como resultado da reforma da taxa de juros de referência, incluindo os efeitos de mudanças nos fluxos de caixa contratuais ou relações de hedge decorrentes da substituição da taxa de juros de referência por uma taxa de referência alternativa. As alterações fornecem expediente prático para certos requisitos do CPC 48, CPC 38, CPC 40, CPC 11 e CPC 06 relacionados a: mudanças na base de determinação dos fluxos de caixa contratuais de ativos financeiros, passivos financeiros e passivos de arrendamento e contabilidade de hedge. c. **Outras Normas** Concessões de aluguel relacionadas à COVID-19 (alteração ao CPC 06) Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27). Referência à Estrutura Conceitual (alterações ao CPC 15). Combinações de Negócios; Ativo Circulante ou Não Circulante (alterações ao CPC 26). Contratos de Seguros (alterações ao CPC 11). **8 Caixa e equivalentes de caixa**

	2021	2020
Bancos	8.566	4.511
Aplicações financeiras	8.566	4.511

As aplicações financeiras são resgatáveis sem qualquer carência, são mantidas em bancos de primeira linha e representadas substancialmente por Operações Compromissadas, remuneradas à taxa de 99,50% a 100,5% da variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI (97,75% a 100% em 30/04/2020). **9 Contas a receber de clientes**

	2021	2020
Mercado interno	160	2.772
	160	2.772

O saldo de contas a receber, em 30/04/2021 e 2020, possui vencimento inferior a 90 dias e é resultante da participação em contratos de parceria mediante exploração agrícola de lavouras de cana-de-açúcar, realizadas com parteiras relacionadas. **10 Partes relacionadas a. Controladoras** A controladora final da Companhia é a Companhia Agrícola e Pecuária Lincoln Junqueira. **b. Saldos patrimoniais** Os valores registrados no contas a receber, referem-se a transações com a Usina Alta Mogiana S/A, no exercício findo em 30/04/2021, cujo saldo é de R$ 160 (R$ 2.772 em 30/04/2020), conforme nota 9. **c. Principais saldos e transações que afetam o resultado** As operações mantidas com partes relacionadas nos exercícios findos em 30/04/2021 e 2020 resumem-se à venda de cana-de-açúcar para a Companhia coligada, Usina Alta Mogiana S/A – Açúcar e Álcool, resultante da participação em contratos de parceria mediante exploração agrícola de lavouras de cana-de-açúcar, realizadas com parteiras relacionadas. No exercício findo em 30/04/2021, referidas vendas foram de R$ 9.289 (R$ 8.207 em 30/04/2020). Além das operações de cana-de-açúcar mantidas no exercício encerrado em 30/04/2021, a Companhia negociou com partes relacionadas, a venda de uma propriedade para investimento, cujo montante foi de R$ 13.500, vide nota 11.

11 Propriedade para investimento

Custo	Terras
Em 30 de abril de 2019 (Não auditado)	115.424
Aquisições	26.884
Em 30 de abril de 2020	142.308
Aquisições	20.883
Baixas	(13.307)
Em 30 de abril de 2021	149.884

As propriedades para investimento, estão avaliadas ao custo histórico. Para fins de divulgação das demonstrações financeiras, a Companhia avalia essas propriedades ao seu valor justo, no montante de R$ 237.742 (R$ 220.732 em 2020). As avaliações foram realizadas, utilizando evidências de mercado relacionadas a preços de transações efetuadas com propriedades similares. A Companhia utilizou a hierarquia de nível 2 para determinar e divulgar o valor justo das propriedades para investimento. As baixas no montante de R$ 13.307 referem-se a venda de uma propriedade efetuada a um de seus acionistas pelo montante de R$ 13.500, resultando num ganho de R$ 193 (vide nota 16).

12 Outras contas a pagar

Por aquisição de:	2021	2020
Propriedade para investimento	1.550	243
	1.550	243

13 Imposto de renda e contribuição social diferidos Os efeitos tributários diferidos referem-se à ajuste de avaliação patrimonial classificado no Patrimônio líquido (nota 14.c), como segue:

	2021	2020
Ajuste de avaliação patrimonial	16.469	1.018
(-) Imposto de renda e Contribuição social (34%)	(6.049)	(349)
Saldo líquido de imposto de renda e contribuição social	10.420	669

a. Conciliação do imposto de renda e da contribuição social com o resultado da aplicação direta da alíquota dos respectivos tributos sobre o resultado societário:

	2021		2020	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Receita Bruta de vendas	10.289	10.289	10.162	10.162
(-) Devoluções			(21)	(21)
Receita líquida	10.289	10.289	10.141	10.141
Base de cálculo				
Presunção (8% e 12%)	823	1.235	811	1.217
Receitas financeiras	209	209	1.445	1.445
Ganho de Capital	192	192		
Base de cálculo lucro presumido	1.224	1.636	2.256	2.662
Alíquota	25%	9%	25%	9%
	(306)	(147)	(564)	(240)
Tributos sobre adições/exclusões permanentes	24	28		
Tributos no resultado do exercício representado por	(282)	(147)	(536)	(240)
Efeito corrente	(282)	(147)	(536)	(240)
Efeito diferido				

14 Patrimônio líquido a. **Capital social** Em 30/04/2021 e 2020, o capital social está dividido em 6.782.871 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. **b. Reserva legal** Constituída de acordo com o lucro líquido do exercício. Poderá ser utilizada para aumento do capital social realizado. **c. Ajuste de avaliação patrimonial** Refere-se a reavaliação própria, líquida dos efeitos tributários, e é realizada com base nas depreciações, baixas e alienações dos respectivos bens reavaliados e a montante apurado da realização é transferido para lucros retidos. **d. Dividendos** De acordo com o estatuto social, aos titulares das ações são devidos dividendos, em cada exercício, dividendos de 25% do lucro líquido do exercício, após a apropriação da reserva legal, correspondente a 5% do lucro líquido do exercício, os quais são calculados como segue:

	2021	2020
Lucro líquido do exercício	9.746	10.005
Base para cálculo das destinações:	9.746	10.005
(-) Constituição de reserva legal	(487)	(500)
Base ajustada para cálculo de dividendos	9.259	9.505
Dividendos - 25% (mínimo obrigatório de acordo com Estatuto Social)	2.315	2.376

Demonstrações do fluxos de caixa - Método indireto

Exercícios findos em 30 de abril de 2021 e 2020 (Em milhares de reais)

	2021	2020
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	9.746	10.005
Variações nos ativos e passivos		
(Aumento) ou redução dos ativos		
Contas a receber de clientes	2.612	(2.506)
Impostos a recuperar - circulante e não circulante	3	(1)
Resultado de alienação ou baixa de bens	(193)	
Aumento ou (redução) dos passivos		
Fornecedores	-	(2)
Tributos a recolher	455	828
Adiantamentos de clientes	284	
Outros passivos a pagar - circulante e não circulante	2.307	(2)
	14.214	**8.302**
Imposto de renda e contribuição social pagos	(400)	(704)
Caixa líquido decorrente das atividades operacionais	**13.814**	**7.598**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Recebimento de venda de ativos	13.500	
Aplicação de recursos em propriedades para investimento	(20.883)	(26.815)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	**(7.383)**	**(26.815)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Dividendos pagos	(2.376)	(112)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	**(2.376)**	**(112)**
Aumento (Diminuição) do saldo de caixa e equivalentes de caixa, líquido	**4.055**	**(19.329)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	**4.511**	**23.840**
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	**8.566**	**4.511**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 30 de abril de 2021 e 2020 (Em milhares de reais)

	2021	2020
Lucro líquido do exercício	**9.746**	**10.005**
Outros componentes do resultado abrangente:		
Total do resultado abrangente do exercício	**9.746**	**10.005**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

No exercício findo em 30/04/2021, a Companhia apresentou lucro líquido de R$ 9.746, constituindo base para o cálculo do registro da Reserva de Dividendos mínimos obrigatórios propostos no valor de R$ 2.315. No exercício findo em 30/04/2020, a Companhia apresentou lucro líquido de R$ 10.005, constituindo base para o registro da Reserva Legal e, por consequinte os Dividendos mínimos obrigatórios propostos no valor de R$ 2.376. **a. Reservas de lucros** Constituída com os lucros remanescentes após as destinações legais e estatutárias, ficando a disposição da assembleia para futuras destinações. **15 Receita líquida de vendas** A receita líquida de vendas está demonstrada a seguir:

Receita de vendas:	2021	2020
Cana-de-Açúcar e soja mercado interno	10.289	10.162
Receita bruta	10.289	10.162
Impostos	(208)	(225)
Receita líquida	10.081	9.937

16 Outras receitas operacionais, líquidas

	2021	2020
Resultado de alienação de propriedade para investimento	193	
Outros créditos, líquidos	94	
	287	
A rubrica Resultado de alienação de propriedade para investimento é composta pelo valor de R$ 13.500 recebido pela venda de uma propriedade, deduzido do seu custo contábil no montante de R$ 13.307. **17 Resultado financeiro**

	2021	2020
Receitas financeiras:		
Rendimentos sobre aplicações financeiras	109	1.031
Outras receitas financeiras		6
Total das receitas financeiras	109	1.037
Despesas financeiras:		
Encargos financeiros sobre outros passivos	(2)	(29)
Total das despesas financeiras	(2)	(29)
Resultado financeiro	107	1.008

18 Lucro líquido básico e diluído por ação A tabela a seguir reconcilia o lucro líquido para o período do exercício ao valor por ação utilizados para o cálculo do lucro básico e do lucro diluído por ação.

Básico e diluído	2021	2020
Lucro líquido do exercício	9.746	10.005
Número de ações durante o exercício (milhares)	6.783	6.783
Lucro líquido por ação (Expresso em R$ por ação)	1,44	1,48

Para os exercícios findos em 30/04/2021 e 2020, a Companhia não tinha potencial para diluição de ações ordinárias e, consequentemente, o lucro por ação diluído é equivalente ao lucro por ação básico, conforme demonstrado anteriormente. **19 Instrumentos financeiros. a. Considerações gerais** A Companhia opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para caixa e equivalentes de caixa, incluindo aplicações financeiras, contas a receber de clientes e contas a pagar a fornecedores. **b. Caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber de clientes, outros ativos circulantes** Os valores contabilizados aproximam-se dos valores de realização. As aplicações financeiras são representadas substancialmente por CDBs indexados ao CDI, com alta liquidez, e são instituídas por instituições financeiras que atendem aos critérios de avaliação de risco da Companhia. **c. Contas a pagar a fornecedores, outros passivos circulantes** Os valores contabilizados aproximam-se dos valores de realização.

A Diretoria

Waldir Aparecido Vellano - Contador CRC 1SP109.847/O-8

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Diretores da Alta Mogiana Agro S.A. São Joaquim da Barra - SP Opinião Examinamos as demonstrações financeiras da Alta Mogiana Agro S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de abril de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Alta Mogiana Agro S.A. em 30 de abril de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente de fraude ou de erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de continuidade operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas de auditoria sempre detectará eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Também: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria a fim de planejar procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. - Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, do princípio contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos identificadas no decorrer dos trabalhos.

Ribeirão Preto, 24 de agosto de 2021

KPMG Auditores Independentes

CRC 2SP-027666/F

Giovani Ricardo Pigatto

Contador CRC 1SP263189/O-7

KPMG

38ª Vara Cível do Foro Central da Capital/SP. 39ª Ofício Cível. Edital da Citação. Prazo 20 dias. Processo nº 1136038-54.2018.8.26.0100. A Dra. Paula Pinelli da Guia, Juíza de Direito da 38ª Vara Cível do Foro Central da Capital/SP. Faz Saber a Primeiro Mundo Comércio Varejista de Artigos do Vestuário (CNPJ. 07.911.110/0001-54), que Banco Bradesco S/A lhe ajuizou ação Monitória, para cobrança da quantia de R$ 83.188,75 (dezembro/ 2018), decorrente do contrato nº 40681158. Estando a requerida em lugar ignorado, foi deferida a citação por edital, para que em 15 dias, a fluir dos 20 dias, supra, pague o débito (fundo reais e honorários advocatícios equivalentes a 5% do valor do débito (artigo 701 do CPC), ou ofereça embargos, sob pena de converter-se o mandado inicial em mandado executivo. Decorridos os prazos supra, no silêncio, será nomeado curador especial e dado regular prosseguimento ao feito, nos moldes do artigo 257, IV do CPC. Será o presente, afixado e publicado. 26 e 27 / 08 / 2021

EDITAL DE CITAÇÃO. Processo Digital nº: 0704008-36.2011.8.26.0020. Classe: Assunto: Monitória - Prestação de Serviços. Requerente: Fundação São Paulo, mantenedora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUCSP. Requerido: Ricardo Campos Oliz. EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE DIAS. PROCESSO Nº 0704008-36.2011.8.26.0020. (O.A) MM. Juiz(a) de Direito da 1ª Vara Cível. do Foro Regional XII - Nossa Senhora do Ó. Estado de São Paulo, D(a). Mario Massanori Fujita, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(s) RICARDO CAMPOS ORIS, (Brasileiro, CPF 214.269.138-28, com endereço à Avenida Raimundo Pereira de Magalhaes, 1720, apto. 62, Jardim Iris, CEP 05145-000, São Paulo - SP, que lhe foi proposta uma ação de Monitória por parte de Fundação São Paulo, mantenedora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUCSP para cobrança da quantia de R$ 9.486,74 (dezembro de 2011), decorrente do Instrumento de Confissão de Dívida firmado pelas partes. Estando o requerido em lugar ignorado, foi deferida a citação por edital, para que em 15 dias, a fluir dos 20 dias supra, pague o débito (fundo reais de custas processuais), acrescido de honorários advocatícios equivalentes a 5% do valor do débito (artigo 701 do CPC), ou ofereça embargos, sob pena de converter-se o mandado inicial em mandado executivo. Decorridos os prazos supra, no silêncio, será nomeado curador especial e dado regular prosseguimento ao feito, nos moldes do artigo 257, IV do CPC. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 16 de julho de 2021. 26 e 27 / 08 / 2021

Central Energética Alta Mogiana S.A.

CNPJ. 36.328.479/0001-37

Relatório da Diretoria

Senhores Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V. Sas., as demonstrações financeiras relativas aos exercícios encerrados em 30 de abril de 2021 e 2020. Permanecemos à disposição dos Senhores Acionistas para quaisquer informações que fizerem necessárias relativamente às contas apresentadas. São Joaquim da Barra-SP, 24 de agosto de 2021

A Diretoria.

Balanços patrimoniais em 30 de abril de 2021 e 2020 (Em milhares de reais)

Ativo	Nota	2021	2020	Passivo	Nota	2021	2020
Circulante				**Circulante**			
Caixa e equivalentes de caixa	8	1.783	1	Fornecedores		1.206	-
Impostos a recuperar		1.422	1	Salários e encargos sociais		21	-
Outros créditos		2.711	-	Tributos a recolher		33	-
Total do ativo circulante		**5.916**	**1**	**Total do passivo circulante**		**1.260**	-
Não Circulante				**Não Circulante**			
Impostos a recuperar		393	-	**Total do passivo não circulante**		-	-
		393	-	**Total do passivo**		**1.260**	-
Imobilizado	10	16.685	-	**Patrimônio líquido**			
Intangível	11	230	-	Capital social	13.a	22.001	1
Total do ativo não circulante		**17.308**	**-**	Reservas de lucros		(37)	-
Total do ativo		**23.224**	**1**	**Total do patrimônio líquido**		**21.964**	**1**
				Total do passivo e patrimônio líquido		**23.224**	**1**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Exercícios findos em 30 de abril de 2021 e 2020 (Em milhares de reais)

	Nota	Capital social	Reservas de lucros Reserva legal	Prejuízos retidos	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 30 de abril de 2019		1	-	-	-	1
Constituição de capital social		1	-	-	-	1
Saldos em 30 de abril de 2020		2	-	-	-	2
Aporte de capital social	13.a	22.000	-	-	-	22.000
Prejuízo líquido do exercício		-	-	(37)	-	(37)
Destinações: Constituição de reserva de retenção de lucros		-	-	(37)	37	-
Saldos em 30 de abril de 2021		**22.001**	-	**(37)**	-	**21.964**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 30 de abril de 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional A Central Energética Alta Mogiana S.A. ("Companhia"), foi constituída em 21/01/2020, com sede em São Joaquim da Barra/SP. A empresa ainda não encontra-se em fase pré-operacional e tem como atividade preponderante a geração de energia fotovoltaica para uso em elétrica produzida em unidades termoelétricas próprias. **2 Base de preparação a. Declaração de conformidade (em relação às normas do CPC)** As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais são consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pelos administradores da Companhia em 24 de agosto de 2021. **3 Base de mensuração** As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir o custo atribuído de ativos imobilizados quando permitido pelas práticas contábeis e legislação brasileira. **4 Moeda funcional e moeda de apresentação** Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real ("R$"), que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações apresentadas em real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **5 Uso de estimativas e julgamentos** Na preparação das demonstrações financeiras, a administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. **6 Principais políticas contábeis a) Capital social** As ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. A Companhia não possui ações preferenciais. Os dividendos mínimos obrigatórios, conforme definido em estatuto social, são reconhecidos como passivo. **e) Lucro básico e diluído por ação** O resultado por ação básico é calculado dividindo o lucro líquido do exercício atribuível aos detentores de capital próprio da Companhia pelo número médio de ações em circulação durante o exercício. **f) Imposto de renda e contribuição social** A base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social presumido é calculada à razão de 8% no cálculo de imposto de renda e 12% no cálculo de contribuição social sobre a receita bruta, sobre as quais se aplicam as alíquotas regulares de 15%, acrescida do adicional de 10%, para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social. Por esse método, não registraram imposto de renda e contribuição social diferidos sobre determinadas diferenças temporárias que não impactam a base de cálculo do lucro presumido. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende as parcelas correntes e diferidas. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. **Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente** O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber calculado sobre a receita bruta tributável do exercício e quaisquer ajuste aos impostos a pagar com relação a anos anteriores. É mensurado com base nas taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data do balanço. O imposto corrente sobre o lucro líquido ajustado do exercício inclui o imposto a pagar ou a receber calculado sobre o lucro líquido ajustado do exercício, considerando a compensação de prejuízos fiscais e base negativa limitada a 30% do lucro líquido ajustado do exercício. **7 Novas normas e interpretações ainda não efetivas** Não se espera que as seguintes normas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia: a) **Contratos Onerosos – custos para cumprir um contrato (alteração ao CPC 25/IAS 37)** As alterações especificam quais os custos que uma entidade inclui ao determinar o custo do cumprimento de um contrato com o objetivo de avaliar se o contrato é oneroso. As alterações aplicam-se a contratos existentes na data em que as alterações forem aplicadas pela primeira vez. Na data da aplicação inicial, o efeito cumulativo da aplicação das alterações é reconhecido como um ajuste do saldo de abertura em lucros acumulados ou outros componentes do patrimônio líquido, conforme apropriado. b) **Reforma da taxa de juros de referência - Fase 2 (alterações ao CPC 48, CPC 38, CPC 40, CPC 11e CPC 06)** As alterações tratam de questões que podem afetar as demonstrações financeiras como resultado da reforma da taxa de juros de referência, incluindo os

FIA F-3: Caio Collet quer "recomeço" em Spa e volta ao pódio

Brasileiro espera superar problemas das últimas etapas para seguir entre os primeiros colocados em sua temporada de estreia na categoria

Nas temporadas 2019/20, o brasileiro Caio Collet tornou-se recordista na F-Renault Eurocup, como o piloto a marcar pontos no maior número de corridas consecutivas, ficando 34 vezes seguidas entre os 10 primeiros. Por isso, foi realmente incomum o que aconteceu com o paulista de 19 anos na última etapa da FIA Fórmula 3, no mês passado, na Hungria.

Pela primeira vez em 2021, Collet não marcou pontos em nenhuma das três corridas da etapa. A meta agora é "começar tudo novamente do zero" na quinta etapa da competição, que será realizada este final de semana (27, 28 e 29), em Spa-Francorchamps, na Bélgica.

O lendário circuito de 7 km de extensão já é conhecido do brasileiro, que em 2018 fez sua primeira prova lá pela F-4 Francesa e foi ao pódio, com um segundo lugar. No ano seguinte, pela F-Renault Eurocup,

Foto: Dutch Photo Agency

também foi segundo no geral e venceu entre os rookies.

"A etapa em Budapeste foi realmente muito difícil, para mim e toda a equipe. Vínhamos evoluindo nos classificatórios, na Áustria perdi a pole por conta dos track limits, mas estávamos largando mais à frente. Infelizmente, adotamos uma estratégia errada com relação aos pneus na Hungria e isso nos custou muito caro", avaliou o brasileiro, que corre pela equipe holandesa MP Motorsport.

"Ficamos sem pontuar nas três corridas da etapa, pela primeira vez no ano. E, para mim, também foi muito estranho, porque não é algo comum. Nos últimos campeonatos, até bati recorde de corridas seguidas pontuando", lembrou.

"Estamos trabalhando muito para que em Spa possamos 'resetar' e começar tudo do zero novamente. Estou encarando como se fosse a primeira etapa do ano e vamos em busca do melhor resultado possível nas três provas, para voltar a brigar pelo pódio", completou o brasileiro, que está em décimo no campeonato, entre os 30 pilotos da categoria.

Integrante do programa da Alpine Academy, Collet foi ao pódio em duas das 12 provas até aqui da FIA F-3 e marcou pontos em cinco corridas.

As atividades em Spa terão início na sexta-feira, com um treino livre e o classificatório, a partir das 8h55*. No sábado, a corrida 1 terá sua largada às 5h05* e a segunda prova às 12h55*. A prova final no domingo será às 5h40*. *Horários de Brasília. O Bandsports transmite todas as atividades ao vivo para o Brasil.

Kiko Porto volta a acelerar neste final de semana em New Jersey

Foto: Gavin Baker Photography

A USF2000, depois de mais de um mês sem acelerar nas pistas dos Estados Unidos, volta a ser disputada neste final de semana no New Jersey Motorsports Park, localizado em Millville, no estado de Nova Jersey (EUA). Esta será a sétima etapa do calendário e terá o piloto pernambucano Kiko Porto acelerando nas três provas do fim de semana.

Atualmente, o jovem piloto é o líder do campeonato com 297 pontos, apresentando uma vantagem de 19 pontos em relação ao segundo colocado.

"Testei o carro da USF2000 no começo de julho no circuito de New Jersey e foi um teste positivo, deu para ter uma noção no que se refere à pressão dos pneus e emborrachamento da pista. Para a rodada tripla deste sábado e domingo, o objetivo é não só manter, mas também ampliar a liderança em relação aos outros pilotos", diz Kiko, que é patrocinado pelo Banco Daycoval.

De um total de 18 corridas previstas para o calendário de 2021 da USF2000, faltam apenas 5 para o fim da temporada. O piloto pernambucano, que corre pela equipe DEForce Racing, já triunfou neste ano em três provas, é recordista de pole positions com seis no total e também subiu ao pódio seis vezes.

As atividades de pista têm início nesta sexta-feira (27) com os treinos, no sábado acontece a classificação às 9h15 (horários de Brasília) e a corrida 1 às 13h30. No domingo, na parte da manhã, a categoria terá o segundo treino classificatório às 8h00 e a corrida 2 será às 10h30. A terceira e última prova da rodada tripla está prevista para o mesmo dia, a partir das 13h30.

Rally dos Sertões

Três equipes levaram a Mitsubishi ao pódio em categorias diferentes

Deu Mitsubishi em primeiro lugar em três categorias do Rally dos Sertões 2021! Durante dez dias de desafio, foram percorridos 3.615 quilômetros por sete estados do nordeste brasileiro.

Pilotos e navegadores levaram a marca dos três diamantes ao lugar mais alto do pódio nas categorias: Production, com a Mitsubishi L200 Triton Sport R, conduzida pelo piloto Luis Carqueijo e o navegador Igor Quirrenbach de Carvalho. Já na categoria Super Production, os vencedores foram Wellington Costa e Rodrigo Mendonça, que superaram os diversos obstáculos com a Mitsubishi L200 Triton ER movida a etanol. Na Pró-Brasil, a vitória ficou com a dupla Felippe Roncon e Joseane Koerich, a bordo da L200 Triton Sport RS.

O desempenho de Carqueijo e Quirrenbach com a Mitsubishi L200 Triton Sport R foi muito além do esperado, já que a dupla completou a prova em 17º lugar na classificação geral. A equipe participou com o projeto Sertões de Zero a $100k. A ideia era inspirar os amantes do rali cross-country a vivenciarem essa experiência off-road com um custo mais acessível.

Carqueijo ressaltou que, dentro da modalidade "carros", a Mitsubishi L200 Triton Sport R estava praticamente original, ou seja, foi como se tivesse saído das ruas para o rally mais difícil das Américas, tendo como diferenciais apenas os itens de segurança para a competição (gaiolas, bancos, cintos, sistema de extinção de incêndio) e leves modificações, como o uso de dois amortecedores por roda. Isso demonstra a robustez e tecnologia embarcada no modelo Mitsubishi.

Foto: Magnus Torquato

Vencedores *da Super-Production*

Como resultado, a dupla ficou à frente de outras categorias muito mais preparadas e modificadas.

Ao vender mais do que automóveis de qualidade, mas sim todo um estilo de vida ao ar livre, a Mitsubishi Motors constantemente marca sua presença em grandes eventos esportivos como o Rally dos Sertões, o L'Étape, a SIVI e a Copa Mitsubishi de Vela, além de rallies e passeios promovidos para os clientes da marca, seus familiares e amigos, sempre pensados para oferecer uma experiência inesquecível.

Rip Curl WSL Finals vai promover uma decisão inédita dos títulos

Foto: Matt Dunbar

Gabriel *Medina*

Pela primeira vez em 45 anos de história, os títulos mundiais serão disputados pelos top-5 do ranking e quatro surfistas da seleção brasileira da WSL estão na briga. O inédito Rip Curl WSL Finals será realizado no melhor dia do mar no período de 9 e 17 de setembro, nas ondas de alta performance de Lower Trestles, em San Clemente, na Califórnia. Gabriel Medina, Italo Ferreira e Filipe Toledo, encabeçam o ranking masculino e serão os últimos a entrar no sistema mata-mata da competição. Tatiana Weston-Webb é a vice-líder e vai disputar a bateria que definirá a adversária da líder, Carissa Moore, na decisão do título feminino.

Diferente dos outros anos, desde o primeiro Circuito Mundial de Surfe Profissional em 1976, os campeões da temporada não serão os que terminaram em primeiro lugar no ranking. A World Surf League está inaugurando esse ano uma nova era para o esporte, com os cinco melhores tendo a chance de disputar o título mundial em um evento especial. Os top-5 e as top-5 do **World Surf League Championship Tour 2021**, foram definidos na sétima etapa do ano, o Corona Open Mexico apresentado pela Quiksilver, encerrado no último dia 13 no México. Os rankings computaram os cinco melhores resultados de cada atleta nas sete etapas.

Os líderes dos rankings, **Gabriel Medina** e **Carissa Moore**, possuem as maiores chances de conquistar os títulos, pois terão o privilégio de disputar uma melhor de três baterias, contra quem passar pelos outros confrontos mata-mata do Rip Curl WSL Finals. A primeira medalhista de ouro da história do surfe nas Olimpíadas vai tentar seu quinto título e **Gabriel Medina** pode se tornar o sexto surfista a ser campeão três vezes nos 45 anos do Circuito Mundial.

Se conseguir, será um tricampeonato consecutivo do Brasil. O próprio **Medina** ganhou o primeiro em 2014 e Adriano de Souza já venceu o segundo no ano seguinte. O bicampeonato se repetiu com **Gabriel** em 2018 e o medalhista de ouro **Italo Ferreira** em 2019. Neste ano, ainda tem **Filipe Toledo** buscando seu primeiro título. Ele mora em San Clemente, na Califórnia e conhece muito bem as ondas de Trestles. **Filipe** chegou nas semifinais das três últimas etapas do CT nessa praia, ficando em terceiro lugar nas duas primeiras e ganhando a última em 2017, numa dobradinha brasileira no alto do pódio com **Silvana Lima**.

DECISÃO DOS TÍTULOS – A batalha pelo título mundial de 2021 no Rip Curl WSL Finals, vai começar com um duelo entre o quarto e quinto colocados no ranking, o norte-americano **Conner Coffin** e o australiano **Morgan Cibilic**, respectivamente. Quem passar, enfrenta **Filipe Toledo** e o vencedor vai disputar com **Italo Ferreira**, a vaga para a decisão do título com **Gabriel Medina** em uma melhor de três baterias.

Em 2019, o campeão foi definido na última bateria do ano também, com **Italo** ganhando o título decidido na final contra **Medina** no **Billabong Pipe Masters**. Nesse evento, foi registrada a maior audiência mundial de fãs acompanhando o último dia da competição. A expectativa é que isso se repita no dia que acontecer o Rip Curl WSL Finals, no período de 9 a 17 de setembro.

Entre as mulheres, **Tatiana Weston-Webb** pela primeira vez terminou uma temporada em segundo lugar no ranking e tentará um inédito título feminino para o Brasil. A batalha será duríssima, não só para ela, mas para qualquer surfista, conseguir ganhar uma melhor de três baterias com a tetracampeã mundial e medalhista olímpica, **Carissa Moore**.

Para chegar na decisão do título com a havaiana, **Tatiana** terá que derrotar a vencedora do duelo da terceira do ranking, **Sally Fitzgibbons**, com quem passar pelo primeiro confronto feminino, da também australiana e heptacampeã mundial, **Stephanie Gilmore**, com a francesa **Johanne Defay**. A brasileira terá que se superar, pois todas as quatro finalistas têm vantagem em baterias disputadas com ela em etapas do CT.

ASSISTA AO VIVO - A janela de realização do Rip Curl WSL Finals vai de 9 a 17 de setembro e a decisão dos títulos acontecerá no melhor dia de ondas deste período. O evento será transmitido AO VIVO no WorldSurfLeague.com e YouTube, pelo aplicativo grátis da WSL e também pela ESPN Brasil. **Mais informações disponíveis em WorldSurfLeague.com.**

Weal
PRODUTOS DE BEM ESTAR
DISTRIBUIDOR AUTORIZADO
eko'7
DIGA SIM À VIDA
(11) 99653-7522
Para você que sofre de insônia, enxaqueca, dores nas costas e deseja melhor noite de sono, melhor qualidade de vida e saúde através do desenvolvimento sustentável de produtos que promovem bem-estar para pessoas que buscam longevidade, nós temos uma solução para lhe oferecer.

ALTA MOGIANA

USINA ALTA MOGIANA S.A. - AÇÚCAR E ÁLCOOL

CNPJ nº 53.009.825/0001-33

São Joaquim da Barra, 24 de agosto de 2021.

Senhores Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V. Sas., as demonstrações financeiras relativas aos exercícios encerrados em 30 de abril de 2021 e 2020. Permanecemos à disposição dos Senhores Acionistas para quaisquer informações que fiserem necessárias relativamente à sua apresentação.

Relatório da Diretoria

A Diretoria.

Balanços patrimoniais em 30 de abril de 2021 e 2020 (Em milhares de reais)

Ativo	Nota	2021	2020
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	9	668.189	846.898
Aplicações financeiras	9.a	3.115	29.568
Contas a receber de clientes	10	159.668	180.035
Estoques	11	160.061	153.753
Adiantamentos a fornecedores	11	13.337	24.536
Ativo biológico	14	207.296	191.196
Impostos a recuperar	13	42.217	38.909
Instrumentos financeiros derivativos	27	38.719	53.606
Outros créditos		14.892	12.504
Total do ativo circulante		**1.300.738**	**1.520.321**
Não Circulante			
Depósitos judiciais	21	6.003	5.958
Adiantamentos a fornecedores	11	51.068	45.681
Impostos a recuperar	13	8.693	8.923
Outros investimentos		2.550	2.590
Outros créditos		222	212
		68.536	66.364
Imobilizado	15	1.109.988	1.026.329
Intangível	16	3.194	2.495
Direito de uso	17	569.661	426.855
Total do ativo não circulante		**1.751.379**	**1.522.043**
Total do ativo		**3.052.097**	**3.042.364**

Passivo	Nota	2021	2020
Circulante			
Fornecedores	18	47.600	70.513
Empréstimos e financiamentos	19	459.842	297.271
Parceria agrícola a pagar	17	126.767	105.649
Salários e encargos sociais		25.888	28.082
Tributos a recolher		15.313	11.089
Adiantamento de clientes	20	579	579
Instrumentos financeiros derivativos	27	270.345	234.440
Dividendos e juros a pagar	23.d	49.512	-
Outras contas a pagar		9.931	804
Total do passivo circulante		**996.778**	**750.427**
Não Circulante			
Empréstimos e financiamentos	19	603.278	1.108.478
Parceria agrícola a pagar	17	356.373	254.595
Provisão para demandas judiciais	21	29.073	28.228
Imposto de renda e contribuição social diferidos	22	153.220	96.151
Total do passivo não circulante		**1.141.944**	**1.487.452**
Total do passivo		**2.138.722**	**2.238.322**
Patrimônio líquido			
Capital social		380.000	380.000
Ajuste de avaliação patrimonial	23.c	7.085	8.821
Reservas de lucros		526.289	415.221
Total do patrimônio líquido		**913.375**	**804.042**
Total do passivo e patrimônio líquido		**3.052.097**	**3.042.364**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do resultado exercícios findos em 30 de abril de 2021 e 2020 *(Em milhares de reais)*

	Nota	2021	2020
Receita líquida de vendas	24	**1.519.838**	**1.227.989**
Ajuste ao valor justo - ativo biológico	14 e 25	28.152	27.127
Custos dos produtos vendidos e revendidos	25	(781.052)	(759.390)
Lucro bruto		**739.940**	**490.702**
Despesas/receitas operacionais			
Com vendas	25	(79.094)	(39.894)
Gerais e administrativas	25	(48.918)	(45.201)
Outras receitas operacionais, líquidas	25	6.042	34.162
		(121.970)	(52.933)
Lucro antes do resultado financeiro e impostos		**617.870**	**437.869**
Despesas financeiras	26	(531.481)	(438.472)
Receitas financeiras	26	208.157	217.113
Variações monetárias, líquidas	26	16.758	(26.352)
Resultado financeiro	26	(306.566)	(247.711)
Lucro (Prejuízo) antes dos impostos		**311.304**	**(33.647)**
Imposto de renda e contribuição social			
Corrente	22	(45.764)	(57.215)
Diferido	22	(57.060)	70.864
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício		**208.471**	**(19.909)**
Lucro (Prejuízo) líquido básico e diluído por ação (Expresso em R$ por ação)	28	**13,55**	**(1,29)**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações do resultado abrangente - exercícios findos em 30 de abril de 2021 e 2020 *(Em milhares de reais)*

	2021	2020
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício	**208.471**	**(19.909)**
Outros componentes do resultado abrangente:		
Valor justo de outros investimentos	-	-
Efeitos tributários sobre valor justo de outros investimentos	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	**208.471**	**(19.909)**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do fluxos de caixa - método indireto exercícios findos em 30 de abril de 2021 e 2020 *(Em milhares de reais)*

	2021	2020
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício	208.471	(19.909)
Ajustes para conciliar o lucro do exercício ao caixa gerado pelas atividades operacionais:		
Depreciação e amortização	133.578	135.609
Resultado de alienação ou baixa de bens	491	94
Imposto de renda e contribuição social diferidos	57.069	(70.953)
Resultado não realizado com instrumentos financeiros	191.339	200.428
Juros, variações monetárias e cambiais sobre empréstimos e financiamentos	30.785	291.107
Constituição de provisão para contingências	-	1.422
Juros e multas de provisão para contingências	220	575
Reversão de provisão para contingência e juros/multas	-	(4.623)
Ajuste ao valor justo - ativo biológico	(1.054)	(22.103)
Juros e variações monetárias sobre outros ativos e passivos	(10)	(1)
Reversão de provisão para perdas de liquidação duvidosas	(36)	(131)
Depreciação do direito de uso	120.159	113.243
Ajuste a valor presente	2.612	3.380
	744.624	**628.100**
Variações nos ativos e passivos		
(Aumento) ou redução dos ativos		
Contas a receber de clientes	20.403	(55.487)
Estoques	(6.308)	(56.620)
Adiantamentos a fornecedores	(11.078)	(55.084)
Ativo biológico	(25.446)	(3.035)
Impostos a recuperar - circulante e não circulante	(3.078)	(35.857)
Instrumentos financeiros derivativos	(190.708)	(43.735)
Depósitos judiciais	580	(2.233)
Outros ativos a receber - circulante e não circulante	4.124	(8.944)
Aumento (ou redução) dos passivos		
Fornecedores	(22.913)	36.221
Salários e encargos sociais	(2.199)	233
Tributos a recolher	49.121	56.037
Adiantamentos de clientes	(2.343)	580
Instrumentos financeiros derivativos	50.161	17.513
Outros passivos a pagar - circulante e não circulante	33	(133)
	604.973	**477.365**
Imposto de renda e contribuição social pagos	(44.897)	(57.573)
Amortização de juros de empréstimos e financiamentos	(48.112)	(38.764)
Caixa líquido decorrente das atividades operacionais	**511.964**	**381.028**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Recebimento pela venda de ativos	16.218	4.739
Aplicações financeiras	26.453	(7.237)
Aquisição de recursos em imobilizado	(232.940)	(257.893)
Aquisição de recursos em intangível	(1.705)	(1.278)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	**(191.974)**	**(261.670)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Captação de empréstimos e financiamentos	3.000	452.478
Amortização de principal de empréstimos e financiamentos	(328.302)	(43.354)
Dividendos pagos	(49.626)	(29.999)
Amortização de parcerias agrícolas	(123.771)	(116.604)
Caixa líquido (aplicado) em atividades de financiamentos	**(498.699)**	**262.521**
(Redução) aumento do saldo de caixa e equivalentes de caixa, líquido	**(178.709)**	**381.879**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	**846.898**	**465.019**
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	**668.189**	**846.898**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - exercícios findos em 30 de abril de 2021 e 2020 *(Em milhares de reais)*

	Capital social	Ajuste de avaliação patrimonial - Custo atribuído de ativos	Ajuste de avaliação patrimonial - Investimento a valor justo	Reservas de Lucros - Lucros retidos	Reservas de Lucros - Reserva legal	Reservas de Lucros - Reserva de lucros acumulados	Total
Saldos em 30 de abril de 2019	380.000	10.420	-	55.725	378.699	-	824.844
Distribuição de dividendos complementares		(893)			(893)		(893)
Realização do custo atribuído		(1.599)			1.599		-
Prejuízo líquido do exercício						(19.909)	(19.909)
Destinações:							
Constituição de reservas de lucros						(19.909)	(19.909)
Saldos em 30 de abril de 2020	380.000	8.821	-	55.725	379.405	-	804.042
Distribuição de dividendos complementares					(49.626)		(49.626)
Realização do custo atribuído		(1.735)			1.735		-
Lucro líquido do exercício						208.471	208.471
Destinações:							
Constituição de reserva legal				10.423		(10.423)	-
Dividendos mínimos obrigatórios (R$ 3,2183 por ação)						(49.512)	(49.512)
Constituição de reservas de lucros						148.536	148.536
Saldos em 30 de abril de 2021	380.000	7.086	-	66.148	460.141	513.375	913.375

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 30 de abril de 2021 *(Em milhares de reais, exceto quando indicado em outra forma)*

1 Contexto operacional A Usina Alta Mogiana S.A. - Açúcar e Álcool ("Companhia"), sediada em São Joaquim da Barra/SP, tem como atividade preponderante a fabricação e o comércio de açúcar e etanol. Também atua na cogeração e comercialização de energia elétrica. No exercício findo em 30/04/2021, aproximadamente 70% da cana-de-açúcar processada pela Companhia foram cultivados em terras próprias e o restante foi adquirido de terceiros, sendo parte oriunda de parceria agrícola, o restante é adquirido junto a produtores agrícolas. A Companhia tem capacidade de produzir e processar aproximadamente 7 milhões de toneladas de cana-de-açúcar por safra. **a. Covid-19** Com base nas informações disponíveis até a data de emissão destas demonstrações financeiras, as principais estimativas e premissas adotadas pela Companhia diante da pandemia da Covid-19 em nossos resultados operacionais são: Em virtude do recrudescimento do estado de calamidade pública decorrente da pandemia, por meio do Decreto Legislativo nº 6 de 20/03/2020, o Congresso Nacional, por meio do Senado Federal, aprovou e promulgou medidas tributárias e não tributárias com fito de preservação do fluxo de caixa das companhias brasileiras, tendo em vista a exposição ao risco da Covid-19 (Covid), dentre os quais: (i) Portaria nº 139/2020, (ii) Portaria nº 245/2020; (iii) Medida Provisória nº 932/2020; e (iv) Medida Provisória nº 927/2020. (i) Portaria nº 139 de 30/04/2020, que estabelece critérios específicos para o pagamento do PIS e COFINS (art. 1º) e Contribuições Previdenciária Patronal (art. 2º) das competências março/2020 e abril/2020 (vencimentos: abril e maio, respectivamente) para o vencimento das competências do mês subsequente (vencimento: junho e julho, respectivamente, agosto e outubro, respectivamente). (ii) Portaria nº 245 de 15/06/2020, possibilitou as pessoas jurídicas optantes do Programa Empresa Cidadã, instituído por meio da Lei nº 11.770/2008, o direito de deduzir o dobro da despesa de maternidade, nos mesmos moldes do Programa Empresa Cidadã, a partir do período de apuração de 2020 (vencimento: janeiro de 2021). (iii) Medida Provisória nº 932 de 31/03/2020 reduziu as alíquotas aplicáveis às contribuições parafiscais destinadas a entidades privadas de serviços (assistência) social e de formação profissional vinculada ao sistema sindical (alíneas 5), até 30/06/2020. (iv) Medida Provisória nº 927 de 22/03/2020, possibilitou as pessoas jurídicas a: a) diferirem o pagamento do FGTS (art. 19) das competências dos meses de março, abril e maio para as competências imediatamente subsequentes, bem, podendo inclusive ser pagamentos parcelados, conforme estabelecer o artigo 20 do referido diploma normativo; b) antecipação de férias individuais, concedendo o direito do pagamento da remuneração de férias até o 5º (quinto) dia útil do mês imediatamente subsequente ao gozo das férias; e d) a concessão de um terço de férias em abono dar-se-á, única e exclusivamente, mediante conveniência do empregador (parágrafo único, art. 99). A Sociedade adotou alguns destes benefícios previstos nas medidas tributárias e não tributárias (FGTS) implementadas pela Covid, através do diferimento de tributos e do FGTS e redução das alíquotas do sistema S na determinação das contribuições parafiscais destinadas a outras entidades. Resultado, por fim, que as medidas mencionadas acima não acarretaram a adoção de medidas adicionais e complementares, até o momento não adotadas, como por exemplo aquelas previstas no Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e Renda (Medida Provisória nº 936/2020). **b. Base de preparação das demonstrações financeiras e informação (em relação às normas do CPC)** As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e evidenciam todas as informações relevantes (próprias e de terceiros) inerentes à atividade da Companhia e são consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pelos administradores da Companhia em 24 de agosto de 2021. Detalhes sobre as principais práticas contábeis da Companhia estão apresentadas na Nota 6. **3 Base de mensuração** As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir o custo atribuído de ativos imobilizados quando permitido pelas práticas contábeis e legislação brasileira, com exceção dos instrumentos financeiros derivativos e ativos biológicos mensurados pelo justo por meio do resultado e do valor justo dos ativos biológicos. **4 Moeda funcional e moeda de apresentação** Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real ("R$"), que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em reais foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **5 Uso de estimativas e julgamentos** Na preparação destas demonstrações financeiras, a administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. **a. Julgamentos** Em julgamentos, informações sobre a aplicação dos políticas contábeis que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas: **Nota 17** - Arrendamento de ativo e direito de uso. - **Nota 21** - Provisão para contingências. - **Nota 27** - Instrumentos financeiros. **b. Incertezas sobre premissas e estimativas** As informações sobre incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material no exercício a findar-se em 30/04/2022 estão incluídas nas seguintes notas explicativas: - **Nota 10** - Perda de crédito esperada para contas a receber; - **Nota 14** - Ativo biológico; - **Nota 15** - Vida útil do ativo imobilizado; **Nota 17** - Direito de uso e; - **Nota 22** - Imposto de renda e contribuição social diferidos. **c. Mensuração do valor justo** Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração dos valores justos, para os ativos e passivos financeiros e não financeiros. A Companhia estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração dos valores justos. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas do valor justo, incluindo os valores justos de nível 3. A equipe de avaliação revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se a informação de terceiros, tais como cotações de corretores ou serviços de preços, é utilizada para mensurar os valores justos, então a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem aos requisitos do CPC, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis no mercado, na medida do possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma. - **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos. - **Nível 2:** inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, seja de forma direta (preços) ou indiretamente (derivado de preços). - **Nível 3:** *inputs*, para o ativo ou o passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças. Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na Nota 27 - Instrumentos financeiros. *Contas a receber de clientes* O valor justo de contas a receber e outros recebíveis, que é classificado para fins de divulgação, é determinado pelo valor presente de fluxos de caixa futuros, descontado pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação. *Imobilizado* O valor justo dos itens do ativo imobilizado, para fins de custo atribuído, foi baseado no valor de mercado ou abordagem de custo por meio de preços de mercado cotados na data de transição para ativos semelhantes, quando disponível, e custo de reposição quando apropriado. *Instrumentos financeiros derivativos* O valor justo de contratos de câmbio a termo é baseado no preço de mercado listado, se disponível. O valor justo dos instrumentos derivativos de proteção de moeda estrangeira não negociados é por o valor futuro com base nas condições contratadas e determinar o valor presente com base em curvas de mercado, extraídas da base de dados da BM&F. Caso um preço de mercado listado não esteja disponível, o valor justo é estimado descontando a diferença entre o preço a termo contratual e o preço a termo corrente para o período de vencimento residual do contrato usando uma taxa de juros livre de risco baseada em títulos públicos (- Vide Nota 27. *Passivos financeiros não derivativos* Os passivos financeiros não derivativos são mensurados ao valor justo no momento inicial, e, quando aplicável, ajustados para a data de apresentação. O valor justo é calculado com base no valor presente do principal e dos juros apurados na data de apresentação das demonstrações financeiras, considerando os fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação. *Ativos e passivos financeiros não derivativos* O valor justo, que é determinado para fins de divulgação, é calculado baseado no valor presente dos fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação das demonstrações financeiras. *Ativos financeiros não derivativos* Os ativos financeiros não derivativos são classificados como: *Ativos mensurados ao custo amortizado* Os ativos financeiros que não são derivativos são mantidos dentro de um item do imobilizado são contabilizados separadamente, incluindo inspeções e vistorias, e classificados no ativo imobilizado. Outros gastos são capitalizados quando eles trazem um aumento nos benefícios econômicos desse item do imobilizado. Qualquer outro tipo de gasto é reconhecido no resultado como despesa. Quando parte de um item do imobilizado tem diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) do imobilizado. Ganhos ou perdas de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras despesas operacionais, líquidas, no resultado. **(f) Custos subsequentes** Custos subsequentes são capitalizados no valor contábil em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos sejam auferidos pela Companhia. Custos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado. A Companhia realiza anualmente manutenções em sua unidade industrial, aproximadamente no período de dezembro a janeiro. Os principais custos de manutenção incluem custos de mão de obra, materiais, serviços externos e despesas gerais inderiadas alocadas durante o período de entressafra. Tais custos são reconhecidos no resultado como despesa. *(iii)Depreciação* A depreciação é reconhecida como custo ou despesa, com base no custo atribuído pela método linear durante o período da safra, no caso dos ativos utilizados neste período, de modo que cada custo atribuído seja suas vidas úteis estimadas. Os ativos sob arrendamento baixado (exceto para terrenos e construções em andamento). A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados na data de cada balanço patrimonial e o efeito de qualquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. As taxas utilizadas estão apresentadas na Nota 15. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revisados e ajustados, se necessário, quando existem indícios de mudanças significativas desde a data do último balanço patrimonial. Os contratos de arrendamento e parcerias agrícolas firmados pela Companhia (terras agricultáveis) junto a terceiros, prevem, em sua maioria, o pagamento de um valor, em uma determinada data, indexados a produção de cana-de-açúcar. As parcerias agrícolas firmadas pela Companhia não são classificadas como ativos e Passivos de arrendamento e parceria agrícola a pagar. **(i) Como arrendatário** No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Companhia aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais. A Companhia reconheceu um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento e parceria a pagar na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento ou parceria agrícola efetuados até a da data de início. O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pela efetiva colheita desde a data de início até o final do prazo do arrendamento. O passivo de arrendamento e parceria agrícola é inicialmente mensurado pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento e parceria agrícola que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento/parceria agrícola ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de juros incremental do arrendatário. A Companhia determina sua taxa incremental com base nas taxas de juros observáveis no mercado. Os pagamentos de arrendamento incluídos no mensuração do passivo de arrendamento são realizados de acordo com a variação do preço do Consecana-SP demonstrados na seção anterior. O passivo de arrendamento e parceria agrícola é mensurado posteriormente pelo custo amortizado. O passivo de arrendamento é reavaliado e ajustado quando ocorrem modificações, mudanças no prazo do arrendamento, pagamentos fixos de tecnologia da informação. A Companhia reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos em despesa de arrendamento e parceria agrícola no período do fato. **f. Ativo biológico** O ativo biológico (cana-de-açúcar em pé) é reconhecido no valor justo menos as despesas estimadas no ponto de venda, considerando a maturidade da cana-de-açúcar ao longo do período de doze e de modo consistente, considerando os fatores que satisfazer essa exigência de cálculo e o fluxo de caixa descontado, cujo resultado do cálculo é apresentado na Nota 14. A avaliação do ativo biológico é revisada pela equipe da Companhia, sendo o ganho ou perda na variação do valor justo menos despesas de venda, reconhecidos no resultado do período em que ocorrerem. Custos de venda incluem todos os custos que seriam necessários para vender os ativos. A cana-de-açúcar em pé é transferida ao estoque pelo seu valor justo, deduzido das despesas estimadas de venda apuradas na data de corte. **g. Estoques e adiantamentos a fornecedores** Mensurados pelo custo de compras, líquido dos impostos compensáveis, quando aplicável, e valor justo do ativo biológico na data do corte, sendo inferior aos valores de realização líquido do custo de colheita, frete e tratamento do estoques são determinados pelo método do custo médio. O custo dos estoques de produtos acabados e em processo inclui os valores reportados no ativo biológico, gerais de fabricação e ajustados ao valor líquido realizável, se aplicável, que corresponde ao preço de venda estimado dos estoques, deduzido de todos os custos estimados para a conclusão e custos necessários para realizar a venda, incluindo custos de transporte e estoque não em montante considerável suficiente pela Administração para cobrir prováveis perdas no realização e obsolescência dos estoques. Os adiantamentos a fornecedores de cana e são demonstrados ao custo ou realizável líquido, dos dois o menor. A realização se dá de acordo com a expectativa de fornecimento de cana-de-açúcar entre curto e longo prazo. **h. Instrumentos financeiros (i) Ativos financeiros** A partir de 1º/05/2019, os ativos financeiros são classificados como: (a) mensurados ao custo amortizado e (b) mensurados ao valor justo por meio do resultado, com base em ambos os seguintes critérios: (i) o seu objetivo de negócio, que pode ser da seguinte forma: *(a) Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado* Os ativos financeiros mantidos para obtenção de fluxos de caixa contratuais e para venda com realização de lucros e perdas; e (2) cujos termos contratuais específicos, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Em 30/04/2021 e 2020, os ativos financeiros classificados nessa categoria referem-se a caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras vinculadas, contas a receber de clientes e outros recebíveis. Os ativos financeiros são demonstrados ao custo amortizado. *Caixa e equivalentes de caixa:* incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez e instrumentos financeiros derivativos ativos, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, quando aplicável; *Aplicações financeiras vinculadas:* referem-se a investimentos vinculadas a contratos de instrumentos financeiros derivativos com restrição de liquidez; *Contas a receber de clientes e outros recebíveis:* são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, que não geram cotação em um mercado ativo. Em 30/04/2021 e 2020, os ativos financeiros classificados nessa categoria referem-se a caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras vinculadas, contas a receber de clientes e outros recebíveis. Mensurados pelo custo amortizado e demonstrados abaixo: *Caixa e equivalentes de caixa:* incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez e instrumentos financeiros derivativos ativos, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, quando aplicável; *Aplicações financeiras vinculadas:* referem-se a investimentos vinculadas a contratos de instrumentos financeiros derivativos com restrição de liquidez; *Contas a receber de clientes e outros recebíveis:* são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, que não geram cotação em um mercado ativo. Em 30/04/2021 e 2020, os ativos financeiros classificados nessa categoria referem-se a caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras vinculadas, contas a receber de clientes e outros recebíveis. Os ativos financeiros são demonstrados ao custo amortizado e demonstrados abaixo: *Caixa e equivalentes de caixa:* incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez e instrumentos financeiros derivativos ativos, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, quando aplicável; *Aplicações financeiras vinculadas:* referem-se a investimentos vinculadas a contratos de instrumentos financeiros derivativos com restrição de liquidez; *Contas a receber de clientes e outros recebíveis:* são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, que não geram cotação em um mercado ativo. Em 30/04/2021 e 2020, os ativos financeiros classificados nessa categoria referem-se a caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras vinculadas, contas a receber de clientes e outros recebíveis. Os ativos financeiros são demonstrados ao custo amortizado e demonstrados abaixo: *Caixa e equivalentes de caixa:* incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez e instrumentos financeiros derivativos ativos, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, quando aplicável; *Aplicações financeiras vinculadas:* referem-se a investimentos vinculadas a contratos de instrumentos financeiros derivativos com restrição de liquidez; *Contas a receber de clientes e outros recebíveis:* são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, que não geram cotação em um mercado ativo. *(b) Ativos mensurados ao valor justo por meio do resultado* Incluem ativos financeiros mantidos para negociação e são contabilizados pelo valor justo. Os custos de transação são debitados ao resultado. Após reconhecimento inicial, os ativos são mensurados pelo valor justo, e quaisquer ganhos ou perdas são reconhecidos no resultado. Os ativos financeiros incluídos nessa categoria são classificados como ativos circulantes, se espera-se que sejam realizados em um período de até 12 meses, e como não circulantes, se o prazo para realização for superior a esse período. Em 30/04/2021 e 2020, a Companhia não possui ativos financeiros nessa categoria. *(ii) Passivos financeiros* Os passivos financeiros são classificados como: *Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado* Após reconhecimento inicial, são demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos de transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam ativos, de acordo com o método de juros efetivos. Os passivos financeiros incluídos nessa categoria incluídos nessa categoria são: fornecedores, empréstimos e financiamentos e outras contas a pagar. *(iv) Instrumentos financeiros – apresentação líquida* Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial, se, e somente se, houver o direito legal corrente e exercível de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. *Instrumentos financeiros derivativos* Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativo é firmado, e são, posteriormente, remensurados ao seu valor justo. O valor justo de qualquer um desses instrumentos derivativos é reconhecido imediatamente no resultado, como receitas ou despesas financeiras. Os valores justos desses instrumentos derivativos são classificados como ativos circulantes ou não circulantes (Ver Nota 27). *(v) Valor justo dos instrumentos financeiros* O valor justo de instrumentos financeiros ativamente negociados em mercados ativos é baseado nos preços de mercado na data do balanço. Os valores justos dos instrumentos financeiros não cotados são determinados por técnicas de avaliação. Essas técnicas podem incluir o uso de transações recentes de mercado (com condições de interesse), referência ao valor justo de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, análise de fluxo de caixa descontado ou outros modelos de avaliação. *(vi) Ativos não financeiros* Os valores contábeis de ativos não financeiros da Companhia, que não os estoques e ativos biológicos, são revisados quanto a existência de indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado. O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, o fluxo de caixa futuro estimado é descontado a seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de tempo e os riscos específicos do ativo. A administração da Companhia não identificou qualquer evidência de perda de valor recuperável de ativos não financeiros. Não foram reconhecidas em 2021 e 2020 as perdas de valor recuperável reconhecidas em períodos anteriores são avaliadas a cada data de apresentação para qualquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não mais existe. Uma perda de valor é revertida na medida em que não ultrapasse o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. **i. Benefícios a empregados** *(i) Benefícios de curto prazo a empregados* Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado. O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar por serviços passados prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. **j. Provisões** Reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente legal ou construtiva como resultado de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de fluxo de caixa confiável e cuja liquidação seja provável. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações necessárias para liquidar a obrigação ao final do período de apresentação, considerando os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidá-la, seu valor contábil é o valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante). Quando alguns ou todos os benefícios econômicos necessários para liquidação de uma provisão são esperados serem recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável. A provisão por contingências, especificamente a provisão para perdas judiciais, é reconhecida de acordo com a avaliação de risco (perdas prováveis) efetuada pela administração da Companhia e por seus consultores jurídicos, sendo suficiente para cobrir as perdas no longo prazo. **k. Demais passivos - circulantes e não circulantes** Demonstrados pelos valores conhecidos e incorridos, acrescidos, quando aplicáveis, de correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas. **l. Outros ativos circulantes e não circulantes** Os demais ativos são apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, ajustes a valor presente e provisão para perdas, quando aplicáveis. Variações cambiais e monetárias auferidas e pertinentes a ativos e passivos são reconhecidas em base não compensada. **m. Reconhecimento de receita** Receita líquida de vendas é mensurada com base na análise das expectativas de valor justo da contraprestação recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de descontos comerciais e/ou bonificações concedidos pela Companhia. A Companhia determina a taxa incorrente de venda de produtos é reconhecida quando (i) já houve a transferência ao comprador do controle relacionado à propriedade do produto; (ii) o valor da receita pode ser mensurado de forma confiável; (iii) os benefícios econômicos futuros associados à transação fluirão à Companhia; e (iv) os custos incorridos ou a incorrer podem ser mensurados com confiabilidade. Mais especificamente, a receita de produtos é reconhecida quando a Companhia cumpre as obrigações de desempenho são cumpridas. A Companhia adotou o CPC 47 - Receita de contrato, que introduz o modelo de reconhecimento de receita de contrato com base em cinco etapas. Ao aplicar o CPC 47, a Companhia reconhecerá uma receita que deve ser reconhecida a qualquer um dos seguintes critérios: **(i) Açúcar e etanol** As receitas são reconhecidas quando a Companhia efetua a entrega nessas produtos para os clientes, o qual passa a ter total liberdade sobre o canal e o preço de revenda dos produtos, e não há n

Continuação...

Modalidade	Encargos financeiros	Vencimento final	2021	2020
Capital fixo				
Em moeda nacional:				
BNDES:				
Moderfrota / PSI / PCA (a)	Juros médios ponderados de 5,11% ao ano (juros médios ponderados em 2020 de 5,05% ao ano)	jul/29	38.985	53.713
Programa ABC (b)	Juros médios ponderados de 6,10% ao ano	jan/27	10.175	10.145
Capital de giro				
Em moeda estrangeira:				
Adiantamentos de contrato de exportação	Variação do dólar norte-americano e juros médios ponderados de 3,60% ao ano (juros médios ponderados em 2020 de 4,34% ao ano)	mar/25	773.793	1.104.614
Em moeda nacional:				
Cédula de Produto Rural Financeira	Variação de 100% do CDI e juros médios ponderados de 2,56% ao ano (juros médios ponderados em 2020 de 2,54% ao ano)	nov/26	240.018	236.960
Resolução 2.471/98 do BACEN (securitização)	Variação do IGP-M limitada a 9% ao ano e juros anuais de 3,20%	jul/21	2.646	2.005
Menos - Certificados do Tesouro Nacional vinculados (securitizados)	Variação do IGP-M e juros anuais de 12%	jul/21	(2.497)	(1.688)
Passivo circulante			1.063.120	1.405.749
Passivo não circulante			(459.842)	(797.771)
Total em moeda nacional			603.278	1.108.478
Total em moeda estrangeira			289.327	301.135
			892.605	1.409.613

(a) **Moderfrota**: Financiamento destinado à aquisição isolada ou associada a investimento, de tratores e colheitadeiras agrícolas; **PSI** - financiamento destinado à estimular a produção, aquisição e exportação de bens de capital e a inovação; e **PCA** - financiamento destinado a apoiar investimentos necessários à ampliação da capacidade de armazenagem por meio da construção e ampliação de armazéns; (b) **Programa ABC** - financiamento destinado à investimentos que contribuam para a redução de impactos ambientais causados por atividades agropecuárias. Os financiamentos estão garantidos por alienação fiduciária dos próprios bens financiados, em montantes de acordo com o valor de mercado desses bens, notas promissórias, títulos federais e avais de diretores e acionistas. O financiamento relativo à Resolução 2.471/98 foi securitizado em 1998, com vencimento em 2021, em parceria única, mediante resgate dos Certificados do Tesouro Nacional que foram adquiridos, cedidos e transferidos em caráter irrevogável ao credor. Os juros, apropriados mensalmente são amortizados em agosto de cada ano e estão registrados no passivo circulante. Os juros aplicáveis aos Certificados do Tesouro Nacional são capitalizados e são resgatáveis ao final, junto com o valor do principal, com o propósito único e exclusivo de liquidar o valor do principal atualizado desta obrigação. Os montantes a longo prazo têm a seguinte composição de vencimento por exercício social:

	2021	2020
A partir de maio de 2021	-	501.838
2021 (securitização, liquida)	-	270
2022	255.870	257.515
2023	231.907	233.020
2024	86.218	86.554
2025	13.156	13.156
2026	12.656	12.656
A partir de maio de 2027 até julho de 2029	3.421	3.469
	603.228	1.108.478

20 Adiantamentos de clientes Os adiantamentos de clientes correspondem a recebimentos antecipados para futuro fornecimento de etanol e de energia elétrica a clientes no período de encerramento. **21 Provisão para contingências** A administração, baseada em pareceres de seus consultores jurídicos, está quantificando a legitimidade de reivindicações tributárias, bem como apresentou defesa administrativa e judicial relativa a diversos autos de infração e reclamações trabalhistas e cíveis. Quando aplicável esses tributos estão atualizados com base em índices oficiais. Tais processos e estão classificados como de risco não provável e/ou remoto, tendo em vista a expectativa de defesho dos mesmos e estão assim demonstrados:

	2021	2020
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS (a)	24.493	24.323
(-) Depósito judicial - ICMS	(2.795)	(3.419)
Contrib. para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS (b)	10.346	10.295
(-) Depósito judicial - COFINS	(3.190)	(3.190)
Programa de Integração Social - PIS (b)	1.294	1.294
(-) Depósito judicial - PIS	(1.075)	(1.075)
Instituto Nacional do Seguro Social - INSS (c)	1.083	1.083
(-) Depósito judicial - INSS	(1.083)	(1.083)
	29.074	28.228

As provisões para contingência acima, têm as seguintes principais naturezas: (a) ICMS referente, substancialmente, à provisão de autos de infração relativos a compensações de créditos sobre aquisições de partes e peças de bens destinados ao ativo imobilizado. A Companhia entende que há o direito constitucional de utilizar-se dos referidos créditos. No exercício findo em 30/04/2020, a Companhia, em função de depósito judicial, registrou a multa e juros s/ multa do auto de infração de ICMS nº 4.038.689-2, no valor de R$ 1.422, bem como, utilizando dos benefícios do "PEP" Programa Especial de Parcelamento do Governo do Estado de São Paulo, quitou um débito de ICMS relativo ao AIIM nº 4.041.040-2, ocorrendo a baixa contábil, cujo montante foi de R$ 1.044 liquidado através de compensação de depósito judicial, sobre o qual recaiam reduções de multas e juros que montaram em R$ 525. (b) COFINS e PIS referentes, substancialmente, a exigência de Informações e contribuições não recolhidas no período de janeiro de 1997 a dezembro de 2002, sobre receitas de venda de etanol carburante, em função de determinação da Secretaria da Receita Federal, que estabelece que nenhum outro imposto poderá incidir sobre operações relativas a combustíveis e minerais do país, parcialmente garantidos por depósito judicial no montante de R$ 4.265. A provisão compreende também os efeitos da majoração da alíquota da COFINS e da inclusão das outras receitas na base de cálculo da COFINS e do PIS, devido à inconstitucionalidade da EC nº 20/98 e da Lei 9.718/98. (c) INSS relativo, substancialmente, a autos de infração e imposição de multa relacionados a Contribuição Previdenciária, rubricas Rat/Sat, Terceiros, incidentes sobre as exportações diretas e indiretas ocorridas em 2008 e 2009. No exercício findo em 30/04/2020, a Companhia, obteve êxito e efetuou a baixa de parte do processo referente à Contribuição Previdenciária, nº 13855.721166/2013-87, ocorrendo a baixa contábil cujo montante foi de R$ 3.629. (d) Valores de reclamações trabalhistas, relacionadas a reclamações de ex-funcionários da Companhia. (e) Programas de Recuperação Fiscal - No decorrer dos últimos exercícios, a Companhia optou por aderir aos programas de recuperação fiscal instituídos pelas esferas federal e estadual, visando equitar e regularizar os passivos tributários sob esta mesma. Nesse contexto foram incluídos débitos de IPI, IRPJ, CSLL, ICMS, INSS, PIS E COFINS na condição de pagamento em parcela única. O montante total devido dos processos oficializados para adesão foi de R$ 214.760, sobre o qual recaiam reduções de multas e juros que montaram em R$ 109.603, restando um saldo a pagar de R$ 105.157, liquidados nos últimos exercícios. (f) Depósitos judiciais - A Companhia mantém registrado no ativo circulante, o montante de R$ 6.003 referente a depósitos judiciais, para os quais não foram constituídas provisões para contingências, uma vez que o risco de perda foi classificado como possível, de acordo com a avaliação de seus assessores jurídicos (R$ 5.958 em 30/04/2020).

(g) Contingências - A Companhia possui processos de natureza cível, trabalhista e tributária avaliados pela administração, com base na opinião de seus assessores jurídicos, como de possível perda. Essas contingências, classificadas como de possível perda, foram estimadas como segue:

	2021	2020
Cível	1.964	1.947
Trabalhista	4.522	4.819
Tributária	8.469	7.976
	14.955	14.742

As provisões para contingências constituídas pela Companhia foram avaliadas pela administração como suficientes para cobrir as perdas prováveis esperadas quando da conclusão das correspondentes contingências. A movimentação das provisões para contingência é como segue:

Em 30 de abril de 2019	29.624
Adições de contingências	1.422
Movimentação dos depósitos judiciais	1.240
Juros e multas	575
Reversão / Pagamentos	(4.633)
Em 30 de abril de 2020	28.228
Adições de contingências	-
Movimentação dos depósitos judiciais	625
Juros e multas	220
Reversão / Pagamentos	-
Em 30 de abril de 2021	29.073

22 Imposto de renda e contribuição social diferidos Composição dos tributos diferidos

Créditos tributários:	2021	Movimentação nas contas patrimoniais	Movimentação no resultado do exercício	2020	Movimentação nas contas patrimoniais	Movimentação no resultado do exercício	2019
Imposto de renda sobre:							
Prejuízos fiscais	12.840	-	(35.996)	48.836	-	46.087	2.749
Operações com perdas na BM&F	43.204	-	(35)	43.239	-	43.239	-
Variação cambial passiva	-	-	-	-	-	(136.377)	136.377
Adições temporárias (provisões não dedutíveis)	3.021	-	(9)	3.030	-	(340)	3.370
	59.065	-	(36.040)	95.105	-	(47.391)	142.496
Contribuição social sobre:							
Base de cálculo negativa acumulada	4.622	-	-	(12.853)	17.475	16.485	990
Operações com perdas na BM&F	15.553	-	-	(13)	15.566	15.566	-
Variação cambial passiva	-	-	-	-	-	(49.096)	49.096
Adições temporárias (provisões não dedutíveis)	33	-	-	(3)	36	(2)	38
	20.208	-	-	(12.869)	33.077	(17.047)	50.124
Total dos créditos tributários	79.273	-	-	(48.909)	128.182	(64.438)	192.620
Débitos tributários:							
Imposto de renda sobre:							
Ajuste de avaliação patrimonial	5.330	-	(657)	5.987	-	(606)	6.593
Operações com ganhos na BM&F	-	-	-	-	-	(2.760)	2.760
Depreciação acelerada incentivada	154.150	-	-	16.844	137.306	19.916	117.390
Variação cambial ativa	-	-	-	-	-	(132.079)	132.079
Ativo biológico	11.471	-	-	264	11.207	5.526	5.681
Avaliação investimentos a valor justo	-	-	-	-	-	-	-
Oper. com ganhos derv. fixação clientes	-	-	-	(10.451)	10.451	10.451	-
	170.951	-	-	6.000	164.951	(99.552)	264.503
Contribuição social sobre:							
Ajuste de avaliação patrimonial	1.919	-	-	(236)	2.155	(218)	2.373
Operações com ganhos na BM&F	-	-	-	-	-	(994)	994
Depreciação acelerada incentivada	55.494	-	-	6.064	49.430	7.170	42.260
Variação cambial ativa	-	-	-	-	-	(47.549)	47.549
Ativo biológico	4.129	-	-	95	4.034	1.989	2.045
Avaliação investimentos a valor justo	-	-	-	-	-	-	-
Oper. com ganhos derv. fixação clientes	-	-	-	(3.763)	3.763	3.763	-
	61.542	-	-	2.160	59.382	(35.839)	95.221
Total dos débitos tributários	232.493	-	-	8.160	224.333	(135.391)	359.724
Imposto de renda e contribuição social diferidos	153.220	-	-	57.069	96.151	(70.953)	167.104

Expectativa de realização: Os créditos e os débitos sobre adições e exclusões temporárias e prejuízos fiscais serão realizados quando das adições e exclusões temporárias e compensação do imposto de renda e da contribuição social com o resultado da aplicação direta da alíquota dos respectivos tributos sobre o resultado societário:

	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
	2021		2020	
Lucro (Prejuízo) antes dos tributos	311.304	311.304	(33.647)	(33.647)
Alíquota	25%	9%	25%	9%
	(77.826)	(28.017)	8.412	3.028
Tributos sobre adições/ exclusões permanentes	2.662	348	2.604	(306)
Tributos no resultado do exercício representado por	(75.164)	(27.669)	11.016	2.722
Alíquota efetiva	24%	9%	33%	8%
Efeito corrente	(33.124)	(12.640)	(41.145)	(16.070)
Efeito diferido	(42.040)	(15.029)	52.161	18.792

23 Patrimônio líquido a. Capital social Em 30/04/2021 e 2020, o capital social está dividido em 15.384.424 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. **b. Reserva legal** A reserva legal é constituída à razão de 5% do lucro líquido do exercício, limitada a 20% do capital social realizado. **c. Ajuste de avaliação patrimonial** Refere-se a reavaliação própria (Nota 15 (a)), líquida dos efeitos tributários, e à realização das mesmas pelas depreciações, baixas ou alienações dos respectivos bens reavaliados e o montante apurado da realização a transferido para lucros acumulados. **d. Dividendos** De acordo com o estatuto social, aos titulares das ações serão atribuídos, em cada exercício, dividendos de 25% do lucro líquido, após a apropriação da reserva legal, correspondente a 5% do lucro líquido do exercício, os quais são calculados como segue:

	2021	2020
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício	208.471	(19.909)
Base para cálculo das destinações:	208.471	(19.909)
(-) Constituição de reserva legal	(10.423)	-
Base elegível à distribuição de dividendos	198.048	(19.909)
Dividendos - 25% (mínimo obrigatório de acordo com Estatuto Social)	(49.512)	-

No exercício findo em 30/04/2021, a Companhia apresentou lucro líquido de R$ 208.471, constituindo base para o registro da Reserva Legal, e a parcela remanescente, após as destinações legais e estatutárias, ficando a disposição da assembleia para futuras destinações. **24 Receita líquida de vendas** A receita líquida de vendas é demonstrada a seguir:

	2021	2020
Receita de vendas:		
Açúcar mercado externo	578.858	316.457
Açúcar mercado interno	539.484	433.669
Etanol mercado externo	123.270	-
Etanol mercado interno	319.808	525.553
Energia elétrica	62.091	95.863
Outros	25.769	16.046
Receita bruta	1.649.280	1.387.588
Impostos	(125.614)	(158.589)
Devoluções de vendas	(13.828)	(1.010)
Receita líquida	1.519.838	1.227.989

25 Despesas por natureza A Companhia apresentou a demonstração do resultado utilizando uma classificação das despesas/custos operacionais e financeiras de acordo com a natureza dessas despesas reconhecidas na demonstração do resultado são apresentadas a seguir:

	2021	2020
Matéria prima e insumos	(523.332)	(495.773)
Salários, encargos e benefícios	(134.286)	(138.355)
Depreciação e amortização	(133.578)	(135.609)
Despesas com prestadores de serviços	(105.727)	(69.043)
Ajustes ao valor justo do ativo biológico	1.054	22.103
Outras despesas (receitas), líquidas	(6.099)	26.557
	(901.968)	(790.120)
	2021	2020
Classificadas como:		
Custo dos produtos vendidos e revendidos	(781.052)	(759.390)
Ajuste do valor justo - ativo biológico	1.054	22.103
Com vendas	(79.094)	(39.894)
Gerais e administrativas	(48.918)	(47.101)
Outras receitas operacionais, líquidas	6.042	34.162
	(901.968)	(790.120)

A composição de "Outras receitas operacionais, líquidas" é demonstrada a seguir:

	2021	2020
Reversão de provisão para contingências	-	4.134
Provisão para contingências	-	(29.624)
Resultado de alienação ou baixa de bens	(491)	(94)
Créditos reintegra (Lei nº 13.043/2014)	727	147
Créditos tributários de PIS, Cofins (nota 13)	-	30.753
Outros créditos, líquidos	8.525	2.329
Despesas tributárias	(2.719)	(1.705)
	6.042	34.162

26 Resultado financeiro

	2021	2020
Receitas Financeiras:		
Rendimentos sobre aplicações financeiras	14.362	18.741
Ganhos em operações com derivativos (nota 27.1.c)	190.607	195.128
Outras receitas financeiras	7.188	3.244
Total das receitas financeiras	208.157	217.113
Despesas financeiras:		
Encargos financeiros sobre empréstimos	(46.960)	(40.106)
Encargos financeiros sobre outros passivos	(220)	(575)
Perdas em operações com derivativos (nota 27.1.c)	(477.900)	(392.254)
Outras despesas financeiras	(2.789)	(2.176)
AVP - parcela ajuste - CPC 06	(3.612)	(3.361)
Total das despesas financeiras	(531.481)	(438.472)
Variações cambiais:		
Variação cambial ativa	362.986	167.675
Variação cambial passiva	(346.728)	(417.832)
Variações cambiais, líquidas	16.258	(250.157)
Resultado financeiro	(306.066)	(471.516)

27 Instrumentos financeiros. 27.1 Considerações gerais sobre operações com derivativos A Companhia realiza normalmente operações com instrumentos financeiros e utiliza os derivativos com o objetivo de minimizar os riscos resultantes das flutuações dos preços de mercado de seus produtos (açúcar, etanol e soja) e reduzir os riscos de desvalorização do real frente ao dólar norte-americano. A contratação de instrumentos financeiros derivativos está relacionada com operações de mercado dólar norte-americano: *hedge* de *commodities* (açúcar e etanol) e contratos de opções de compra e venda de açúcar, etanol e moeda (dólar norte-americano). Adicionalmente, são utilizados instrumentos de *swap* visando complementar tal estratégia. A gestão dos instrumentos financeiros derivativos é efetuada através de políticas de controle e estratégias operacionais. As políticas de controle consistem na comparação das taxas e atualizações contratadas pela Companhia com aquelas vigentes no mercado. Conforme tais políticas, instrumentos financeiros derivativos podem ser contratados com a finalidade de negociação, de proteção de ativos ou passivos financeiros denominados em moeda estrangeira ou para precificar e proteger as operações de exportação de açúcar da Companhia contra riscos de variação cambial e de flutuação do preço do açúcar no mercado internacional. ***a. Caixa e equivalentes de caixa,*** *aplicações financeiras, contas a receber de clientes, outros ativos circulantes* Os valores contábeis aproximam-se aos valores de realização. As aplicações financeiras são representadas substancialmente por CDBs indexados ao CDI, com alta liquidez e são firmados com instituições financeiras que atendem aos critérios de avaliação de riscos da Companhia. ***b. Empréstimos e financiamentos e contas a pagar*** Os empréstimos e financiamentos estão atualizados pela taxa cambial e pelas taxas de juros conforme Nota 19 e representam valor de realização em 30 de abril de 2021. Os valores contábeis como contas a pagar se aproximam-se aos de realização. ***c. Derivativos*** A determinação do valor justo *("fair value")* dos instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia é efetuada com base em metodologia padrão no mercado e com base em informações obtidas junto às corretoras e são classificados como "mantidos para negociação" e registrados no ativo circulante quando seu valor justo é positivo e no passivo circulante quando seu valor justo é negativo. As variações do valor justo são registradas no resultado do período. Os saldos de ativo e passivo relacionados a transações envolvendo instrumentos financeiros derivativos em 30 de abril, são como segue:

	2021	2020
Posição ativa:		
Resultado potencial com derivativos - MTM(i)	5.324	20
Saldo a receber (ii)	33.485	53.586
	38.719	53.606
Posição passiva:		
Saldo a pagar (iii)	270.345	234.440
Resultado potencial com derivativos - MTM: refere-se ao efeito potencial do ajuste do valor justo dos instrumentos financeiros derivativos pendentes de liquidação no montante de R$ 5.324, relacionados substancialmente a operações de opções de moeda (dólar) Em 30 de abril de 2020, R$ 20. (i) Saldo a receber: refere-se ao efeito líquido pendente de liquidação no montante de R$ 33.395, relacionados substancialmente a prêmios pagos em operações de opções de moeda (dólar). Em 30 de abril de 2020, R$ 53.586, relacionados substancialmente a prêmios pagos em operações de opções de moeda (dólar). (ii) Saldo a pagar: refere-se a ajustes negativos pendentes de liquidação no montante de R$ 270.345, relacionados substancialmente a prêmios recebidos e MTM de operações de opções de moeda (dólar), de MTM de operações de NDF e de MTM de operações de mercado futuro e de opções de commodities. Em 30 de abril de 2020, R$ 234.440 relacionados substancialmente a prêmios recebidos e MTM de operações de opções de moeda (dólar), de MTM de operações de NDF e de MTM de operações de mercado futuro e de opções de commodities).

Os resultados das operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos encerrados durante o exercício findos em 30 de abril, que afetaram as contas de resultado, são resumidos a seguir (valores positivos referem-se a receitas (ganhos) e valores negativos referem-se a despesas (perdas)):

	2021	2020
Contratos vinculados a produto:		
Contratos futuros e de opções	(285.914)	(110.052)
Comissões e corretagens	2.137	2.473
Variação cambial	(10.011)	46.133
	(293.788)	(61.446)
Contratos vinculados a moeda:		
Contratos futuros e de opções (Hedge Comercial)	(14.839)	(105.201)
Contratos de NDF (Hedge Financeiro) (i)	23.131	15.712
Contratos de SWAP e a termo (Hedge Comercial)	260	(45.713)
Contratos de SWAP e a termo (Hedge Financeiro) (i)	(2.057)	1.601
	6.495	(133.600)
	(287.293)	(197.126)

Efeito líquido

Efeito nas rubricas da demonstração de resultado:

Resultado financeiro (nota explicativa nº 26):

	2021	2020
Ganhos com instrumentos derivativos	190.607	195.128
Perdas com instrumentos derivativos	(477.900)	(392.254)
	(287.293)	(197.126)

(i) ***Hedge Financeiro***: refere-se substancialmente ao efeito contabilizado no resultado auferido em operações de hedge (instrumentos financeiros derivativos - opções de venda – Put e opções de compra – Call) vinculadas a contratos de financiamentos, visando a transformação de dívida indexada à variação cambial (dólar) em reais (R$). Referidas transações são liquidadas nos seus respectivos vencimentos pelo valor líquido de operação, que ocorrer também de caixa do valor do principal contratado. A composição dos instrumentos financeiros derivativos, em relação por natureza de risco coberto, em 30 de abril, é como segue: *1. Contratos futuros de commodities e moeda*

	Volume (Ton.)	Preço médio fixado (c/lb)	Contratos em 30/04/2021 Valor de referência (Nocional) R$	Valor Justo (Fair Value) R$	Efeito (pagar) / receber R$
Instrumentos					
Contratos futuros - Açúcar:					
Posição comprada com vencimentos entre maio de 2021 e outubro de 2022	178.368	13,5526	287.975	354.227	66.252
Posição vendida com vencimentos entre maio de 2021 e outubro de 2022	240.579	11,3976	326.655	466.609	(139.954)
Contratos futuros - Etanol:	(m³)	(R$/m³)			
Posição comprada com vencimentos entre junho e setembro de 2021	14.190	2.480,0000	35.191	38.850	3.659
Contratos futuros - Dólar:	(US$)	(R$)			
Posição vendida com vencimentos entre maio e dezembro de 2021	94.750	5,5166	522.701	520.020	2.681
Total - registrado em instrumentos financeiros					(67.362)

	Volume (Ton.)	Preço médio fixado (c/lb)	Contratos em 30/04/2020 Valor de referência (Nocional) R$	Valor Justo (Fair Value) R$	Efeito (pagar) / receber R$
Instrumentos					
Contratos futuros - Açúcar:					
Posição comprada com vencimentos entre junho de 2020 e maio de 2022	204.250	13,1818	322.129	279.585	(42.544)
Posição vendida com vencimentos entre junho de 2020 e março de 2022	335.718	11,6568	468.218	454.397	13.821
Contratos futuros - Etanol:	(m³)	(R$/m³)			
Posição comprada com vencimentos entre maio de 2020 e agosto de 2020	3.600	1.552,6663	5.590	5.159	(431)
Posição vendida com vencimentos entre maio de 2020 e julho de 2020	6.294	1.495,8158	9.415	9.049	366
Contratos futuros - Petróleo:	(m³)	(R$/m³)			
Posição comprada com vencimentos para setembro de 2020	87.450	1.732,5409	151.511	78.710	(72.801)
Posição vendida com vencimentos para setembro de 2020	93.651	1.021,8586	95.698	84.292	11.406
Contratos futuros - Dólar:	(US$)	(R$)			
Posição comprada com vencimento para março de 2021	1.000	0,0046	5	5.849	5.844
Posição vendida com vencimentos entre maio de 2020 e março de 2021	70.642	4,3885	310.011	351.728	(41.717)
Total - registrado em instrumentos financeiros					(126.056)

2. Contratos de opções de commodities e moeda

	Volume (Ton.)	Preço médio fixado (c/lb)	Contratos em 30/04/2021 Valor de referência (Nocional) R$	Valor Justo (Fair Value) R$	Efeito (pagar) / receber R$
Instrumentos					
Contratos de Opções - Açúcar:					
Opções de Compra (Call):					
Posição comprada com vencimentos entre junho de 2021 e março de 2022	340.936	0,1178	4.786	26.638	21.852
Posição vendida com vencimentos entre junho de 2021 e outubro de 2022	523.418	0,2021	12.599	149.482	(136.883)
Opções de Venda (Put):					
Posição comprada com vencimentos entre junho de 2021 e maio de 2022	338.395	0,0853	3.439	1.403	2.036
Posição vendida com vencimentos entre junho de 2021 e outubro de 2022	172.729	0,0492	1.012	2.398	1.386
Contratos de Opções - Dólar:	(US$)	(R$)			
Opções de Compra (Call):					
Posição vendida com vencimentos entre maio e novembro de 2021	77.000	0,4337	33.394	15.581	(17.813)
Posição vendida com vencimentos entre maio de 2021 e maio de 2022	151.000	0,6181	93.329	63.111	30.218
Opções de Venda (Put):					
Posição vendida com vencimentos entre maio de 2021 e maio de 2022	117.000	0,1029	12.040	18.287	(6.247)
Total - registrado em instrumentos financeiros					(105.451)

	Volume (Ton.)	Preço médio fixado (c/lb)	Contratos em 30/04/2020 Valor de referência (Nocional) R$	Valor Justo (Fair Value) R$	Efeito (pagar) / receber R$
Instrumentos					
Contratos de Opções - Açúcar:					
Opções de Compra (Call):					
Posição comprada com vencimentos entre junho de 2020 e outubro de 2020	147.226	0,0735	1.295	5.142	3.847
Posição vendida com vencimentos entre junho de 2020 e maio de 2021	260.769	0,0874	2.728	14.631	(11.903)
Opções de Venda (Put):					
Posição comprada com vencimentos entre junho de 2020 e outubro de 2020	174.659	0,5124	10.707	31.237	(20.530)
Posição vendida com vencimentos para junho de 2020 e julho de 2021	141.993	0,0755	1.283	17.743	16.460
Contratos de Opções - Petróleo:	(m³)	(R$m³)			
Opções de Compra (Call):					
Posição comprada com vencimentos para julho de 2020 e setembro de 2020	119.250	3,0554	364	744	380
Posição vendida com vencimentos para julho de 2020 e setembro de 2020	31.800	4,5958	146	73	73
Opções de Venda (Put):					
Posição comprada com vencimentos para julho de 2020 e setembro de 2020	51.675	182,2463	9.418	4.746	4.672
Posição vendida com vencimentos para julho de 2020 e setembro de 2020	159.000	113,0220	17.971	11.183	(6.788)
Contratos de Opções - Dólar:	(US$)	(R$)			
Posição comprada com vencimento para maio de 2020	75.000	0,1123	8.423	3.175	(5.248)
Posição vendida com vencimentos entre maio de 2020 e abril de 2021	180.000	0,1833	32.998	78.653	(45.655)
Opções de Venda (Put):					
Posição comprada com vencimentos entre maio de 2020 e abril de 2021	133.000	0,1586	21.088	301	20.787
Posição vendida com vencimentos para junho de 2020 e setembro de 2020	35.000	0,0959	3.358	363	(2.995)
Total - registrado em instrumentos financeiros					(46.900)

27.2 Fatores de risco e análise de sensibilidade. *27.2.1 Análise de sensibilidade - risco de taxa de juros:* A análise é feita considerando os movimentos das respectivas taxas de juros, qual seria o impacto da variação das taxas de juros no resultado em diferentes cenários. A tabela abaixo resume todas as posições da situação financeira da Companhia sujeitas à variação da taxa de juros.

Descrição	Valor de referência	Impactos em um cenário provável 10%	Impactos em um cenário provável -10%	Impactos em um cenário possível 25%	Impactos em um cenário possível -25%	Impactos em um cenário remoto 50%	Impactos em um cenário remoto -50%
Financiamentos com taxa de juros flutuantes sem hedge	313.409	(71)	71	(177)	177	(353)	353
Aplicações financeiras com taxa de juros flutuantes sem hedge	591.590	1.568	(1.568)	3.919	(3.919)	7.839	(7.839)
Impacto no resultado operacional		1.497	(1.497)	3.742	(3.742)	7.486	(7.486)

No cenário acima, a taxa de juros foi combinada de duas maneiras de acordo com três cenários provável, possível e remoto. Para o cenário provável, mantemos uma variação de +/- 10% da taxa de juros, com base em observações das condições de mercado atuais. Todas as demais outras variáveis dos montantes acima foram mantidas constantes. Segue abaixo as principais premissas da análise: - Empréstimos captados com taxa de juros flutuantes, sem *hedge*; - Aplicações financeiras com taxa de juros flutuantes, sem *hedge*; - Índices de comparação da taxa de juros: LIBOR 6 meses e CDI. *27.2.2 Análise de sensibilidade - risco de variação cambial:* A análise é feita considerando os movimentos das respectivas taxas de câmbio, qual seria o impacto de variação de câmbio no resultado em diferentes cenários.

Descrição	Valor de referência	Impactos em um cenário provável 10%	Impactos em um cenário provável -10%	Impactos em um cenário possível 25%	Impactos em um cenário possível -25%	Impactos em um cenário remoto 50%	Impactos em um cenário remoto -50%
Passivos financeiros estrangeiros	767.716	(76.772)	76.772	(191.929)	191.929	(383.858)	383.858
Derivativos em moeda estrangeira	128.844	12.885	(12.885)	32.212	(32.212)	64.424	(64.424)
Derivativos em moeda estrangeira (Nível 3)	594.676	(59.468)	59.468	(148.669)	148.669	(297.338)	297.338
Impacto no resultado operacional		(123.355)	123.355	(308.386)	308.386	(616.772)	616.772

Todos os saldos de balanço foram incluídos na análise acima. A tabela acima mostra a sensibilidade do resultado operacional da Companhia para as possíveis variações na paridade das moedas. A paridade de moeda incluída na análise é: US$/R$. Cada paridade foi combinada de duas maneiras, de acordo com três cenários, em que uma variação de +/- 10% foi considerada provável, baseada em observações do mercado em geral. Todas as demais variáveis foram mantidas constantes. Segue abaixo as principais premissas da análise: - Passivos financeiros em moeda estrangeira; - Ativos financeiros em moeda estrangeira; e - Ativos líquidos dos instrumentos financeiros derivativos de taxa de câmbio. ***27.2.3 Análise de sensibilidade - risco de commodities***

Descrição	Valor de referência	Impactos em um cenário provável 10%	Impactos em um cenário provável -10%	Impactos em um cenário possível 25%	Impactos em um cenário possível -25%	Impactos em um cenário remoto 50%	Impactos em um cenário remoto -50%
Instrumentos derivativos:							
Açúcar:							
Posição Comprada	293.773	29.377	(29.377)	73.443	(73.443)	146.887	(146.887)
Posição Vendida	342.693	(34.269)	34.269	(85.673)	85.673	(171.347)	171.347
Etanol:							
Comprada	35.191	3.519	(3.519)	8.798	(8.798)	17.596	(17.596)
Impacto no resultado operacional		(1.373)	1.373	(3.432)	3.432	(6.864)	6.864

Foram incluídos na análise o valor justo dos instrumentos derivativos das commodities contratados. A tabela acima mostra a análise de sensibilidade do resultado operacional da Companhia para as possíveis variações dos preços das commodities contratadas. A análise baseia-se: - Tela dos contratos de açúcar NY (*NYBOT Sugar Number 11*); - Tela dos contratos de açúcar LN (*Liffe White Sugar*); - Tela dos contratos de etanol (BM&F); Os contratos futuros e de opções de preços das commodities contratadas foram combinados de duas maneiras, de acordo com três cenários, provável, possível e remoto, em que uma variação de +/- 10% foi considerada provável, baseada em observações do mercado em geral. Todas as demais variáveis foram mantidas constantes. *Gerenciamento de risco financeiro* Os principais fatores de risco a que a Companhia está exposta refletem aspectos estratégico-operacionais e econômico-financeiros. Os riscos estratégico-operacionais (sais como, entre outros, comportamento de demanda, concorrência e mudanças relevantes na estrutura da indústria) são endereçados pelo modelo de gestão da Companhia. Os riscos econômicos e financeiros refletem, principalmente, o comportamento de variáveis macroeconômicas, e o preço do açúcar e etanol, taxas de câmbio e de juros, bem como as características específicas das operações estabelecidas, especificamente no que tange a operações de hedge, por meio de acompanhamento da alta administração que atua ativamente na gestão operacional da Companhia. A Companhia possui como prática geral os riscos existentes de forma conservadora, sendo que esta prática possui como principais objetivos preservar o valor e a liquidez dos ativos financeiros e garantir recursos financeiros para o bom andamento das operações e dos planos de expansão. Os principais riscos financeiros considerados pela gestão da alta administração são: - Risco de crédito; - Risco de liquidez; - Risco de mercado; - Risco operacional; e - Risco de capital. Para maior transparência, a seguir, apresentamos a descrição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos, as

Center Norte Estacionamentos Ltda.

CNPJ nº 18.546.760/0001-08

Demonstrações Financeiras - Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais)

Balanços Patrimoniais	2020	2019
Ativo/Circulante	**7.245**	**10.756**
Caixa e equivalentes de caixa	3.955	6.248
Contas a receber	3.064	3.865
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	–	477
Adiantamento a fornecedores	–	110
Outros ativos	26	–
Não circulante	**10.622**	**10.909**
Realizável a longo prazo	73	73
Depósitos judiciais	73	73
Imobilizado	10.547	10.809
Intangível	2	27
Total do ativo	**17.867**	**21.665**

Balanços Patrimoniais	2020	2019
Passivo e patrimônio líquido/Circulante	**5.115**	**3.870**
Fornecedores	438	645
Salários e encargos a pagar	2	7
Imposto de renda e contribuição social	826	928
Impostos e contribuições	194	167
Aluguéis a pagar	2.707	707
Outros passivos	940	418
Não circulante	**352.561**	**523**
Provisão para contingências	26	523
Outros passivos	352.535	–
Patrimônio líquido	**-9.964**	**11.227**
Capital social	20	20
Reserva de lucros	-9.984	11.207
Total do passivo e do patrimônio líquido	**17.867**	**21.665**

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

	Capital social	Reserva de lucros	Lucros acumulados	Patrimônio líquido total
Saldos em 1º/01/2019	**20**	**25.791**	–	**25.811**
Lucro líquido do exercício	–	–	20.416	20.416
Distribuição de dividendos	–	–	(20.416)	(20.416)
Distribuição - Dividendos adicionais	–	(18.584)	–	(18.584)
Saldos em 31/12/2019	**20**	**11.207**	–	**11.227**
Prejuízo líquido do exercício	–	–	(1.283)	(1.283)
Dividendos a pagar	–	–	–	–
a reserva de lucros	–	(1.283)	1.283	–
Saldos em 31/12/2020	**20**	**9.924**	–	**9.964**

As Notas Explicativas encontram-se à Disposição na sede da Companhia

Diretor-Presidente
Waldir Chao
Gerente Financeiro
Juliana Lira Zaninotto
Contador
Erwin Herbert Kaufmann - CRC 1SP044833/O-1

Demonstração do Resultado	2020	2019
Receita operacional líquida	**16.786**	**40.344**
Custos de locação e de outros serviços	(17.247)	(14.734)
Lucro operacional bruto	**2.548**	**25.610**
Despesas gerais e administrativas	(1.791)	(12.311)
Outras receitas	115	384
Resultado antes das receitas e (Despesas) financeiras e impostos	**872**	**23.783**
Receitas financeiras	204	1.977
Despesas financeiras	(18)	(6)
Resultado financeiro, líquido	**186**	**1.972**
Lucro antes do IR e da CS	**1.058**	**25.755**
IR e CS correntes	(2.321)	(5.335)
(Prejuízo) lucro líquido do exercício	**(1.263)**	**20.416**
Demonstrações de Resultados Abrangentes	**2020**	**2019**
(Prejuízo) lucro líquido do exercício	**(1.263)**	**20.416**
Outros resultados abrangentes	–	–
Total do resultado abrangente	**(1.263)**	**20.416**
Demonstração do Fluxo de Caixa	**2020**	**2019**
Atividades operacionais	**(1.138)**	**14.327**
(Prejuízo) lucro líquido do exercício	**(1.263)**	**20.416**
Depreciação e amortização	608	619
Amortização	15	4
Baixa líquida do ativo imobilizado e do intangível	–	(278)
Provisão para contingências	(488)	523
Aumento (Redução) em ativos	**1.362**	**(433)**
Contas a receber	801	(443)
Adiantamento a Fornecedores	110	95
Tributos compensáveis	477	–
Outros ativos	(26)	117
Redução em passivos	**(2.202)**	**(891)**
Fornecedores	(206)	(402)
Salários e encargos a pagar	5	(4)
Aluguéis a pagar	(5.000)	–
Impostos e contribuições	27	(6)
Imposto de renda e contribuição social	826	928
Caixa líquido atividades operacionais	**(1.968)**	**(20.305)**
Atividades de investimentos		
Adições ao imobilizado	–	(2.520)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	**(325)**	**(2.520)**
Atividades de financiamento		
Dividendos pagos	–	(20.000)
Caixa líquido (Aplicado) gerados nas atividades de financiamento	**–**	**(20.000)**
Aumento (Redução) de caixa e equivalentes de caixa	**(2.293)**	**(21.721)**
Caixa e equivalentes de caixa		
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	6.248	27.969
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	3.955	6.248
Aumento (Redução) de caixa e equivalentes de caixa	**(2.293)**	**(21.721)**

Center Norte S.A. Construção, Empreendimentos, Administração e Participação

CNPJ nº 45.246.402/0001-09

Demonstrações Financeiras - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (*Em milhares de Reais*)

Balanços patrimoniais	2020	2019
Ativo/Circulante	**140.664**	**95.972**
Caixa e equivalentes de caixa	45.504	47.191
Contas a receber	74.360	41.917
Adiantamento a fornecedores	719	2.121
Tributos a recuperar	4.366	175
Estoques	2.308	2.301
Outros ativos	13.407	1.267
Não circulante	**837.989**	**647.461**
Realizável a longo prazo	**99.966**	**111.619**
Depósitos judiciais	1.409	1.572
IR e CS diferidos	98.557	110.047
Investimentos	996	1.133
Outros investimentos	3	3
Propriedades para investimento	503.481	500.249
Imobilizado	31.735	34.202
Intangível	1.298	255
Total do ativo	**778.644**	**743.123**

Balanços patrimoniais	2020	2019
Passivo e patrimônio líquido/Circulante	**86.882**	**121.659**
Fornecedores	6.076	16.995
Salários e encargos a pagar	6.265	7.014
Empréstimos e financiamentos	1.823	1.804
Impostos e contribuições	9.691	10.461
Imposto de renda e contribuição social	–	35.266
Dividendos a pagar	–	5.635
Outros passivos	14.757	6.670
Receitas diferidas	50.270	37.764
Não circulante	**137.577**	**115.561**
Empréstimos e financiamentos	5.126	6.928
Impostos e contribuições	10.363	639
Provisão para contingências	38.233	24.134
Outros passivos	83.850	83.850
Patrimônio líquido	**552.190**	**505.903**
Capital social	312.000	312.000
Reserva legal	31.134	28.707
Reserva especial	4.380	–
Reservas de lucros	204.676	165.256
Total do passivo	**536.454**	**237.160**
Total do passivo e do patrimônio líquido	**778.644**	**743.123**

Demonstração do fluxos de caixa	2020	2019
Atividades operacionais	**86.882**	**121.659**
Lucro líquido do exercício	**48.532**	**118.636**
Depreciação	11.826	12.658
Amortização	493	108
Equivalência patrimonial	127	(2.042)
Provisão para perda estimada de créditos em afiliadas	–	1.000
Juros sobre empréstimos, financiamento e mútuos	7.907	3.945
Imposto de renda e contribuição social diferidos	11.480	(5.271)
Baixa/ajuste líquido do ativo imobilizado	4.389	752
Juros sobre empréstimos, financiamento e mútuos	5.901	570
Receita diferida	12.506	7.822
Provisão para contingências	14.099	6.998
Linearização dos descontos COVID-19	(48.645)	–
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	**68.625**	**144.176**
Aumento (redução) em ativos	**6.801**	**(509)**
Contas a receber	8.290	(1.379)
Adiantamento a fornecedores	1.402	(259)
Tributos a recuperar	(4.191)	(148)
Estoques	(7)	(815)
Depósitos judiciais	163	(273)
Outros ativos	1.138	2.168
(Redução) aumento em passivos	**(35.793)**	**3.923**
Fornecedores	(10.919)	879
Salários e encargos a pagar	(749)	1.182
Impostos e contribuições	8.954	867
Imposto de renda e contribuição social	11.277	27.302
Outros passivos	5.269	(1.216)
Juros pagos sobre empréstimos e financiamentos	(458)	(617)
Juros pagos sobre mútuo	(2.624)	–
Impostos pagos sobre o lucro	(46.543)	(24.474)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	**39.633**	**147.595**
Atividades de investimento		
Investimentos	–	3.900
Outros investimentos	–	(3)
Aquisição de imobilizado e propriedade para investimento	(16.980)	(31.399)
Aquisição de ativos intangíveis	(2.037)	(266)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	**(19.017)**	**(27.768)**
Atividades de financiamento		
Pagamentos de empréstimos e financiamentos	(1.784)	(1.743)
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos	(20.518)	(168.788)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	**(22.302)**	**(170.531)**
Redução de caixa e equivalentes de caixa	**(1.687)**	**(50.706)**
Caixa e equivalentes de caixa		
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	47.191	97.897
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	45.504	47.191
Redução de caixa e equivalentes de caixa	**(1.687)**	**(50.706)**

Demonstração do Fluxo de Caixa - Operações Não Geradoras de Caixa	2020	2019
Lucros antes do imposto de renda e da contribuição social	**73.721**	**177.142**
Imposto de renda e contribuição social correntes	(13.656)	(63.777)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(11.480)	5.271
Lucro líquido do exercício	**48.532**	**118.636**
Quantidade de ações do capital social integralizado - Nota 22 - lote de mil ações	54.695	54.695
Lucro básico e diluído por lote de mil ações ordinárias (em Reais)	**0,89**	**2,17**

Demonstração dos resultados abrangentes	2020	2019
Lucro líquido do exercício	**48.532**	**118.636**
Outros resultados abrangentes	–	–
Total do resultado abrangente do exercício	**48.532**	**118.636**

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

	Capital social	Reserva legal	Reserva especial	Reserva de lucros	Lucros acumulados	Dividendo adicional proposto	Patrimônio líquido total
Saldos em 1º de janeiro de 2019	**312.000**	**22.775**	–	**58.187**	–	**168.788**	**561.750**
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	118.636	–	118.636
Constituição de reserva legal	–	5.932	–	–	(5.932)	–	–
Dividendos mínimos obrigatórios	–	–	–	–	(5.635)	–	(5.635)
Dividendos adicionais pagos	–	–	–	–	–	(168.788)	(168.788)
Constituição de reserva de lucros	–	–	–	107.069	(107.069)	–	–
Saldos em 31 de dezembro de 2019	**312.000**	**28.707**	–	**165.256**	–	–	**505.963**
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	48.532	–	48.532
Constituição de reserva legal	–	2.427	–	–	(2.427)	–	–
Dividendos mínimos obrigatórios	–	–	–	–	(2.305)	–	(2.305)
Constituição de reserva especial	–	–	4.380	–	(4.380)	–	–
Distribuição - Dividendos propostos	–	–	–	(12.578)	–	12.578	–
Constituição de reserva de lucros	–	–	–	39.420	(39.420)	–	–
Saldos em 31 de dezembro de 2020	**312.000**	**31.134**	**4.380**	**192.098**	–	**12.578**	**552.190**

Baumgart Participações S.A.

CNPJ nº 07.019.752/0001-43

Demonstrações Financeiras - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 *(Valores em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

Balanços patrimoniais	Nota	Controladora 2020	Controladora 2019	Consolidado 2020	Consolidado 2019
Circulante		**153.391**	**145.260**	**429.515**	**395.800**
Caixa e equivalentes de caixa	6	145.889	135.591	226.528	231.219
Contas a receber	7	–	–	134.593	86.232
Adiantamento a fornecedores	9	9	2.910	6.817	
Estoques	10	–	–	41.573	30.378
Tributos a recuperar	9	403	–	9.114	25.783
Imposto de renda e contribuição social	8	403	141	7.441	10.695
Dividendos a receber	26	3.720	4.550	–	–
Outros ativos	11	2.967	2.969	7.357	2.704
Não circulante		**727.335**	**693.929**	**1.039.016**	**979.990**
Realizável a longo prazo		–	**234.496**	**189.723**	
Tributos a recuperar	9	–	–	86.542	13.900
IR e CS a recuperar	8	–	–	5.841	8.007
Depósitos judiciais	25	–	–	3.752	3.537
Outros ativos	11	–	–	3.519	–
IR e CS diferidos	12	–	–	132.842	164.279
Investimentos	13	634.602	599.318	210	–
Outros investimentos		–	–	1.535	753
Propriedade para investimentos	14	–	–	503.481	500.249
Direito de uso	20.a	–	–	5.514	3.381
Imobilizado	15	92.733	94.610	284.752	284.327
Intangível	16	–	–	9.028	1.476
Total do ativo		**880.726**	**837.189**	**1.468.532**	**1.373.737**

Balanços patrimoniais	Nota	Controladora 2020	Controladora 2019	Consolidado 2020	Consolidado 2019
Passivo e patrimônio líquido Circulante		**14.671**	**3.824**	**288.949**	**318.645**
Fornecedores	17	21	–	159.236	158.057
Salários e encargos a pagar	18	–	–	19.089	17.702
Empréstimos e financiamentos	19	–	–	17.322	14.010
Arrendamento mercantil	20.b	–	–	1.800	968
IR e CS	21	–	1.644	2.025	39.048
Impostos e contribuições	22	75	54	12.119	15.369
Dividendos a pagar	26	–	–	1.349	1.648
Outros passivos	23	10.531	2.126	22.739	14.159
Receita diferida	24	–	–	50.270	37.764
Não circulante	**19.380**	**19.969**	**172.448**	**153.773**	
Capital social	**845.675**	**813.375**	**1.008.135**	**961.545**	
Reserva de incentivo fiscal	420.000	420.000	420.000	420.000	
Reserva legal	6.960	3.961	6.960	3.961	
Reserva especial	54.540	26.788	54.540	29.788	
Ajuste de avaliação patrimonial	8.846	–	8.846	–	
Reserva de lucros	47.088	48.269	47.088	48.269	
	329.241	313.357	329.241	313.357	
	27	**846.675**	**813.375**	**846.675**	**813.375**
Total do passivo e do patrimônio líquido		**880.726**	**837.189**	**1.468.532**	**1.373.737**

Demonstrações dos resultados	Nota	Controladora 2020	Controladora 2019	Consolidado 2020	Consolidado 2019
Receita operacional líquida	**28**	**6.168**	**6.133**	**636.929**	**713.008**
Custos com vendas das mercadorias, locações e outros serviços	**29**	–	–	(296.775)	(264.066)
Lucro operacional bruto		**6.168**	**6.133**	**340.154**	**448.942**
Despesas gerais e administrativas	**30**	(2.682)	(1.872)	(168.227)	(171.999)
Despesas de vendas	**30**	–	–	(85.197)	(75.132)
Reversão (perda) líquida de perda estimada com ativos financeiros - Contas a receber	**7**	–	–	(8.055)	(5.646)
Outras receitas (despesas)	**31**	351	194	52.208	18.883
Resultado de equivalência patrimonial	**13**	88.440	134.536	–	18.561
Resultado antes das receitas e despesas financeiras e dos impostos		**92.277**	**138.991**	**138.948**	**233.994**
Receitas financeiras		3.771	1.858	61.730	40.591
Despesas financeiras		(125)	(128)	(30.253)	(28.521)
Despesas financeiras, líquidas	**32**	**3.646**	**1.730**	**31.477**	**12.070**
Lucro antes do IR e da CS		**95.923**	**140.721**	**162.425**	**246.064**
IR e CS correntes	**33**	(1.500)	(2.671)	(21.816)	(72.058)
Lucro líquido do exercício		**94.423**	**138.050**	**140.609**	**173.951**
Atribuível aos acionistas:					
Controladores				95.031	138.662
Não controladores				14.131	34.689
Lucro líquido do exercício após controladores				**109.222**	**173.951**
Lote de mil ações				**2.970.000**	**2.970.000**
Lucro líquido por ação do capital social				**0,0368**	**0,0584**

Demonstrações do resultados abrangentes	Controladora 2020	Controladora 2019	Consolidado 2020	Consolidado 2019
Lucro líquido do exercício	**95.031**	**138.662**	**109.222**	**173.951**
Total do resultado abrangente do exercício	**95.031**	**138.662**	**109.222**	**173.951**

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

	Capital social	Reserva de incentivo fiscal	Reserva legal	Reserva de lucros	Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total controladores	Participação Patrimônio dos não controladores	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2019	**420.000**	–	**2.000**	–	**22.865**	**261.300**	**49.450**	–	**755.608**
Ajuste de avaliação patrimonial - realização	–	–	–	–	–	(1.181)	1.181	–	–
Incentivo fiscal ICMS	–	1.958	–	–	–	–	(1.958)	–	–
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	–	–	138.662	138.662	34.689
Constituição de reserva legal	–	–	6.933	–	–	–	(6.933)	–	–
Dividendos obrigatórios	–	–	–	–	–	–	(6.548)	(6.548)	–
Dividendos adicionais pagos	–	–	–	–	–	(74.347)	–	(74.347)	–
Transferência entre reservas	–	–	–	–	–	(124.404)	–	(124.404)	–
Participação não controladores nos dividendos adicionais de controlada proposto	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Saldos em 31 de dezembro de 2019	**420.000**	**1.958**	–	**2.000**	**22.865**	**261.300**	**49.450**	–	**755.608**
Ajuste de avaliação patrimonial - realização	–	–	–	–	–	(1.181)	1.181	–	–
Incentivo fiscal ICMS	–	2.999	–	–	–	–	(2.999)	–	–
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	–	–	95.031	95.031	14.191
Constituição de reserva legal	–	–	–	4.752	–	–	(4.752)	–	–
Constituição de reserva especial	–	–	–	8.846	–	–	(8.846)	–	–
Dividendos obrigatórios	–	–	–	–	–	–	(3.981)	(3.981)	–
Dividendos adicionais pagos	–	–	–	–	–	(57.750)	–	(57.750)	–
Transferência entre reservas	–	–	–	–	–	75.634	–	(75.634)	–
Participação não controladores nos dividendos adicionais de controlada proposto	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Saldos em 31 de dezembro de 2020	**420.000**	**5.957**	–	**8.846**	**22.865**	**277.003**	**49.450**	–	**845.675**

Demonstrações do fluxos de caixa	Controladora 2020	Controladora 2019	Consolidado 2020	Consolidado 2019
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Lucro líquido do exercício	**95.031**	**138.662**	**109.222**	**173.951**
Ajustes para conciliação do resultado				
Depreciação - Direito de uso	–	–	1.877	1.884
Depreciação - Propriedade para investimentos	–	–	–	–
Amortização - Intangível	–	–	–	–
Provisão para perdas em ativos financeiros - Contas a receber	–	–	–	8.055
Provisão para perda nos estoques	–	–	–	–
Provisão para contingências	–	–	–	–
IR e CS diferidos	(608)	(612)	31.387	355
Resultado de equivalência patrimonial	(88.440)	(134.536)	(65)	–
Baixas líquidas de propriedades para investimento	–	–	3.711	614
Baixas líquidas do ativo imobilizado	–	–	98	4.569
Baixas líquidas do ativo intangível	–	–	3	544
Arrendamento mercantil - Juros apropriados	–	–	420	398
Empréstimos e financiamentos - Juros apropriados	–	–	2.721	2.881
Mútuos - Juros apropriados	–	–	5.442	–
Linearização dos descontos COVID-19	–	–	(48.645)	–
Receita diferida	–	–	12.506	7.822
	7.960	**5.499**	**169.919**	**222.988**
Redução (aumento) em ativos	**(665)**	**(113)**	**(74.178)**	**(20.586)**
Contas a receber	–	–	(7.771)	3.258
Tributos a recuperar	(403)	–	(57.973)	(19.183)
IR e CS a recuperar	(262)	(141)	5.470	(1.515)
Adiantamento a fornecedores	–	–	3.907	2.182
Estoques	–	–	(9.416)	(6.411)
Depósitos judiciais	–	–	(215)	(1.239)
Outros ativos	–	(1)	(8.172)	2.322
Aumento (redução) em passivos	**(1.040)**	**2.394**	**79.537**	**77.972**
Fornecedores	84	–	41.199	45.248
Salários e encargos a pagar	–	–	1.387	5.458
IR e CS	981	2.409	16.085	30.355
Impostos e contribuições	(1.2)	(1)	6.474	(3.567)
Outros passivos	(2.126)	(14)	5.392	478
Caixa gerado pelas atividades operacionais	**6.155**	**7.780**	**166.286**	**280.374**
Juros pagos sobre empréstimos e financiamentos	–	–	(1.723)	(2.498)
Propriedade para investimento - Aplicações	–	–	(15.290)	(30.121)
Imobilizado - Aplicações	–	–	(17)	(22.011)
Intangível - Aplicações	–	–	(2.143)	(985)
Caixa líquido proveniente das (utilizado nas) atividades de investimento	**-54.518**	**-173.182**	**(43.730)**	**(52.370)**
Fluxos de caixa das atividades de financiamento				
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos e a pagar	(57.750)	(80.895)	(61.030)	(79.247)
Empréstimos e financiamentos - Captações	–	–	5.030	5.390
Empréstimos e financiamentos - Principal pago	–	–	(10.899)	(10.767)
Arrendamento mercantil - Pagamentos	–	–	(2.217)	(1.417)
Participação de não controladores	–	–	(675)	(51.001)
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento	**(57.750)**	**(80.895)**	**(69.791)**	**(137.042)**
Aumento (redução) de caixa e equivalentes	**10.298**	**98.318**	**(4.691)**	**62.057**
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	135.591	37.273	231.219	169.162
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	145.889	135.591	226.528	231.219

As Notas Explicativas encontram-se à Disposição na sede da Companhia

Luiz Claudio Maia Vieira
Diretor
Diretor Executivo Financeiro

Cleuber Lopes Mantana
Contador - CRC 1SP235555/O-9

Otto Baumgart Indústria e Comércio S.A.

Demonstrações financeiras - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 *(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)*

Balanços patrimoniais	Nota	Controladora 2020	Controladora 2019	Consolidado 2020	Consolidado 2019
Ativo					
Circulante		**121.862**	**144.134**	**149.854**	**183.018**
Caixa e equivalentes de caixa	6	18.908	33.481	31.179	42.168
Contas a receber	7	56.519	49.105	59.876	48.158
Adiantamento de fornecedores	8	2.086	4.486	2.182	4.377
Estoques	10	30.297	22.861	39.265	28.077
Tributos a recuperar	9	2.837	2.903	4.345	25.698
IR e CS a recuperar	9	5.933	6.331	7.038	10.076
Outros ativos	11	5.282	4.963	5.378	4.717
Não circulante		**326.178**	**283.158**	**352.122**	**288.018**
Realizável a longo prazo		**126.864**	**92.968**	**134.918**	**98.018**
Outros ativos	11	3.519	–	3.519	–
IR e CS diferidos	12	72.298	13.047	80.398	13.901
IR e CS a recuperar	9	–	5.965	5.841	8.057
IR e CS diferidos	13	49.639	73.100	53.666	74.171
Depósitos judiciais	22	1.438	859	2.267	1.889
Investimentos	14	39.336	23.175	210	–
Outros investimentos		1.532	750	1.532	750
Direito de uso de ativos	20.1	38.332	41.151	38.581	41.382
Imobilizado	15	125.853	122.609	149.737	144.705
Intangível	16	7.229	1.186	7.229	1.185
Total do ativo		**447.040**	**426.292**	**501.976**	**469.036**

Passivo e patrimônio líquido	Nota	Controladora 2020	Controladora 2019	Consolidado 2020	Consolidado 2019
Demonstrações de resultados		**Controladora 2020**	**Controladora 2019**	**Consolidado 2020**	**Consolidado 2019**
Receita operacional líquida	25	356.220	320.773	431.654	389.936
Custos com vendas de mercadorias	26	(226.242)	(203.450)	(278.390)	(241.333)
Lucro bruto		**129.978**	**117.323**	**153.264**	**139.602**
Despesas gerais e administrativas	27	(61.900)	(51.436)	(72.504)	(59.219)
Despesas de vendas	27	(72.424)	(63.407)	(83.740)	(73.339)
Provisão para perdas em ativos financeiros - contas a receber	7	(139)	(1.033)	(147)	(1.711)
Outras receitas (despesas)	28	40.492	16.637	49.705	15.903
Resultado de equivalência patrimonial	14	16.015	2.845	65	–
Resultado antes das receitas e despesas financeiras e impostos		**52.026**	**20.929**	**46.843**	**21.262**
Receitas financeiras		33.238	7.404	40.804	7.640
Despesas financeiras		(9.801)	(10.300)	(10.844)	(10.542)
Receitas (despesas) financeiras líquidas	**29**	**23.437**	**(2.896)**	**29.960**	**(2.902)**
Lucro antes do IR e da CS		**75.463**	**18.033**	**76.803**	**18.360**
IR e CS correntes	30	–	(4.397)	(271)	(4.397)
IR e CS diferidos	13	(23.461)	(6.182)	(20.504)	(6.258)
Lucro líquido do exercício		**52.002**	**11.851**	**52.002**	**11.851**
Lote de mil ações		**24.245**	**24.243**	**24.245**	**24.243**
Lucro líquido por ação do capital social		**2,15**	**0,49**	**2,15**	**0,49**

Demonstrações de resultados abrangentes	Controladora 2020	Controladora 2019	Consolidado 2020	Consolidado 2019
Lucro líquido do exercício	52.002	11.851	52.002	11.851
Total do resultado abrangente do exercício	**52.002**	**11.851**	**52.002**	**11.851**

Demonstração dos fluxos de caixa

	Controladora 2020	Controladora 2019	Consolidado 2020	Consolidado 2019
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro líquido do exercício	**52.002**	**11.851**	**52.002**	**11.851**
Ajustes para reconciliação do resultado				
Depreciação - ativo imobilizado	4.688	5.796	5.020	6.721
Depreciação - direito de uso	5.347	5.005	5.840	4.168
Amortização - Intangível	2.931	934	2.931	934
Provisão para perdas em ativos financeiros - contas a receber	135	1.033	147	1.711
Provisão para perda nos estoques	(1.646)	(81)	(1.779)	(316)
Provisão para contingências	1.154	(3.158)	3.581	(3.473)
Baixas líquidas do ativo imobilizado	23.461	6.182	20.505	6.258
Resultado de equivalência patrimonial	(16.015)	(2.845)	(65)	–
Baixas líquidas do ativo imobilizado	2.080	2.676	3.911	3.753
Baixas líquidas do ativo intangível	522	253	522	253
Arrendamento mercantil - Juros apropriados	4.697	4.990	4.750	5.007
Empréstimos e financiamentos - juros apropriados	2.262	2.311	2.262	2.311
	81.598	**34.847**	**99.557**	**40.178**
Redução em ativos	**(18.172)**	**(18.064)**	**(11.566)**	**(20.075)**
Contas a receber	(7.548)	3.266	(11.865)	5.078
IR e CS a recuperar	6.363	(1.313)	6.363	(1.373)
Adiantamento a fornecedores	2.404	2.295	2.395	2.317
Tributos a recuperar	(38.885)	(17.821)	(53.377)	(19.036)
Estoques	(5.790)	(5.850)	(9.409)	(5.796)
Depósitos judiciais	(582)	(408)	(378)	(965)
Outros ativos	(4.138)	1.174	(4.160)	(304)
Aumento em passivos	**34.454**	**38.274**	**33.921**	**42.798**
Fornecedores	36.389	37.680	52.239	44.801
Salários e encargos a pagar	1.841	4.217	2.136	4.279
Impostos e contribuições	(2.561)	(3.984)	(2.526)	(4.427)
IR e CS	–	236	3.929	753
Outros passivos	779	2.007	(2.185)	2.392
Caixa gerado pelas atividades operacionais	**69.340**	**56.438**	**61.922**	**67.897**
Impostos pagos sobre o lucro	–	–	(3.940)	(185)
Juros pagos sobre empréstimos e financiamentos	(1.265)	(1.882)	(1.265)	(1.882)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	**68.075**	**54.557**	**56.717**	**65.830**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos				
Outros investimentos	(782)	(750)	(782)	(750)
Aquisição de controlada, líquido do caixa	(145)	–	(145)	–
Ágio em investimentos - intangível	(3.359)	–	(3.359)	–
Aquisição de intangível	(106)	(119)	(106)	(119)
Aquisição de imobilizado	(13.706)	(13.535)	(19.956)	(16.869)
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimentos	**(20.098)**	**(14.404)**	**(24.388)**	**(17.738)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos				
Dividendos pagos, líquido do caixa	(50.000)	–	(50.000)	–
Empréstimos e financiamentos - captações	5.030	5.390	5.030	5.390
Empréstimos e financiamentos - principal pago	(9.114)	(9.024)	(9.114)	(9.024)
Arrendamento mercantil - pagamentos	(8.460)	(8.079)	(8.954)	(8.273)
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamentos	**(62.550)**	**(11.713)**	**(63.038)**	**(11.907)**
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	**(14.573)**	**28.440**	**(11.009)**	**36.185**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	33.481	5.041	42.188	6.023
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	18.908	33.481	31.179	42.188

As Notas Explicativas encontram-se à Disposição na sede da Companhia

Marcos Campos Bicudo
Diretor-Presidente

Rogério Ribeiro Soares
Gerente-Executivo-Financeiro

Cleuber Lopes Mantana
Contador - CRC 1SP235555/O-9

Siena Comércio e Participações S.A.

CNPJ nº 51.594.877/0001-69 - Em Recuperação Judicial

Demonstrações Financeiras dos Exercícios Findos em 31/12/2020 e 2019 (Em Milhares de Reais)

Balanços Patrimoniais	Nota	2020	2019
Ativo/Circulante		**45**	**53**
Caixas e equivalentes de caixa	3	8	13
Empréstimos a partes relacionadas	4	37	40
Não Circulante		**60.496**	**55.965**
Investimentos		**60.199**	**55.783**
Participações em sociedade controlada	5	60.199	55.783
Imobilizado		**297**	**182**
Total do Ativo		**60.451**	**55.918**
Passivo e Patrimônio Líquido/Circulante		**3.799**	**2.798**
Fornecedores	12	2	2
Empréstimos de co

Nexsoo do Brasil Tecnologia e Serviços Ltda. - CNPJ nº 23.265.773/0001-03 - NIRE 35229472711-0

Extrato da 5ª Alteração ao Contrato Social

Por este instrumento particular: **Nexsoo do Brasil Holding S.A.**, com sede em São Paulo/SP | Sociedade deste país Nexsoo Holding, que compõe o Acervo Líquido cindido, contra a conta do patrimônio líquido "Reserva de Capital", e (b) a redução das contas de "Reserva de Capital", no patrimônio líquido, e de "Caixa", no ativo, no valor de R$ 1.000 reais; a parcela cindida, sem qualquer modificação no capital social da Sociedade, no valor de R$ 1.000 reais, será utilizada para a realização de operação de incorporação do acervo líquido cindido pela Sociedade Nexsoo Holding acarretará a [illegible]

Agrostahl S.A. Indústria e Comércio

CNPJ (MF) 45.493.772/0001-40

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA – CONVOCAÇÃO

São convocados os Senhores Acionistas a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 01 de setembro de 2021, às 9:00 horas, em primeira convocação, na sede social da empresa, Mairiporã - SP, na Rodovia Raposo Tavares km 67. Distrito Industrial Jardim Maria Helena, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: Assuntos de Interesse Social: [illegible]

Metropolitan Transports S.A.

"Em Recuperação Judicial" - Companhia Fechada - CNPJ/NIRE nº 62.422.878/0001-72 - NIRE 35300020286

Edital de Convocação - Assembleia Geral Extraordinária

Convocamos os Srs. Acionistas da Metropolitan Transports S.A. "Em Recuperação Judicial" ("Companhia") a se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária, a ser realizada, em primeira convocação, às 10h, do dia 3 de setembro de 2021, e em seguinda convocação às 11h do mesmo dia, na sede social da Companhia, na Avenida Presidente Castello Branco, nº 3.580, Jardim Tambore, Município de Barueri, Estado de São Paulo, CEP 06460-040, para deliberar acerca da seguinte ordem do dia: (i) ratificação da nomeação do Diretor Presidente, em razão da vacância do cargo; (ii) alteração do artigo 9º do Estatuto Social; e (iii) ratificação do mandato de Diretor Presidente e de Diretor Financeiro. A Assembleia Geral Ordinária que ver a aprovar as contas do exercício de 21/12/2022. Barueri, 26 de agosto de 2021. Martha Regina Carrulo Alvares de Melo.

CONCESSIONÁRIA DAS LINHAS 8 E 9 DO SISTEMA DE TRENS METRO-POLITANOS DE SÃO PAULO S.A.

CNPJ/MF nº 22.087.184/0001-87 - NIRE 35300570588

Companhia Fechada

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 14 DE JUNHO DE 2021

ÀS 17:00 HORAS

CERTIDÃO: Certifico o registrado na JUCESP sob nº 295.088/21-7 em 21.06.2021. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

Yby Gestão e Participações S.A.

CNPJ/NIRE 11.094.555/0001-66 - NIRE 35.300.371.682

Edital de Convocação - Assembleia Geral Ordinária

Ficam os acionistas da **Yby Gestão e Participações S.A.** convocados para a **Assembleia Geral Extraordinária**, nos termos do Artigo 123 da Lei nº 6.404/76, que será realizada na sede social da Companhia, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Peixoto, nº 40, Apartamento 11, Jardim Paulista, CEP 01420-000, em primeira convocação, para o dia 27 de setembro de 2021, às 10 horas, para tratar da seguinte ordem do dia, qual seja, a eleição dos membros da Diretoria da Companhia. São Paulo - SP, 24 de agosto de 2021. Membros da Diretoria da Companhia: **Carlos Alberto Longo** - Diretor Presidente; **Eduardo Longo** - Diretor sem designação específica.

Geneseas Holding S.A.

CNPJ: 12.022.940/0001-60 - NIRE: 35.300.379.292

Edital de Convocação para Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária

O Conselho de Administração da **Geneseas Holding S.A.** ("Companhia") convoca os Senhores Acionistas da Companhia a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, a ser realizada às 10 horas do dia 08 de setembro de 2021, na sede social da Companhia, localizada na Avenida Doutor Cardoso de Melo, 1855, 1º andar, conjunto 12, sala C, Vila Olímpia, CEP 04548-005, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Brasil, com a finalidade de deliberar sobre a seguinte ordem do dia: **(i)** a ratificação da aprovação das contas dos administradores e das demonstrações financeiras da Companhia, referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018; **(ii)** a ratificação da destinação do lucro líquido apurado no exercício social da Companhia encerrado em 31 de dezembro de 2018, bem como ratificar a distribuição de dividendos; e **(iii)** a eleição de um novo membro do Conselho de Administração da Companhia, para um mandato de 2 (dois) anos, a contar da data da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária a ser realizada, no máximo R$3.088.943,00 (três milhões, oseteta e oito mil, novecentos e quarenta e oito reais e trinta e três centavos) [illegible]

CIRANDA II HOLDING 2 S.A.

CNPJ nº 41.443.106/0001-43

ATA DE ASSEMBLEIA GERAL DE CONSTituição REALIZADA EM 12 DE MARÇO DE 2021.

Data, Hora e Local: 12/03/2021, 10h30, São Paulo/SP. **Convocação**: Todos os subscritores. **Presença**: Totalidade: a) **Canadian Solar Brasil I Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia**, CNPJ nº 30.636.165/0001-02, representado por **Pauty Capital Ltda.**, CNPJ nº 18.316.996/0001-50, representado pelos administradores: b) **Fernando Tamburus**, RG nº 31.122.423-8 SSP/SP, CPF nº 301.114.218-70; e **Leonardo Tamburus Janasson de Conti Medeiros**, RG nº 27.145.028-9 SSP/SP, CPF nº 344.370.278-31; e b) **Canadian Solar Desenvolvimento de Usinas Solares Ltda.**, CNPJ nº 26.215.280/0001-49, representada por seu procurador, Sr. **Gustavo dos Reis Tejada** [illegible]

Captalys Companhia de Crédito

CNPJ/NIRE Nº 23.361.030/0001-29 - NIRE 35.300.534.590

Assembleia Geral Extraordinária - Convocação - Edital de Convocação - Edital de Convocação

Ficam convocados os acionistas da **Captalys Companhia de Crédito**, sociedade por ações, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04538-133, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 4285, 7º andar, Jardim Paulistano, registrada no Número de Identificação do Registro de Empresas (NIRE) 35.300.534.590 e inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ/ME) sob o nº 23.361.030/0001-29 ("**Companhia**"), nos termos do artigo 124, parágrafo 1º, inciso I, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("**Lei das Sociedades por Ações**"), a se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária, a ser realizada no dia 01 de setembro de 2021, às 11:30 horas, na **Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 4285, 7º andar, Jardim Paulistano, na cidade e Estado de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04538-133** ("**AGE**"), a fim de discutir e deliberar sobre as seguintes matérias: (i) aprovação da ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 05 de agosto de 2021; (ii) modificação do objeto social da Companhia; (a.2) prever a possibilidade de aumento do capital autorizado em ações de emissão da Companhia; (a.3) alterar o rol matérias sujeitas à aprovação dos acionistas e à alteração do Estatuto da Companhia; e (a.4) [illegible]

TCU conclui aprovação do leilão 5G

O plenário do Tribunal de Contas da União (TCU) concluiu na quarta-feira (25) a votação da proposta da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) para o leilão de exploração de serviços utilizando a tecnologia de conectividade móvel 5G. Setes ministros acompanharam o voto favorável do relator, ministro Raimundo Carreiro, confirmando o quadro de avaliação formado na semana passada. Um foi contrário.

Após a aprovação, o documento retorna à Anatel, que deve publicar o edital em até sete dias. A previsão do governo é que o procedimento ocorra ainda em outubro e que, até julho de 2022, todas as 27 capitais brasileiras terão cobertura 5G.

O 5G é uma nova tecnologia que amplia a velocidade da conexão móvel e reduz a latência, permitindo novos serviços com conexão com segurança e estabilidade que abrem espaço para o uso de novos serviços em diversas áreas, como indústria, saúde, agricultura e na produção e difusão de conteúdos.

A proposta de leilão tem valor previsto de R$ 44 bilhões e está estruturada com foco em investimentos e oferta da tecnologia a todos os municípios com mais de 600 pessoas e não na arrecadação de recursos para o governo.

O ministro das Comunicações, Fábio Faria, agradeceu ao ministro relator e a todos os ministros do TCU, "por compreenderem a importância do 5G para o país, que agora amplia seu potencial competitivo no mundo". Faria disse que o edital já previa o atendimento a todas as escolas, porém o Tribunal fez um ajuste à iniciativa, recomendando o uso de valores de multas e de outorga para reforçar o atendimento.

Voto divergente

O voto divergente foi do ministro Aroldo Cedraz, que pediu vistas na votação no dia 18. Ele apontou problemas de cálculo do preço da aquisição dos direitos de exploração das faixas de frequência.

"A distorção implica um enorme potencial de risco de dano ao erário na medida em que antecipa os investimentos a serem feitos pelas empresas resultando em preço mínimo dos lotes", disse. Ele acrescentou problemas na superestimação da necessidade de estações rádio-base (nome dados às antenas de transmissão).

A equipe técnica do TCU apontou problemas no modelo do leilão, como a reserva de uma rede privativa e a ausência de obrigações de atendimento de escolas públicas. Mas essas mudanças não foram acolhidas pelos ministros. (Agencia Brasil)

Usina Alto Alegre S.A. - Açúcar e Álcool

CNPJ nº 48.295.562/0001-36

Relatório da Diretoria

Senhores Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V. Sas., as demonstrações financeiras relativas aos exercícios encerrados em 30 de abril de 2021 e 2020. Permanecemos à disposição dos Senhores Acionistas para quaisquer informações que fizerem necessárias relativamente às contas apresentadas. Presidente Prudente-SP, 29 de julho de 2021

A Diretoria.

Balanços Patrimoniais em 30 de abril (Em milhares de reais)

Ativo	Nota	2021	2020
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	8	1.189.001	1.156.665
Contas a receber de clientes	9	104.913	157.310
Estoques	10	296.735	261.840
Ativos biológicos	13	386.509	385.839
Impostos a recuperar	12	67.286	27.787
Instrumentos financeiros derivativos	24	-	230.737
Outras contas a receber		31.195	19.528
Total do ativo circulante		2.075.639	2.239.705
Não circulante			
Impostos a recuperar	12	4.714	33.034
Depósitos judiciais e depósito em caução	18	33.183	35.198
Ativo Biológico	13	39.161	39.161
Outros Investimentos		896	896
		77.954	115.275
Imobilizado	14	1.781.168	1.835.485
Intangível		3.790	3.867
Direito de uso	17	1.332.195	1.148.625
Total do ativo não circulante		3.195.107	3.103.302
Total do ativo		5.270.746	5.343.007

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Passivo	Nota	2021	2020
Circulante			
Fornecedores	16	60.824	82.292
Empréstimos e financiamentos	15	685.039	528.653
Parceria agrícola a pagar	17	122.207	199.996
Arrendamento agrícola a pagar		16.559	13.212
Salários e encargos sociais		82.253	68.215
Tributos a recolher		70.360	8.447
Dividendos propostos a pagar		79.394	-
Instrumentos financeiros derivativos	24	112.283	212.768
total do passivo circulante		1.520.019	1.113.583
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	15	1.211.089	1.873.999
Parceria agrícola a pagar	17	971.060	614.229
Arrendamento agrícola a pagar	17	20.485	27.602
Imposto de renda e contribuição social diferidos	19	217.180	219.431
Provisão para contingências	18	692	684
Arrendamento de terras		2.420.506	2.934.354
Total do passivo		3.940.524	4.049.498
Patrimônio líquido			
Capital social	20	730.000	730.000
Ajuste de avaliação patrimonial		21.410	24.231
Reservas de lucros		778.812	539.274
Prejuízo acumulado		1.530.222	1.293.502
Total do passivo e do patrimônio líquido		5.270.746	5.343.007

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do resultado - Exercícios findos em 30 de abril
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	2021	2020
Receita operacional líquida		2.506.452	1.847.829
Mudança no valor justo de ativos biológicos	13	(1.747)	(3.490)
Custo dos produtos vendidos	22	(1.471.141)	(1.297.011)
Lucro bruto		1.033.564	547.306
(Perdas) / receitas operacionais			
Com vendas	22	(144.918)	(113.146)
Gerais e administrativas	22	(65.667)	(67.660)
Outras receitas e operacionais, líquidas	22	44.568	4.594
		(165.666)	(176.212)
Lucro antes do resultado financeiro		867.901	371.094
Despesas financeiras	23	(94.898)	(102.656)
Receitas financeiras	23	24.251	35.787
Derivativos	23	(303.312)	(46.331)
Variações cambiais, líquidas	23	4.507	(86.331)
		(369.452)	(200.531)
Lucro (Prejuízo) antes dos impostos		502.449	170.563
Imposto de renda e contribuição social			
Corrente	19	(170.411)	(26.494)
Diferido	19	2.251	72.276
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício		334.289	216.345
Lucro (Prejuízo) líquido básico e diluído			
por ação (Expresso em R$ por ação)	25	11,05	(2,91)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração do resultado abrangente

	2021	2020
Prejuízo líquido do exercício	334.289	(88.072)
Outros resultados abrangentes		
Total do resultado abrangente do exercício	334.289	(88.072)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do fluxos de caixa
Exercícios findos em 30 de abril (Em milhares de reais)

	Nota	2021	2020
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício		334.289	(88.072)
Ajustes para reconciliar o lucro (prejuízo) do exercício ao caixa gerado pelas atividades operacionais:			
Depreciação e amortização	14	326.307	327.831
Valor residual das baixas do ativo imobilizado	14	4.737	6.944
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(2.251)	(72.276)
Provisão (Reversão da provisão) para devedores duvidosos	9	116.054	(17.969)
Provisão para contingências, reversão		5	74
e novas constituições, líquidas		10	-
Juros, variações monetárias e cambiais			
sobre empréstimos e financiamentos		85.999	509.545
Juros, variações monetárias e cambiais			
sobre outros ativos e passivos		(649)	18.507
Mudança no valor justo de ativos biológicos	13	1.747	3.490
Depreciação do direito de uso		242.148	194.582
Ajuste a valor presente		7.773	6.535
Variação nos ativos operacionais:			
Contas a receber de clientes		52.392	(82.985)
Estoques		(34.895)	(102.271)
Ativos biológicos		4.568	(40.069)
Impostos a recuperar - circulante e não circulante		(11.179)	6.674
Depósitos judiciais e depósito em caução		2.664	(20.919)
Outras contas a receber e instrumentos financeiros		219.070	3.782
Variação nos passivos operacionais:			
Fornecedores		(21.468)	27.461
Salários e encargos sociais		(4.880)	4.469
Tributos a recolher		232.324	29.668
Outras contas a pagar e instrumentos financeiros		(1.438)	(1.439)
		1.338.125	713.562
Pagamento de imposto de renda e contribuição social		(170.411)	(26.494)
Amortização de juros de empréstimos e financiamentos		(92.185)	(78.392)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		**1.075.629**	**608.671**
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aplicação de recursos em imobilizado	14	(276.277)	(368.697)
Aplicação de recursos em intangível		(123)	(193)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		**(276.650)**	**(368.890)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Captação de empréstimos e financiamentos		295.549	567.489
Amortização de parceria e arrendamentos agrícolas		(248.123)	(201.117)
Amortização de principal de empréstimos e financiamentos		(795.887)	(151.568)
Dividendos pagos		(18.182)	(10.000)
Caixa líquido aplicado nas			
(decorrente das) atividades de financiamento		**(766.643)**	**204.804**
Aumento do saldo de caixa e			
equivalentes de caixa, líquido		**32.336**	**444.585**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		**1.156.665**	**712.080**
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		**1.189.001**	**1.156.665**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos lucros ou prejuízos acumulados

	2021	2020
Prejuízo líquido do exercício	334.289	(88.072)
Outros resultados abrangentes		
Total do resultado abrangente do exercício	334.289	(88.072)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do valor adicionado

	2021	2020
Receitas	2.506.452	1.847.829
Insumos adquiridos de terceiros	(1.347.000)	(1.097.000)
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	(1.471.141)	(1.297.011)
Perdas / recuperações de valores ativos	(116.054)	17.969
Outras (despesas) receitas operacionais	44.568	4.594
Valor adicionado bruto	1.159.452	750.829
Depreciação, amortização e exaustão	(242.148)	(194.582)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	917.304	556.247
Valor adicionado recebido em transferência	24.251	35.787
Resultado de equivalência patrimonial	-	-
Receitas financeiras	24.251	35.787
Valor adicionado total a distribuir	941.555	592.034
Pessoal	82.253	68.215
Remuneração direta	69.373	57.546
Benefícios	12.880	10.669
FGTS	1.000	0
Impostos, taxas e contribuições	172.981	173.542
Federais	172.981	173.542
Estaduais	-	-
Municipais	-	-
Remuneração de capitais de terceiros	353.032	290.032
Aluguéis	110.104	95.687
Outras	242.928	194.345
Remuneração de capitais próprios	334.289	(88.072)
Prejuízos acumulados	334.289	(88.072)
Lucros retidos / prejuízo do exercício	-	-
Participação dos acionistas não controladores nos lucros retidos	-	-
Valor adicionado total distribuído	941.555	592.034

Demonstrações do fluxos de caixa
Exercícios findos em 30 de abril (Em milhares de reais)

	2021	2020
Imposto de renda e contribuição social - antecipações	1.076	1.928
Imposto de renda e contribuição social retido na fonte	1.041	2.831
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS	8.863	11.390
Reintegra	1.988	886
Pis/Cofins	62.307	43.489
	72.000	60.821
Circulante	(67.286)	(27.787)
Não circulante	4.714	33.034

Os créditos de ICMS, Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS, registrados no ativo não circulante, são classificados de acordo com a parcela deste imposto a ser compensada no próximo exercício está classificada no curto prazo. Todos os impostos são considerados realizáveis pela Administração no curso normal das operações.Os ativos biológicos da Companhia são compostos por: (i) Formação de canaviais: estão representados pela cana-de-açúcar destinada à produção de açúcar e etanol. O canavial em formação encontra-se localizado em municípios de maior incidência de chuvas no Estado de São Paulo e Paraná. Na determinação do valor justo do ativo biológico, as projeções estão baseadas no preço de mercado em um único exercício, pois o ciclo de produção da cana-de-açúcar) em uma área de 134.271 hectares em 30/04/2021 (129.444 hectares em 30/04/2020). O valor justo das lavouras de cana-de-açúcar foi determinado utilizando a metodologia de fluxo de caixa líquidos esperados, descontados a valor presente, a seguintes principais premissas: • Estradas a cesta obtidas pela multiplicação da expectativa da produtividade futura de canaviais de açúcar, para a produção de açúcar ajustados para o mercado local para refletir o preço pago no ponto de corte. O custo padrão médio estimado contempla gastos com os tratos culturais, corte, carregamento e transbordo (CCT), bem como o custo dos ativos que compõem o canavial, tais como terras próprias considerando o mesmo preço utilizado nas terras de parceiros. Foram também considerados os efeitos tributários com base nas alíquotas vigentes. O período base para determinação do valor justo do ativo biológico foi estimado pelo mercado das lavouras de cana-de-açúcar (cana em pé) menos os custos necessários para colocação dos ativos em condição de uso no canavial, levando em conta o período de maturação para que o saldo do ativo biológico como um todo seja registrado a valor justo.

	2021	2020
Em 30 de abril de 2019		395.406
Adições - tratos culturais		399.921
(-) Amortização		(359.853)
(-) Amortização do valor justo		(35.360)
Saldo contábil líquido		31.827
Em 30 de abril de 2020		431.985
Saldo a custo		399.877
Saldo do ajuste a valor justo		32.108
Saldo contábil líquido		431.985
Saldo inicial		431.985
Adições - tratos culturais		420.302
(-) Amortização		(424.870)
(-) Amortização do valor justo		(31.795)
Ajuste a valor justo		32.108
Saldo contábil líquido		428.330
Em 30 de abril de 2021		395.309
Saldo a custo		30.361
Saldo do ajuste a valor justo		364.948
Saldo contábil líquido		428.330
Circulante		(386.509)
Não circulante		39.161

Em 30/04/2021, o saldo de ativo biológico classificado como não circulante, compreende a lavoura formada por cana-de-açúcar que será colhida a partir da safra 2022/2023 A. Premissas chave: • O preço médio de venda considerado para o cálculo do ATR fosse maior (menor); • A produtividade (toneladas por hectare e quantidade de ATR) revista fosse maior (menor); • A taxa de desconto fosse menor (maior). A Companhia está exposta a uma série de riscos relacionados às suas plantações: **a. Riscos regulatórios** Os negócios da Companhia está sujeita às leis e regulamentações específicas e atividades em que opera. A Companhia estabelece políticas ambientais e procedimentos que visam a cumprimento das leis ambientais. A administração realiza análises periódicas para estabelecer riscos ambientais e fatores que possam ocasionar perdas significativas. Os setores bem gerir esses riscos. **b. Riscos de oferta e demanda** A Companhia está exposta aos riscos decorrentes das flutuações no preço e/ou volume de vendas de açúcar e etanol produzidos a partir da cana-de-açúcar. Quando possível, a Companhia faz a gestão desses riscos decorrentes das flutuações de preços e abastecimento de matéria-prima e da procura. A administração realiza análises de tendência regular do setor para garantir que as estratégias operacionais estão em linha com o mercado e assegurar que os volumes adequados de produção são colocados com a demanda. **c. Riscos climáticos e outros** As atividades operacionais de cultivo de cana-de-açúcar está exposta ao risco de eventos decorrentes de mudanças climáticas, incêndios, pragas e doenças, acidentes ou ações forças naturais. A Companhia tem processos extensivos com recursos alocados para controlar e mitigar os riscos, incluindo inspeções regulares de situação da lavoura de cana-de-açúcar. A produção de açúcar depende do volume e teor de sacarose contida na cana-de-açúcar cultivada ou adquirida de agricultores. O rendimento da safra e o teor de sacarose da matéria-prima são afetados pelo período e principalmente de condições climáticas favoráveis a essa cultura, tais como índice de chuvas e de temperatura, que poderão variar. Historicamente as condições climáticas têm causado impactos na produção e comercialização de açúcar e etanol, e, por conseguinte nos resultados operacionais, por exemplo, a ocorrência de geadas e/ou secas nas colheitas. Eventos climáticos específicos podem afetar negativamente a produção, a oferta e o preço das commodities agrícolas vendidas e utilizadas no processo de produção. Condições climáticas futuras poderão alterar as quantidades de colheitas, bem como a demanda irá obter e que foi utilizada em suas premissas para a avaliação do seu ativo biológico.

	2021	2020
Em 30 de abril de 2019		3.198.838
Adições		368.683
Baixas		(182.344)
Transferências		266.276
Em 30 de abril de 2020		3.385.177
Adições		276.275
Baixas		(266.288)
Transferências		(424.870)
Em 30 de abril de 2021		2.970.294

Depreciação	Terras	Edifícios e dependências	Máquinas, equipamentos e instalações	Veículos	Móveis, utensílios e equipamentos	Outros	Total
Em 30 de abril de 2019	-	(71.938)	(572.286)	(385.440)	(177.068)	(170.006)	(1.376.737)
Adições	-	(6.395)	(41.149)	(73.539)	(18.771)	(32.652)	(1.817)
Baixas	-	-	7.197	134.073	13.708	20.170	263	175.411
Transferências	-	(35)	35	-	-	-	-
Em 30 de abril de 2020	-	(78.368)	(606.214)	(478.906)	(182.081)	(182.488)	(2.195.142)
Adições	-	(6.121)	(40.017)	(81.015)	(18.473)	(31.242)	(1.847)	(178.716)
Baixas	-	-	893	227.437	9.032	23.505	685	261.552
Transferências	-	31	(31)	-	-	-	-	-
Em 30 de abril de 2021	-	(84.458)	(645.438)	(479.514)	(191.522)	(190.225)	(2.756)	(93)	(1.614.009)
Saldo líquido em 30 de abril de 2020	9.854	164.377	459.987	936.934	92.660	174.583	9.352	869	1.848.496
Saldo líquido em 30 de abril de 2021	9.854	159.129	457.856	1.490.780	249.192	174.775	1.001	1.781.168

Taxas médias anuais de depreciação de 1% a 8% de 1% a 20% 20% 40% de 2% a 40% de 1% a 20% 20%

a. Reavaliações Proveniente de reavaliação espontânea registrada em 30/12/1999 e 30/04/2006, deduzida das subsequentes depreciações e baixas de bens. A depreciação do período totalizou R$ 4.000 (R$ 4.000 em 30/04/2020). A reversão do exercício findo em 30/04/2021, montam a R$ 5.031 (R$ 5.914 em 30/04/2020). A reserva de reavaliação constituída, líquida dos efeitos fiscais aplicáveis, está sendo realizada a crédito de resultados acumulados, em função da depreciação ou baixa dos respectivos ativos que lhes deram origem. Os saldos de reavaliação referidos no exercício, em 30/04/2021, é de R$ 13.281 (R$ 14.991 em 30/04/2020) Os impostos não passivos não circulante, na reserva de reavaliação são: Imposto de renda diferidos" **b. Provisão para redução no valor recuperável** Durante o exercício encerrado em 30/04/2021, a Companhia não identificou indicadores de que seus ativos possam estar registrados por um valor maior que o seu valor recuperável, uma vez que a projeção futura de caixa do período de cobertura dos mesmos, são maiores. **c. Garantia** Para alguns empréstimos e financiamentos, em 30/04/2021, aproximadamente R$ 152.187 do bens do ativo imobilizado (R$ 184.075 em 30/04/2020) encontravam-se gravados em garantia e são representados em sua grande maioria por máquinas e equipamentos. **d. Lavouras de cana-de-açúcar** As baixas de custo histórico e depreciação acumulada das lavouras de cana-de-açúcar referem-se aos canaviais transferidos. **15. Empréstimos e financiamentos**

Modalidade	Encargos financeiros incidentes	Vencimento final	2021	2020
Capital fixo				
Em moeda nacional:				
FINAME	Fixo em real e juros médios de 4,12% ao ano (2020 - juros médios de 4,00%)	junho-30	98.813	141.830
Variação da TILP e juros médios de 5,09% ao ano (2020 - juros médios de 4,34%)	maio-22	3.561	8.268
Capital de giro				
Em moeda estrangeira:				
Pré-pagamentos	Variação cambial do dólar norte-americano e juros médios anual de 3,16% acrescido da Libor (2020 - juros médios de 4,24%)	março-25	1.046.481	1.436.641
Créditos à exportação	Variação cambial do dólar norte-americano e juros fixo de 4,80% ao ano (2021 e 2020)	agosto-23	181.956	243.756
Créditos à exportação	Variação cambial do dólar norte-americano e juros médios de 2,30% ao ano (2020 - juros médios de 3,85%)	julho-23	92.395	93.147
Financiamento Agrícola				
Em moeda nacional:				
- CPR - Cédula de Produto Rural Financeira	CDI + juros médios de 1,52% ao ano (2020 - CDI + juro de 1,54%)	novembro-26	458.789	457.091
- Custeio agrícola - Resolução 2471/98	Fixo em real e juro anual de 3,00% ao ano (2021 e 2020)	outubro-25	3.676	4.349
Arrendamento Mercantil				
Em moeda estrangeira:	Variação do dólar norte-americano acrescido de juros médios de 8,86% ao ano (2021 e 2020)	outubro-22	10.270	17.529
Passivo circulante			1.896.128	2.402.652
Passivo não circulante			685.028	726.653
Total em moeda nacional			1.330.100	1.873.999
Total em moeda estrangeira			564.839	611.538
			1.331.289	1.791.114

Os montantes a longo prazo têm a seguinte composição:

	2021	2020
2022	62.109	61.955
2023	61.471	61.507
2024	5.147	4.932
2025	1.211.081	1.873.999
2026	62.109	61.955
2027	61.471	61.507
2028 à 2031	5.147	4.932
	1.411.084	1.873.999

Os financiamentos estão garantidos por avais de acionistas e alienação fiduciária dos bens, cujos montantes estão divulgados na Nota 14. O montante do financiamento Fundo de Financiamento para Aquisição de Ativos Rodoviários

Continua

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 30 de abril de 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional A Usina Alto Alegre S.A. - Açúcar e Álcool ("Companhia"), sediada em Presidente Prudente, Estado de São Paulo, tem como atividade preponderante a fabricação e comércio de açúcar e etanol carburante. Também atua na cogeração e comercialização de energia elétrica, desenvolvida em quatro unidades industriais localizadas em municípios de Presidente Prudente-SP, Colorado-PR, Santo Inácio-PR e Florestópolis-PR. Aproximadamente 98% da cana-de-açúcar processada pela Companhia são cultivadas em terras próprias e de terceiros, mediante exploração de parceria agrícola, e o restante é adquirido de produtores independentes. O plantio de cana-de-açúcar requer um período de 12, 18 meses e 2 verões para maturação e o período de colheita inicia-se geralmente entre os meses de abril e maio de cada ano e termina, em geral, entre os meses de novembro e dezembro, período em que também ocorre a produção de açúcar e etanol. A comercialização de produtos acontece ao longo do ano e não sofre variações decorrentes de sazonalidade, somente de oferta e demanda normais do mercado. Em função de seu ciclo de produção, o exercício social da Companhia tem início em 1º de maio e termina em 30 de abril de cada ano. Os saldos de contas mas informações disponíveis até a data de emissão destas demonstrações financeiras, as principais avaliações, e, quando aplicável, os principais efeitos da pandemia da Covid-19 em nossos resultados operacionais são: Em virtude do reconhecimento do estado de calamidade pública decorrente da pandemia, por meio do Decreto Legislativo nº 6 de 20/03/2020, o Governo Federal, através do Ministério da Economia, implementou medidas tributárias e não tributárias com fito de preservação do fluxo de caixa das companhias brasileiras, tendo em vista o exposto na (i) Portaria nº 139/2020, (ii) Portaria nº 245/2020, (iii) Medida Provisória nº 932/2020; (iv) Medida Provisória nº 927/2020; (v) Medida Provisória nº 1.045/2021 e (vi) Medida Provisória nº 1.046/2021. (i) Portaria nº 139 de 3/04/2020, possibilitou as pessoas jurídicas a: *a)* diferirem o pagamento do INSS e FGTS (art. 19) das competências dos meses de março, abril e maio para as competências imediatamente subsequentes, podendo incluir-se o parcelamento gratuitamente, conforme estabelecer o artigo 20 do referido diploma normativo; *b)* antecipação de férias individuais; *c)* outorgação de férias coletivas; *d)* antecipação de feriados (art. 4º); *e)* diferimento até do mês imediatamente subsequente ao gozo das férias; *e)* a concessão de um terço de férias em abono dar-se-á, única e exclusivamente, mediante concordância do empregador (parágrafo único, art. 19). (ii) Medida Provisória nº 927/2020, que prevê a redução de jornada de trabalho proporcional à redução de salário e a suspensão do contrato de trabalho. Essa nova MP é uma atualização do antigo MP 936/2020 (Art.9º), que foi lançada em abril de 2020, com o mesmo objetivo de ajudar na manutenção de empregos e rendas. (iv) Medida Provisória nº 1.046/2021, uma das medidas trata do adiamento do parcelamento do FGTS 2021. Desse modo, os empregadores ficam suspensos da obrigação de recolher os valores do fundo do trabalhador referentes aos meses de abril, maio, junho e julho deste ano. Tendo ainda, a possibilidade de pagar de modo parcelado em até quatro vezes a partir de setembro. A Sociedade adotou alguns destes benefícios previstos nas medidas tributárias e não tributárias (FGTS) implementadas pela União, através do diferimento de tributos e do FGTS e redução das alíquotas do sistema S na determinação das contribuições sociais destinadas a outras entidades. Resultado, ser, por fim, que as medidas mencionadas acima não excluem a adoção de medidas adicionais e complementares, até o momento não adotadas, com por exemplo aquelas previstas no Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e Renda (Medida Provisória nº 936/2020). **2 Base de preparação a. Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC)** As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pelos administradores da Companhia em 29/07/2021. Detalhes sobre as principais políticas contábeis da Companhia estão apresentadas na Nota 6. **3 Base de mensuração** As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor bruto, exceto, quando aplicável, pela valorização de determinados ativos e passivos como estoques, ativos biológicos, partes relacionadas, instrumentos financeiros (incluse instrumentos derivativos) e empréstimos e financiamentos, os quais são mensurados pelo valor justo. **4. Moeda funcional e moeda de apresentação** Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real ("R$"), que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **5. Uso de estimativas e julgamentos** Na preparação destas demonstrações financeiras, a administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. **a. Julgamentos** As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas: Nota 17 - Passivo de arrendamento e direito de uso. Nota 18 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes. **b. Incertezas sobre premissas e estimativas** As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material no exercício a findar-se em 30/04/2021 estão incluídas nas seguintes notas explicativas: Nota 9 - Perda de crédito esperada para contas a receber (Contas a receber de clientes). Nota 13 - Ativo biológico; Nota 14 - Vida útil do ativo imobilizado; Nota 17 - Direito de uso; e Nota 19 - Imposto de renda e contribuição social diferidos. **c. Mensuração do valor justo** Uma série de políticas contábeis da Companhia requerem a mensuração dos valores justos, para os ativos e os passivos financeiros e não financeiros. A Companhia estabelece uma estrutura de controle relacionada a mensuração dos valores justos. Isso inclui uma equipe que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo, incluindo os valores justos de Nível 3. A equipe de avaliação revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se a informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar os valores justos, então a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem aos requisitos do CPC, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma: **Nível 1** - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos. **Nível 2** - inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou o passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços). **Nível 3** - inputs, para o ativo ou o passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no período das demonstrações financeiras em que ocorrem as mudanças. Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na Nota 24 - Instrumentos financeiros. **7. *Contas a receber de clientes*** O valor justo de contas a receber e outros recebíveis, que é determinado para fins de divulgação, é estimado como o valor presente de fluxos de caixa futuros, descontado pelas taxas de juros aquelas na data de mensuração. **8. Caixa e equivalentes de caixa** Nota 19 - Imposto de renda e contribuição social diferidos. **c. Mensuração do valor justo** Uma série de políticas contábeis da Companhia requerem a mensuração dos valores justos, para os ativos e os passivos financeiros e não financeiros. A Companhia estabelece uma estrutura de controle relacionada a mensuração dos valores justos. Isso inclui uma equipe que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo, incluindo os valores justos de Nível 3. A equipe de avaliação revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se a informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar os valores justos, então a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem aos requisitos do CPC, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma: **Nível 1** - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos. **Nível 2** - inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou o passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços). **Nível 3** - inputs, para o ativo ou o passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no período das demonstrações financeiras em que ocorrem as mudanças. Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na Nota 24 - Instrumentos financeiros. **7. *Contas a receber de clientes*** O valor justo de contas a receber e outros recebíveis, que é determinado para fins de divulgação, é estimado como o valor presente de fluxos de caixa futuros, descontado pelas taxas de juros aquelas na data de mensuração. **8. Caixa e equivalentes de caixa** Nota 19 - Imposto de renda e contribuição social diferidos. **c. Mensuração do valor justo** Uma série de políticas contábeis da Companhia requerem a mensuração dos valores justos, para os ativos e os passivos financeiros e não financeiros. A Companhia estabelece uma estrutura de controle relacionada a mensuração dos valores justos. Isso inclui uma equipe que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo, incluindo os valores justos de Nível 3. A equipe de avaliação revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se a informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar os valores justos, então a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem aos requisitos do CPC, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma: **Nível 1** - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos. **Nível 2** - inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou o passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços). **Nível 3** - inputs, para o ativo ou o passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no período das demonstrações financeiras em que ocorrem as mudanças. Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na Nota 24 - Instrumentos financeiros. **7. *Contas a receber de clientes*** O valor justo de contas a receber e outros recebíveis, que é determinado para fins de divulgação, é estimado como o valor presente de fluxos de caixa futuros, descontado pelas taxas de juros aquelas na data de mensuração. **(*a*) *Perdas Esperadas*** Para mensurar as perdas esperadas de crédito, as contas a receber foram agrupadas com base no compartilhamento de características de crédito e no número de dias em atraso. Os ativos financeiros foram agrupados com base no compartilhamento de características de crédito e no número de dias em atraso. Essas técnicas de avaliação foram aplicadas de forma consistente em relação a ativos de natureza e características de risco semelhantes

Continuação...

- FINAME compõem os recursos captados para a aquisição de máquinas e equipamentos industriais, veículos, tratores e implementos agrícolas. Esses recursos foram destinados à implantação de canavial, expansão e modernização das unidades produtivas e à cogeração de energia elétrica a partir de biomassa. A avaliação de sensibilidade consta na nota 24.2.2. **16. Fornecedores** Os saldos de fornecedores a pagar são decorrentes prepondentemente na aquisição de materiais e serviços.

	2021	2020
Fornecedores de materiais, insumos, bens e serviços	60.824	82.292
	60.824	82.292

17. Direito de uso, parceria a pagar e arrendamentos a pagar A movimentação do direito de uso durante o exercício atual é a seguinte:

Direito de uso	Parceria agrícola	Arrendamento agrícola	Saldo de adiantamentos	Total
Adoção em 1º de maio de 2019	**811.637**	**45.408**	**81.876**	**938.921**
Compensação de adiantamentos	-	-	(52.624)	(52.624)
Novos contratos/ atualização contratual	237.329	-	-	237.329
Remensuração anual	150.587	4.925	-	155.512
Adiantamentos efetuados	-	-	64.119	64.119
Depreciação	(185.063)	(9.519)	-	(194.582)
30 de abril de 2020	**1.014.490**	**40.814**	**93.371**	**1.148.675**
Compensação de adiantamentos	-	-	(71.416)	(71.416)
Novos contratos/ atualização contratual	151.381	-	-	151.381
Remensuração anual	259.980	1.630	-	261.610
Adiantamentos efetuados	-	-	71.148	71.148
Depreciação	(223.803)	(5.400)	-	(229.203)
30 de abril de 2021	**1.202.048**	**37.044**	**93.103**	**1.332.195**
Vida útil (anos)	1 a 12			

A movimentação de parceria agrícola a pagar durante o exercício atual foi a seguinte:

Parcerias agrícolas a pagar	Saldo dos compromissos	Ajuste a valor presente	Total
Adoção em 1º de maio de 2019	**1.115.695**	**(258.649)**	**857.046**
Novos contratos/atualização contratual	339.468	(102.139)	237.329
Remensuração anual	132.586	22.926	155.512
Pagamentos efetuados	(201.429)	-	(201.429)
Apropriação de encargos financeiros	-	6.535	6.535
Em 30 de abril de 2020	**1.386.320**	**(331.327)**	**1.054.993**
Novos contratos/atualização contratual	236.147	(84.766)	151.381
Remensuração anual	267.140	7.147	274.287
Pagamentos efetuados	(248.123)	-	(248.123)
Apropriação de encargos financeiros	-	7.773	7.773
Em 30 de abril de 2021	**1.641.484**	**(401.173)**	**1.240.311**
Passivo circulante			248.766
Passivo não circulante			991.545
			1.240.311

Composição do saldo de longo prazo por exercício:

De 1º/05/2022 a 30/04/2023	219.535
De 1º/05/2023 a 30/04/2024	179.374
De 1º/05/2024 a 30/04/2025	147.254
De 1º/05/2025 a 30/04/2026	122.686
De 1º/05/2026 a 30/04/2027	97.373
De 1º/05/2027 a 30/04/2028	73.588
De 1º/05/2028 a 30/04/2029	55.377
A partir de 1º/05/2029	96.358
	991.545

No saldo de parceria agrícola a pagar demonstrado no quadro anterior, está considerado em 2021, o valor de R$ 56.390 (R$ 42.777 em 30/04/2020) referente a contratos com as partes relacionadas da Alto Alegre Agro S.A. e Lincoln Junqueira Agro S.A. **18. Provisão para contingências** A Administração da Companhia, baseada em pareceres de seus consultores jurídicos, está questionando a legalidade de determinados tributos, bem como apresentou defesa administrativa e judicial relativa a autos de infração e reclamações trabalhistas. Quando aplicável, esses tributos estão atualizados com base em índices oficiais. Tais processos são registrados e estão classificados no passivo circulante, devido ao fato de que parte substancial dos mesmos encontra-se em esfera administrativa, e estão assim demonstrados:

	2021	2020
Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA	17.789	17.789
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	691	681
Instituto Nacional do Seguridade Social - INSS	474	469
Contingências trabalhistas	11.306	11.306
(-) Depósitos judiciais	(29.529)	(29.564)
	691	681

As provisões para contingências acima, têm as seguintes principais naturezas: **a.** INSS relacionado, substancialmente a autuações relativas a contribuições incidentes sobre folha de pagamento de trabalhadores ruricolas em períodos diversos. **b.** INCRA relacionado a valores não recolhidos entre dezembro de 2002 e dezembro de 2007, que estão sendo questionados judicialmente. Os valores não recolhidos correspondem ao questionamento que a Companhia está fazendo com o INSS sobre a diferença de alíquota (de 0,2% para 2,7%). Postula-se judicialmente o recebimento da diferença do saldo desses valores INCRA, tendo em vista a nova ordem constitucional que, na avaliação da Companhia, não recepcionou a exação prevista no Decreto-lei nº 1.146/70. Como tese auxiliar, na hipótese de se de entender pela compatibilidade da contribuição ao INCRA com a Constituição de 1988, pede-se o reconhecimento da inconstitucionalidade da diferença de alíquotas entre as agroindústrias (2,7%) e pessoas jurídicas que exploram outras atividades (0,2%), de modo que seja reconhecido a Companhia o direito de recolher o tributo em questão com base na alíquota de 0,2%. Valores de recebimento bastante improvável classificados a ex-funcionários da Companhia. A movimentação das provisões para contingências é como segue:

Em 30 de abril de 2019	659
Juros e multas	22
Em 30 de abril de 2020	681
Juros e multas	10
Em 30 de abril de 2021	691

d. Depósitos judiciais Os depósitos judiciais que representam ativos restritos da Companhia são relacionados a quantias depositadas e mantidas em juízo até a solução dos litígios a que estão relacionados. O saldo dos depósitos judiciais para os quais não há provisão para contingência constituída, em 30/04/2021, totaliza R$ 35.198 em 30/04/2020 e R$ 29.564 classificado na rubrica "Depósitos judiciais e depósitos em caução" no ativo não circulante. **e. Contingências** A Companhia possui processos de natureza trabalhista, cível e tributária avaliados pela administração, e seus assessores jurídicos, como de possível perda. Essas contingências, classificadas como possível perda, foram estimadas como segue:

	2021	2020
Civil	5.202	4.164
Trabalhista	49.949	51.698
Tributável	100.891	95.482
	156.042	151.344

As provisões para contingências constituída pela Companhia foi avaliada pela Administração como suficiente para prováveis esperadas quando da conclusão de seus processos correspondentes contingências. **19. Imposto de renda e contribuição social Composição dos tributos diferidos**

	2021	Movimentação no resultado do exercício	2020	Movimentação no resultado do exercício	2019
Créditos tributários					
Imposto de renda sobre:					
Adições temporárias	7.508	(1.778)	9.286	20	9.266
Prejuízos fiscais	-	(85.854)	85.854	69.925	15.929
	7.508	(87.632)	95.140	69.945	25.195
Contribuição social sobre:					
Adições temporárias	1.979	(640)	2.619	7	2.612
Base de cálculo negativa acumulada	-	(30.907)	30.907	25.174	5.734
	1.979	(31.547)	33.526	25.180	8.346
Total dos débitos tributários ativos	9.487	(119.179)	128.666	95.125	33.541
Débitos tributários					
Imposto de renda sobre:					
Exclusões temporárias	(23.743)	(33.250)	9.507	2.424	7.083
Ajuste de avaliação patrimonial	9.858	(1.165)	11.023	(1.479)	12.502
Depreciação acelerada incentivada (I)	172.972	(54.436)	227.408	8.499	218.909
Variação cambial - tributação em regime de caixa	-	-	-	8.228	(8.228)
Ativos biológicos - nota explicativa nº 13	7.579	(437)	8.016	(872)	8.888
	166.666	(89.288)	255.954	16.802	239.154
Contribuição social sobre:					
Exclusões temporárias	(8.547)	(11.969)	3.422	872	2.550
Ajuste de avaliação patrimonial	3.549	(419)	3.968	(532)	4.500
Depreciação acelerada incentivada (I)	62.270	(19.597)	81.867	3.060	78.807
Variação cambial - tributação em regime de caixa	-	-	-	2.962	(2.962)
Ativos biológicos - nota explicativa nº 13	2.729	(157)	2.886	(313)	3.199
	60.001	(32.142)	92.143	6.049	86.094
Total dos débitos tributários passivos	226.667	(121.430)	348.097	22.849	325.248
Imposto de renda e contribuição social diferidos, líquidos - passivo não circulante	217.180	(2.251)	219.431	(72.276)	291.707

(I) Corresponde aos débitos tributários diferidos calculados sobre o benefício permitido por lei, que consiste na depreciação em dobro, dos gastos incorridos com imobilizações agrícolas. a. Expectativa de realização dos tributos diferidos Os créditos e débitos sobre adições e exclusões temporárias serão realizados quando tais adições e exclusões forem realizadas. Os créditos de renda e da contribuição social com o resultado da aplicação direta da alíquota dos respectivos tributos sobre o resultado societário:

	Imposto de renda	2021 Contribuição social	Imposto de renda	2020 Contribuição social
Lucro antes dos tributos	502.449	502.449	(133.854)	(133.854)
Aliquota máxima	25%	9%	25%	9%
	(125.612)	(45.220)	33.464	12.047
Tributos sobre adições/ exclusões permanentes	2.109	563	332	(61)
Tributos no resultado do exercício	(123.503)	(44.657)	33.796	11.986
Aliquota efetiva	24,6%	8,9%	-25,2%	-9,0%
Efeito corrente	(125.158)	(45.253)	(19.348)	(7.146)
Efeito diferido	1.655	596	53.144	19.132

20. Patrimônio líquido a. **Capital social** O capital social está dividido em 30.252.737 ações ordinárias nominais, sem valor nominal. **b. Reserva legal** Constituída a razão de 5% do lucro líquido do exercício, limitada a 20% do capital social realizado. c. **Ajuste de avaliação patrimonial** Ajuste a reavaliação própria (Nota 14.a), líquida dos efeitos tributários, e é realizada com base nas depreciações, baixas ou alienações dos respectivos bens reavaliados e o montante apurado da realização é transferido para lucros acumulados. **d. Dividendos** Em 31/08/2019, foi deliberada Assembleia Geral Ordinária (AGO) nº 24, distribuição de dividendos no valor de R$ 10.000. Em 31/08/2020, foi deliberada pela Assembleia Geral Ordinária (AGO) nº 25, distribuição de dividendos no valor de R$ 18.182. De acordo com o estatuto social, aos titulares das ações serão atribuídos dividendos não cumulativos de 6% anuais, após a apropriação da reserva legal, correspondentes a 5% do lucro líquido do exercício.

	2021	2020
Lucro líquido do exercício	334.289	
Base para destinações	334.289	
(-) Constituição da reserva legal	(16.714)	
Base elegível distribuição de dividendos	317.575	
Dividendos (25% mínimo obrigatório de acordo com estatuto social)	79.394	

e. Reserva de retenção de lucros Constituída com os lucros remanescentes, após as destinações legais e estatutárias, ficando a disposição da assembleia geral das futuras destinações. **21. Receita operacional líquida** A receita líquida de vendas é demonstrada a seguir:

	2021	2020
Receita de Vendas		
Mercado externo	1.364.073	640.017
Açúcar mercado interno	661.716	667.571
Etanol mercado interno	559.889	619.838
Energia elétrica	94.780	112.104
Outras	9.610	2.039
	2.690.068	2.046.169
(-) Impostos	(180.233)	(150.669)
Devolução de vendas	(3.390)	(2.561)
Receita líquida	2.506.424	1.847.940

22. Apresentação da demonstração do resultado por natureza A Companhia apresentou a demonstração do resultado utilizando uma classificação das despesas baseada na sua função. As informações sobre a natureza das despesas reconhecidas na demonstração do resultado são apresentadas a seguir:

	2021	2020
Matéria prima e insumos	(810.833)	(700.350)
Salários, encargos e benefícios	(321.190)	(285.847)
Depreciação e amortização	(325.313)	(327.828)
Despesas com prestadores de serviços	(160.363)	(132.732)
Outras despesas líquidas	(19.109)	(26.466)
	(1.636.814)	(1.473.223)

Classificadas como:

Custos dos produtos vendidos	(1.471.141)	(1.297.011)
Com vendas	(144.918)	(113.146)
Gerais e administrativas	(61.455)	(67.666)
Outras receitas operacionais, líquidas	44.966	4.598
	(1.636.814)	(1.473.223)

A composição de "Outras receitas operacionais, líquidas" é demonstrada a seguir:

	2021	2020
Crédito de Pis/Cofins (a)	32.437	-
Crédito de Cbio's (b)	9.201	-
Restituição processo IAA	-	367
Crédito - Reintegra	-	534
Baixa de Provisão para contingências	-	3.697
Outros créditos/débitos, líquidos	3.310	1.673
	44.948	4.594

a. Créditos extemporâneos de Pis e Cofins
b. Recita de créditos de descarbonização (Cbios)
23. Resultado financeiro

	2021	2020
Despesas financeiras:		
Juros sobre financiamentos	(82.765)	(90.782)
Juros e variações monetárias sobre outros passivos	(29)	(91)
Despesas bancárias e outras despesas financeiras	(12.104)	(11.284)
Total das despesas financeiras	(94.898)	(102.656)
Receitas financeiras:		
Rendimentos sobre aplicações financeiras	17.938	30.181
Outras receitas financeiras	6.313	5.689
Total das receitas financeiras	24.251	35.787
Derivativos:		
Ganho nas operações com derivativos	418.477	330.537
Perdas em operações com derivativos	(1.812.520)	(376.868)
Derivativos líquidos	(303.312)	(46.331)
Variações cambiais:		
Variação cambial ativa	1.820.958	820.109
Variação cambial passiva	(1.812.520)	(1.211.857)
Variações cambiais, líquidas	8.507	(391.748)
Total do resultado financeiro	(365.452)	(505.308)

24. Instrumentos financeiros 24.1 Considerações gerais A Companhia opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para caixa e equivalentes de caixa, incluindo aplicações financeiras, contas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores e empréstimos e financiamentos. Adicionalmente, a Companhia também opera com instrumentos financeiros derivativos objetivando reduzir os riscos financeiros a que está exposta, decorrentes dos preços de mercado de seus produtos (açúcar) e reduzir os riscos de desvalorização do real frente ao dólar norte-americano. Os instrumentos financeiros derivativos são contratados com a finalidade de proteção, de proteção de receitas ou de proteção de investimento estrangeiro, ou para precificar e proteger as operações de exportação contra riscos de variação cambial e de flutuação do preço do açúcar no mercado internacional. As operações contratadas não ultrapassam os volumes e valores de vendas a entregar para clientes e de compras de insumos e serviços a receber de fornecedores em moeda estrangeira. Os saldos dos derivativos são atualizados, diariamente, a preço cotado em mercado ativo tendo o seu valor justo ("*fair value*") determinado naturalmente e, quando aplicável, é utilizado o método de fluxo de caixa descontado para determinar o valor justo. Os demais valores registrados no ativo e no passivo circulante têm liquidez imediata ou vencimento, em sua maioria, em prazos inferiores a três meses. *Ao considerar o risco de crédito* de cada uma dessas instrumentos, sistematicamente renegociados, os valores contábeis apresentam-se dos valores justos. *a. Caixa e equivalentes, *ativos financeiros, contas a receber de clientes, outros ativos circulantes* Os valores contabilizados aproximam-se dos valores de realização. As aplicações financeiras são representadas substancialmente por CDBs indexados ao CDI, com alta liquidez, e são firmadas com instituições financeiras que atendem aos critérios de avaliação de riscos da Companhia. *b. Empréstimos e financiamentos, contas a pagar* Os empréstimos e financiamentos estão atualizados pela taxa cambial e pelas taxas de juros, conforme Nota 15, e representam o valor de realização em 30/04/2021. Os valores contabilizados contas a pagar aproximam-se dos de realização. *c. Derivativos* Os instrumentos derivativos contratados pela Companhia têm o propósito de proteger suas operações contra os riscos de flutuação na taxa de juros. O saldo de derivativo de taxa de juros é composto por "swap" a registrar, em 30/04/2021, perda de R$ 4.589 (ganho de R$ 2.828 em 30/04/2020), registrada no resultado financeiro. Em 30/04/2021 e 2020, a Companhia possuía contratos a termo de câmbio de moeda estrangeira para proteção de recebimentos por vendas futuras no mercado externo e proteção da dívida, conforme a seguir, para as operações em aberto, para as operações encerradas e para as operações não encerradas, registrados em "Instrumentos financeiros derivativos" no ativo circulante no caso de ganho e no passivo circulante no caso de perda:

	Valor de referência (nocional)	Ajuste a valor presente	Valor ajustado a/US$	2021 Ganho / Perda
Posição vendida:				
Vencimento entre julho de 2021 a fevereiro de 2022	721.225	708.012	746.526	(38.514)
				2020
	Valor de referência (nocional)	**Ajuste a valor presente**	**Valor ajustado a/US$**	**Ganho / Perda**
Posição vendida:				
Vencimento entre julho de 2020 a fevereiro de 2021	857.907	848.612	1.061.380	(212.768)

Em 30/04/2021 a Companhia possui contratos de opção de dólar ainda não encerrados como segue:

	Valor de referência (nocional)	Contratos em 30/04/2021 Valor justo ("Fair value")	Efeito acum. receber/pagar
Posição vendida:			
Venda com vencimento em julho de 2021 a fevereiro de 2022	145.840	157.964	(12.124)

Contrato futuro Em 30/04/2021 e 2020, os saldos de ativos e passivos relacionados às transações envolvendo contratos futuros estão demonstrados a seguir: **Contratos futuros de açúcar** A Companhia opera no mercado futuro de "commodities", com a finalidade específica de proteção ["hedge"], por meio de corretoras, em bolsa de mercadorias, que efetua ajustes diários, valorizando a valor de mercado até a conclusão dos contratos correntes, cujo ganho está registrado no resultado financeiro, para as operações em aberto e para as operações não encerradas, registrados em "Instrumentos financeiros derivativos" no ativo circulante no caso de ganho e no passivo circulante no caso de perda.

	Valor de referência (nocional)	Contratos em 30/04/2021 Valor justo ("Fair value")	Efeito acum. receber/pagar
Posição vendida:			
Venda com vencimento em maio a outubro de 2021	648.179	709.824	(61.645)
		Contratos em 30/04/2020	
	Valor de referência (nocional)	**Valor justo ("Fair value")**	**Efeito acum. receber/pagar**
Posição vendida:			
Venda com vencimento em maio de 2020 a outubro de 2021	1.061.341	830.604	230.737

24.2 Fatores de risco e análise de sensibilidade A Companhia dispõe de políticas e procedimentos para administrar, mediante utilização de instrumentos financeiros, os riscos de mercado relacionados com taxa de juros, variação cambial e volatilidade de preços do açúcar no mercado internacional de "commodities", inerentes a seus negócios. Tais políticas são acompanhadas pela Administração e incluem: (a) procedimentos de gerenciamento e monitoramento contínuo dos níveis de exposição em função dos volumes de transações contratadas; e (b) estimativas do valor de cada risco tendo por base os limites de exposição cambial e dos preços de venda do açúcar estabelecidos. Com base nessas políticas, os instrumentos financeiros derivativos são contratados exclusivamente com a finalidade de precificar e proteger as operações de exportação de açúcar contra riscos de variação cambial e de flutuação do preço do açúcar no mercado internacional. As operações contratadas não ultrapassam os volumes e valores de vendas a entregar para clientes e têm por objetivo assegurar níveis mínimos de rentabilidade às vendas futuras. Nesse sentido, visando mitigar os riscos futuros da variação cambial, em 30/04/2021 a Companhia possuía na modalidade de NDF um montante de US$ 138.154 mil na posição vendida (US$ 195.574 mil na posição vendida em 30/04/2020). As análises sobre estas posições estão demonstradas na Nota 24 c (ii). **24.2.1 Análise de sensibilidade - Risco de taxa de juros** A análise é feita considerando os movimentos das respectivas taxas de juros e qual seria o impacto da variação das taxas de juros no patrimônio líquido e no resultado em diferentes cenários. A tabela a seguir resume todas as posições da situação financeira da Companhia impactada pelos efeitos das variações de juros.

Descrição	Valor de referência (nocional)	Impactos em um cenário provável 10%	Impactos em um cenário provável 25%	Impactos em um cenário possível 25%	Impactos em um cenário remoto 50%
Financiamentos com taxas flutuantes	1.324.393	(250)	250	(624)	624
(Perda)					
Aplicações financeiras com taxa de juros flutuantes	1.173.795	3.181	(3.181)	7.953	(7.953)
"hedge"					
Impacto no resultado operacional		2.931	(2.931)	7.329	(7.329)

Em cenário anterior, a taxa de juros foi combinada, mantendo os demais fatores constantes, gerando cenários: provável, possível e remoto. Para o cenário provável, é suposta uma variação de +/- 10% da taxa de juros, com base em observações das condições de mercado atuais. Todas as operações relevantes dos montantes anteriores foram mantidas constantes. Seguem as principais premissas da análise: Empréstimos captados com taxa de juros flutuantes, sem "hedge", a taxas de juros que foram analisadas: do + LIBOR, + CDI, + TLP. Os impactos dessas possíveis variações são demonstrados no resultado operacional para cada item.

Descrição	Valor de referência (nocional)	Impactos em um cenário provável 10%	Impactos em um cenário provável 25%	Impactos em um cenário possível 25%	Impactos em um cenário remoto 50%
Ativos ó (passivos)					
Aplicações financeiras em moeda estrangeira, líquidos	(1.317.589)	(131.759)	131.759	(329.397)	329.397
Derivativos em moeda estrangeira (Venda)	708.012	(70.801)	70.801	(177.003)	177.003
Impacto no resultado operacional		(202.560)	202.560	(506.400)	506.400

Todos os saldos de balanço foram incluídos na análise anterior. O impacto no valor justo dos instrumentos derivativos de "commodities" que são denominados em dólares norte-americanos, que flutuam de acordo com o preço do açúcar, foi apresentado tanto no ativo como no passivo das demonstrações financeiras. A tabela anterior mostra a sensibilidade do resultado operacional da Companhia a variações nas taxas de câmbio das moedas estrangeiras, em relação a outras moedas. A parcelade moeda incluída na análise é US$/R$. Cada paridade foi combinada de duas maneiras, de acordo com três cenários, em que uma variação de +/- 10% foi considerada provável, baseada em observações de mercado atuais e outras duas variações foram mantidas constantes. Seguem as principais premissas da análise: • Valor líquido dos ativos e passivos financeiros em moeda estrangeira, + valor justo dos instrumentos derivativos de "commodities" denominados em moeda estrangeira. • Os impactos dessas possíveis variações são demonstrados no resultado operacional para cada item. **24.2.3 Análise de sensibilidade - Risco de "commodities"**

Descrição	Valor de referência (nocional)	Impactos em um cenário provável 10%	Impactos em um cenário provável 25%	Impactos em um cenário possível 25%	Impactos em um cenário remoto 50%
Venda - mercado futuro de açúcar	709.824	(70.982)	70.982	(177.456)	177.456

Foi incluído na análise o valor justo dos instrumentos derivativos de "commodities" de açúcar. A tabela anterior mostra a análise de sensibilidade sobre o resultado operacional e o patrimônio líquido da Companhia para as possíveis variações dos preços do açúcar, que foram baseados no prêmios de opções de açúcar. A análise baseia-se em: Contratos futuros de açúcar nº 11 ("*sugar nº 11 screen*"); Os contratos futuros do açúcar e opções de preços de açúcar foram combinados de duas maneiras, de acordo com três cenários, provável, possível e remoto, em que uma variação de + 10% foi considerada provável, baseada em observações do mercado em geral. Todas as demais variáveis foram mantidas constantes. Todos os impactos dos diferentes cenários demonstrados no resultado operacional. **Gerenciamento de risco financeiro** Os principais fatores de risco que a Companhia pode enfrentar e que possam impactar significativamente seus negócios são: Risco estratégico-operacional (tais como, entre outros, comportamento de demanda, concorrência e mudanças relevantes na estrutura da indústria) são endereçados pelo modelo de governança da Companhia. Os riscos operacionais (tais como, entre outros, comportamento de variáveis macroeconômicas, como preço do açúcar e etanol, taxas de câmbio e de juros, bem como características específicas dos instrumentos financeiros) são parte da rotina da Companhia. Esses riscos são administrados por meio de acompanhamento da alta administração e de ações ativamente na gestão operacional da Companhia. A Companhia possui como prática gerir os riscos existentes de forma conservadora, sendo que esta prática possui como principais objetivos preservar o valor e a liquidez dos ativos financeiros e garantir recursos suficientes para o bom andamento dos negócios e suas expansões. Os principais riscos financeiros considerados pela gestão da alta administração são: • Risco de flutuação de preços de açúcar; • Risco de liquidez; • Risco operacional; e • Risco de capital. Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos, as práticas e os processos para a mensuração e gerenciamento de risco e o gerenciamento de capital. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo dessas demonstrações financeiras. **24.3 Estrutura de gerenciamento de risco** **24.3.1 Risco de crédito** Risco de crédito é o risco de uma contraparte de uma operação financeira não honrar seus compromissos financeiros, gerando uma perda financeira para a companhia. Os instrumentos financeiros que expõem a companhia ao risco de crédito são: Caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e adiantamentos a fornecedores. A gestão do risco de crédito é feita por meio de prazos diferenciados a clientes, no que pertence ao negócio de açúcar e é conduzida na rotina de relacionamento formalizado com clientes chaves de grande porte. Para os demais negócios, a Companhia adota como prática a análise das situações financeira e patrimonial dos clientes, assim como a definição de limites de crédito e de acompanhamento permanente da carteira em aberto. De forma geral, o direcionamento dos negócios são tratados com cautelas para minimizar os possíveis impactos financeiros. Os principais instrumentos financeiros que expõem a companhia ao risco de crédito são: Caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e outros ativos financeiros. Os ativos financeiros representam a exposição máxima ao risco de crédito na data das demonstrações financeiras foi:

	Nota	2021	2020
Ativos Financeiros			
Caixa e equivalentes de caixa	8	1.189.001	1.156.665
Contas a receber de clientes	9	104.913	157.310
Instrumentos financeiros	24	-	230.737
Depósitos judiciais	18	33.183	35.198
Outras contas a receber		31.195	19.528
		1.358.292	1.599.438

Os saldos apresentados em caixa e equivalentes de caixa, são pulverizados em diversas instituições financeiras de primeira linha (considerando, a princípio, o risco soberano). Adicionalmente, a Companhia possui junto a maioria dessas instituições, operações de empréstimos e financiamentos, que foram contratadas com base na taxa do CDI e/ou LIBOR e/ou Cesta de Moedas, sendo que a Companhia está exposta, considerando a características das contraportas, níveis de concentração e relevância dos valores em relação ao Patrimônio. A abordagem da Companhia para a administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencimento, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia. A Companhia trabalha alinhando disponibilidade e geração de recursos de modo a cumprir suas obrigações nos prazos acordados. A seguir, estão as maturidades contratuais de ativos e passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados e excluindo o impacto de acordos de negociação de modelo pela possível liquidez.

	Fluxo de caixa	6 meses ou menos	6 - 12 meses	1 - 2 anos	2 - 5 anos	2021 Mais que 5 anos
Ativos						
Caixa e equivalentes de caixa	1.189.001	1.189.001	-	-	-	-
Contas a receber de clientes	104.913	104.913	-	-	-	-
Depósitos judiciais	33.183	-	6.637	9.955	16.592	-
Outras contas a receber	31.195	31.195	-	-	-	-
	1.358.292	1.325.108	-	6.637	9.955	16.592
Passivos						
Fornecedores	60.824	60.824	-	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	1.896.128	666.981	18.058	506.328	638.143	66.618
Parceria agrícola a pagar	1.203.267	116.104	116.104	204.070	444.294	322.696
Arrendamento agrícola a pagar	37.044	8.280	8.280	15.465	5.020	-
Instrumentos financeiros	112.283	112.283	-	-	-	-
	3.309.546	964.471	142.441	725.863	1.087.457	389.314

	Fluxo de caixa	6 meses ou menos	6 - 12 meses	1 - 2 anos	2 - 5 anos	2020 Mais que 5 anos
Ativos						
Caixa e equivalentes de caixa	1.156.665	1.156.665	-	-	-	-
Instrumentos financeiros	230.737	230.737	-	-	-	-
Contas a receber de clientes	157.310	157.310	-	-	-	-
Depósitos judiciais	35.198	-	7.040	10.559	17.599	-
Outras contas a receber	19.528	19.528	-	-	-	-
	1.599.438	1.564.240	-	7.040	10.559	17.599
Passivos						
Fornecedores	82.292	82.292	-	-	-	-

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Diretores da Usina Alto Alegre S.A. - Açúcar e Álcool Presidente Prudente - SP **Opinião** Examinamos as demonstrações financeiras da Usina Alto Alegre S.A. - Açúcar e Álcool ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de abril de 2021 e as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período findo nessa data, bem como a nota explicativa nº 13 - Ativos biológicos - nota explicativa nº 13 Contribuição social sobre: Exclusões temporárias Ajuste de avaliação patrimonial Depreciação acelerada incentivada (I) Variação cambial - tributação em regime de caixa Ativos biológicos - nota explicativa nº 13 Total dos débitos tributários passivos Imposto de renda e contribuição social diferidos, líquidos - passivo não circulante Lucro antes dos tributos Aliquota máxima Tributos sobre adições/ exclusões permanentes Tributos no resultado do exercício Aliquota efetiva Efeito corrente Efeito diferido Imposto de renda Contribuição social Imposto de renda Contribuição social Caixa e equivalentes de caixa Contas a receber de clientes Depósitos judiciais Outras contas a receber Total Empréstimos e financiamentos Parceria agrícola a pagar Arrendamento agrícola a pagar Instrumentos financeiros Total Fornecedores Empréstimos e financiamentos Parceria agrícola a pagar Arrendamento agrícola a pagar Instrumentos financeiros Total Ativos Caixa e equivalentes de caixa Contas a receber de clientes Depósitos judiciais Outras contas a receber Total do ativo circulante Ativo não circulante Total do ativo Passivos Fornecedores Empréstimos e financiamentos Parceria agrícola a pagar Arrendamento agrícola a pagar Instrumentos financeiros Total do passivo circulante Passivo não circulante Total do passivo e patrimônio líquido Receita líquida de vendas e serviços Custos dos produtos e serviços vendidos Lucro bruto Despesas com vendas Despesas gerais e administrativas Outras receitas operacionais, líquidas Outras despesas operacionais, líquidas Resultado antes do resultado financeiro e dos tributos Resultado financeiro, líquido Receitas financeiras Despesas financeiras Variações cambiais, líquidas Resultado antes dos tributos sobre o lucro Imposto de renda e contribuição social Lucro líquido do exercício Lucro líquido por ação - Básico e diluído - R$ Demonstração do resultado abrangente Lucro líquido do exercício Outros resultados abrangentes Resultado abrangente do exercício Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício Variação líquida em caixa e equivalentes de caixa Receita líquida de vendas e serviços Custo dos produtos e serviços vendidos Lucro bruto Despesas com vendas Despesas gerais e administrativas Outras receitas operacionais, líquidas Outras despesas operacionais, líquidas Resultado antes do resultado financeiro e dos tributos Resultado financeiro, líquido Receitas financeiras Despesas financeiras Variações cambiais, líquidas Resultado antes dos tributos sobre o lucro Imposto de renda e contribuição social Lucro líquido do exercício Lucro líquido por ação - Básico e diluído - R$ Demonstração do resultado abrangente Lucro líquido do exercício Outros resultados abrangentes Resultado abrangente do exercício Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício Variação líquida em caixa e equivalentes de caixa Capital social Reservas de lucros Ajuste de avaliação patrimonial Prejuízos acumulados Total do patrimônio líquido Saldos em 30 de abril de 2019 Ajuste de avaliação patrimonial Depreciação acelerada incentivada (I) Variação cambial - tributação em regime de caixa Ativos biológicos - nota explicativa nº 13 Lucro líquido do exercício Saldos em 30 de abril de 2020 Ajuste de avaliação patrimonial Depreciação acelerada incentivada (I) Variação cambial - tributação em regime de caixa Ativos biológicos - nota explicativa nº 13 Lucro líquido do exercício Saldos em 30 de abril de 2021 Fluxo de caixa 6 meses ou menos 6 - 12 meses 1 - 2 anos 2 - 5 anos Mais que 5 anos Empréstimos bancários Arrendamento financeiro Total da dívida Ativos líquidos Caixa e equivalentes de caixa Total em 30 de abril de 2019 Movimentações que afetaram o fluxo de caixa Captação de empréstimos e financiamentos Amortização de principal e juros de empréstimos e financiamentos Movimentações não afetaram o fluxo de caixa Variações monetárias/ cambiais Total em 30 de abril de 2020 Movimentações que afetaram o fluxo de caixa Captação de empréstimos e financiamentos Amortização de principal e juros de empréstimos e financiam

Alto Alegre Agro S.A.

CNPJ: 32.075.683/0001-32

Relatório da Diretoria

Senhores Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V. Sas., as demonstrações financeiras relativas ao exercício encerrado em 30 de abril de 2021. Permanecemos à disposição dos Senhores Acionistas para quaisquer informações que fizerem necessárias relativamente às contas apresentadas.

Presidente Prudente-SP, 29 de julho de 2021

A Diretoria.

Balanço patrimonial em 30 de abril (Em milhares de reais)

Ativo	Nota	2021	2020
Circulante			
Caixa e equivalente de caixa		15	53
Aplicações financeiras	7	17.254	15.270
Contas a receber de clientes	8	1	212
Impostos a recuperar		-	1
Total do ativo circulante		17.271	15.536
Não Circulante			
Propriedades para investimento	9	31.984	31.706
Total do ativo não circulante		31.984	31.706
Total do ativo		49.255	47.242

Passivo e Patrimônio Líquido	Nota	2021	2020
Circulante			
Fornecedores		-	373
Tributos a recolher		41	16
Dividendos propostos a pagar	11.d	676	483
Total do passivo circulante		717	872
Não Circulante			
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10	2.370	2.370
Total do passivo não circulante		2.370	2.370
Total do passivo		3.087	3.242
Patrimônio líquido	11		
Capital social		37.621	37.621
Ajuste de avaliação patrimonial		4.423	4.473
Reservas de lucros		4.074	1.906
Lucros do patrimônio líquido		46.168	44.000
Total do passivo e patrimônio líquido		49.255	47.242

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do resultado - Exercícios findos em 30 de abril (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	2021	2020
Receita líquida das vendas		12	2.787	1.689
Custo dos produtos vendidos			-	-
Lucro bruto			**2.787**	**1.689**
Receitas (despesas) operacionais				
Gerais e administrativas			(77)	(62)
			(77)	(62)
Lucro operacional antes dos resultados financeiros			**2.710**	**1.627**
Despesas financeiras	13		(1)	(1)
Receitas financeiras	13		325	812
Resultado financeiro, líquido			**324**	**811**
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social			**3.034**	**2.438**
Imposto de renda	10		(128)	(288)
Contribuição social	10		(62)	(118)
Lucro líquido do exercício			**2.844**	**2.032**
Lucro líquido básico e diluído por ação (expresso em R$ por ação)			1,58	1,13

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações do resultado abrangente - Exercícios findos em 30 de abril (Em milhares de reais)

	2021	2020
Lucro líquido do exercício	2.844	2.032
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do exercício	2.844	2.032

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos fluxos de caixa - Exercícios findos em 30 de abril (Em milhares de reais)

	Nota	2021	2020
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido do exercício		2.844	2.032
Ajustes para reconciliar o lucro do exercício ao caixa gerado pelas atividades operacionais:			
Depreciação e amortização		2	2
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(1)	(1)
Variação nos ativos operacionais:			
Contas a receber de clientes		211	(212)
Impostos a recuperar		-	(1)
Variação nos passivos operacionais:			
Fornecedores		(373)	373
Tributos a recolher		212	412
		2.900	2.616
Pagamento de imposto de renda e contribuição social		(191)	(407)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		**2.709**	**2.209**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos			
Aplicações financeiras	7	(1.984)	9.159
Aplicação de recursos em propriedade para investimentos	9	(280)	(11.293)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		**(2.264)**	**(2.134)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos			
Dividendos pagos		(483)	(110)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos		**(483)**	**(110)**
Redução líquida em caixa e equivalentes de caixa		**(38)**	**(35)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		**53**	**88**
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		**15**	**53**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração das mutações do patrimônio líquido (Em milhares de reais)

	Capital social	Reservas de lucros: Reserva legal	Reservas de lucros: Lucros acumulados	Lucros acumulados	Ajuste de avaliação patrimonial	Total
Em 30 de abril de 2019 (Não auditado)	**37.621**	**-**	**334**	**-**	**-**	**42.450**
Ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	-	1	1
Lucro líquido do exercício	-	-	-	2.032	-	2.032
Constituição da reserva legal	-	102	-	(102)	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	(482)	-	(482)
Constituição de reserva de retenção de lucros	-	-	1.448	(1.448)	-	-
Em 30 de abril de 2020	**37.621**	**125**	**1.781**	**-**	**4.473**	**44.000**
Lucro líquido do exercício	-	-	-	2.844	-	2.844
Constituição da reserva legal	-	142	-	(142)	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	(676)	-	(676)
Constituição de reserva de retenção de lucros	-	-	2.026	(2.026)	-	-
Em 30 de abril de 2021	**37.621**	**267**	**3.807**	**-**	**4.473**	**46.168**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

1. Contexto operacional A Alto Alegre Agro S.A. ("Companhia"), foi constituída em 22/10/2018, com sede em Presidente Prudente, Estado de São Paulo, e tem como atividade preponderante a exploração agrícola de lavouras de cana de açúcar, mediante participação em contratos de parceria agrícola. **2. Base de preparação e declaração de conformidade (com relação às normas do CPC)** As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pelos administradores da Companhia em 29/07/2021. **3. Base de mensuração** As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir o custo atribuído de propriedades para investimento quando permitido pelas práticas contábeis e legislação brasileira. **4. Moeda funcional e moeda de apresentação** Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real ("R$"), que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **Uso de estimativas e julgamentos** Na preparação destas demonstrações financeiras, a administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. **(i) Contas a receber de clientes** O valor justo de contas a receber e outros recebíveis, que é determinado para fins de divulgação, é estimado como o valor presente de fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado aplicável na data de apresentação. **(ii) Propriedade para investimento** O valor justo das propriedades para investimento, para fins de divulgação, foi baseado no mercado e nas avaliações de propriedades de acordo com preços de mercado cotados na data de transição para atives semelhantes, quando disponíveis, e custo de reposição quando apropriado. **5. Principais políticas contábeis a. Capital social** As ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. A Companhia não possui ações preferenciais. Os dividendos mínimos obrigatórios, conforme definido em estatuto social, são reconhecidos como passivo. **b. Propriedade para investimento** A propriedade para investimento é mensurada pelo custo. Propriedades para investimento são baixadas quando vendidas ou quando a propriedade para investimento deixa de ser permanentemente utilizada e não se espera nenhum benefício economico futuro da sua venda. A diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo é reconhecida na demonstração do resultado no período da baixa. **c. Demais passivos - circulante e não circulante** Demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas. **d. Outros ativos circulantes e não circulantes** Os demais ativos são apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, ajustes a valor presente, rendimentos, variações cambiais e monetárias auferidas e provisões para perdas na realização desses ativos que são constituídas com base na análise das expectativas de sua efetiva realização. **e. Parceria agrícola** Quando a Companhia atua como parceiro outorgante, determina, no início da parceria agrícola, se cada contrato é classificado como propriedade para investimento. Para realizar essa classificação, a Companhia faz uma avaliação geral se o contrato transfere substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo subjacente. De forma geral, as políticas contábeis aplicáveis ao Grupo como parceiro outorgante no período comparativo não foram diferentes do CPC 06(R2). A Companhia realiza controle de parceria agrícola com suas propriedades para investimento, incluindo propriedades próprias. A Companhia não é requerido fazer ajustes na transição para o CPC 06(R2) para contratos nos quais atua como parceiro outorgante. **f. Reconhecimento da receita** A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de descontos comerciais e/ou bonificações concedidos ao comprador e outras deduções similares. A receita de venda de produtos é reconhecida quando (i) já houve a transferência ao comprador do controle relacionado à propriedade do produto; (ii) o valor da receita pode ser mensurado com confiabilidade; (iii) os benefícios econômicos associados a transação fluirão à Companhia; e (iv) os custos incorridos ou a incorrer podem ser mensurados com confiabilidade. Mais especificamente, a receita de venda de produtos é reconhecida quando todas as obrigações de desempenho são cumpridas. A receita é oriunda dos contratos de parceria agrícola vinculadas as propriedades para investimento mencionadas na nota 5b, e é reconhecida como receita quando ocorre a venda da cota parte do produto fruto da parceria agrícola, conforme nota explicativa 5e. **g. Imposto de renda e contribuição social** A base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social presumido é calculada a razão de 8% no cálculo do imposto de renda e 12% no cálculo de contribuição social sobre a receita bruta, sobre as quais se aplicam as alíquotas reguladas de 15%, acrescida do adicional de 10%, para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social. Por esse motivo, não registraram imposto de renda e contribuição social diferidos sobre determinadas diferenças temporárias que não impactam a base de cálculo do lucro presumido. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende as parcelas correntes e diferidas. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. ***Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente*** O imposto corrente é o imposto a pagar calculado sobre a receita bruta tributável do exercício e sobre a receita brutal tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. É mensurado com base nas taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data do balanço. O imposto corrente antes a pagar são compostos somente se alguns critérios forem atendidos. **h. Aspectos ambientais A** Companhia realiza suas atividades agrícolas em suas propriedades, através de contrato de parceria agrícola com a coligada Usina Alto Alegre S.A. – Açúcar e Álcool. **i. Lucro básico e diluído por ação** O resultado por ação básico é calculado dividindo-se o resultado do exercício atribuível aos detentores de capital próprio da Companhia pelo número médio ponderado de ações em circulação durante o exercício. **6. Novas normas e interpretações ainda não efetivas** Não se espera que as seguintes novas normas e alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia. **a. Contratos Onerosos – custos para cumprir um contrato (alterações ao CPC 25/IAS 37)** As alterações especificam quais os custos que uma entidade inclui ao determinar o custo de cumprimento de um contrato com o objetivo de avaliar se o contrato é oneroso. As alterações aplicam-se a períodos anuais com início em 1º/01/2022 para contratos em aberto em 30/04/2021. **b. Ativo Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27).** Referência à Estrutura Conceitual (alterações ao CPC 15). Classificação de Passivo em Circulante ou Não Circulante (alterações ao CPC 26). • Contratos de Seguros (alterações ao CPC 11). **7. Aplicações financeiras** As aplicações financeiras são registradas sem qualquer carência, são mantidas em bancos de primeira linha e representadas substancialmente por CDBs indexados ao CDI, pós-fixados, remunerados as taxas médias de 98% (99% em 30/04/2020) da variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI. O saldo em 30 de abril de 2021 e de R$ 10.930 (R$ 16.011 em 30/04/2020). **8. Partes relacionadas a. Controladora** A controladora final da Companhia é a JLV Participações S.A.. **Saldos patrimoniais** Os valores registrados no contas a receber, refere-se a transações com a Usina Alto Alegre S.A. – Açucar e Álcool. No exercício findo em 30/04/2021 o montante a receber e de R$ 1.002 (R$ 23 em 30/04/2020), e tem seu vencimento durante o próximo exercício social. **Principais saldos e transações que afetam o resultado** As operações mantidas com partes relacionadas resumem-se a venda de cana-de-açúcar para a Usina Alto Alegre S.A. – Açucar e Álcool, que tem o mesmo controle acionário da companhia. No exercício findo em 30/04/2021, as referidas vendas foram de R$ 9.752 (R$ 4.494 em 2020), vide nota 12. **9. Propriedade para investimento**

Custo	Terras	Edifícios e dependências	Adiantamento a fornecedores	Total
Em 30 de abril de 2019 (Não auditado)	19.399	65	950	20.414
Aquisições	11.243	-	50	11.293
Transferências	950	-	(950)	-
Em 30 de abril de 2020	31.592	65	50	31.707
Aquisições	280	-	-	280
Transferências	50	-	(50)	-
Em 30 de abril de 2021	31.922	65	-	31.987

Depreciação	Terras	Edifícios e dependências	Adiantamento a fornecedores	Total
Em 30 de abril de 2019 (Não auditado)	-	-	-	-
Adições	-	(1)	-	(1)
Em 30 de abril de 2020	-	(1)	-	(1)
Adições	-	(2)	-	(2)
Em 30 de abril de 2021	-	(3)	-	(3)
Saldo líquido em 30 de abril de 2020	31.592	64	50	31.706
Saldo líquido em 30 de abril de 2021	31.922	62	-	31.984

Taxas médias anuais de depreciação 3,0%

As propriedades para investimento estão avaliadas ao custo histórico. Para fins de divulgação destas demonstrações financeiras, a Companhia avaliou essas propriedades ao seu valor justo, no montante de R$ 100.044 (R$ 54.244 em 2020). As avaliações foras realizadas, utilizando evidências de mercado relacionadas a preços de transações efetuadas com propriedades similares. A Companhia utilizou a hierarquia de nível 2 para determinar e divulgar o valor justo das propriedades para investimento. **10. Imposto de renda e contribuição social - Composição dos tributos diferidos**

	2021	Movimentação no resultado do exercício	2020	Movimentação nas contas patrimoniais	2019
Débitos tributários					auditado
Imposto de renda sobre:					
- Ajuste de avaliação patrimonial	1.743	1	1.742	(1)	1.743
Contribuição social sobre:					
- Ajuste de avaliação patrimonial	627	(1)	628	-	628
Total dos débitos tributários	2.370	(1)	2.370	(1)	2.371
Imposto de renda e contribuição social líquidos	2.370	(1)	2.370	(1)	2.371

Os tributos diferidos se referem a ajuste de avaliação patrimonial classificados no Patrimônio líquido (nota 11.c) como segue:

	2021	2020
Ajuste de avaliação patrimonial	6.843	6.843
(-) Imposto de renda e Contribuição social (34%)	(2.370)	(2.370)
Ajuste de avaliação patrimonial líquida (Patrimônio líquido)	4.473	4.473

a. Conciliação do imposto de renda e da contribuição social com o resultado da aplicação direta da alíquota dos respectivos tributos sobre o resultado societário

	2021	2020
Lucro consolidado antes dos tributos	3.034	2.438
Alíquota	25%	25%
	(759)	(273)
Ajuste diferença alíquota		
(lucro presumido)	631	211
Tributos no resultado do exercício	(128)	(62)
Efeito corrente	(128)	(62)
Efeito diferido	-	(1)

	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Lucro antes dos tributos	10.776	10.776	6.701	6.701
Alíquota	25%	9%	25%	9%
	(2.569)	(925)	(1.675)	(603)
Ajuste diferença alíquota (lucro presumido)	2.029	687	897	300
Tributos no resultado do exercício	(540)	(238)	(778)	(303)
Efeito corrente	(541)	(239)	(765)	(305)
Efeito diferido	1	1	7	2

11. Patrimônio líquido a. Capital social Em 30/04/2021 e 2020, o capital social está dividido em 2.412.816 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. **b. Reserva legal** Constituída à razão de 5% do lucro líquido do exercício, limitada a 20% do capital social **c. Ajuste de avaliação patrimonial** Refere-se à reavaliação próprio, líquida dos efeitos tributários, e é realizada com base nas depreciações, baixas ou alienações dos respectivos bens reavaliados e o montante apurado da realização é transferido para lucros retidos. Os valores estão demonstrados líquidos do efeito do imposto de renda e da contribuição social, conforme nota 10. **d. Dividendos** De acordo com o estatuto social, aos titulares das ações serão atribuídos dividendos de 25% do lucro líquido de cada exercício, após a apropriação da reserva legal, correspondentes a 5% do lucro líquido do exercício.

	2021	2020
Lucro líquido do exercício	2.844	2.032
Base para destinações	2.844	2.032
(-) Constituição da reserva legal	(142)	(102)
Base elegível de distribuição de dividendos	2.702	1.930
(-) Dividendos propostos		
(mínimo obrigatório de acordo com estatuto social)	676	482

e. Reservas de retenção de lucros Constituída com os lucros remanescentes, após as destinações legais e estatutárias, ficando a disposição da assembleia para futuras destinações. **12. Receita líquida de vendas** A receita líquida de vendas é demonstrada a seguir:

	2021	2020
Receita de Vendas	2.844	1.724
Receita de vender	2.844	1.724
Impostos	(57)	(35)
Receita líquida	2.787	1.689

13. Resultado financeiro

	2021	2020
Despesas financeiras:		
Despesas bancárias e outras despesas financeiras	(1)	(1)
Total das despesas financeiras	(1)	(1)
Receitas financeiras:		
Rendimentos sobre aplicações financeiras	325	812
Total das receitas financeiras	325	812
Total do resultado financeiro	324	811

14. Instrumentos Financeiros Considerações gerais: A Companhia opera com diversos instrumentos financeiros, como aplicações financeiras, contas a receber de clientes e contas a pagar à fornecedores. (a) Caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber de clientes e outros ativos circulantes: os valores contabilizados aproximam-se dos valores de realização. As aplicações financeiras são representadas substancialmente por CDBs indexados ao CDI, com altas liquidez, e são firmadas com instituições financeiras que atendem aos critérios de avaliação de riscos da Companhia. **15. Lucro básico e diluído por ação** A tabela a seguir reconcilia o lucro líquido e a média ponderada do valor de ação utilizados para o cálculo do lucro/prejuízo básico e do lucro diluído por ação:

	2021	2020
Lucro líquido do exercício	2.844	2.032
Número de ações durante o exercício (milhares)	1.801	1.801
Lucro por ação - básico e diluído - R$	1,58	1,13

Para os exercícios findos em 30/04/2021 e 2020, a Companhia não tinha potencial para a diluição das ações ordinárias e, consequentemente, o lucro por ação diluído é equivalente ao lucro por ação básico, conforme demonstrado anteriormente.

A Diretoria

Celso Luis Tadiotto - Contador - CRC 1SP181853/O-8

Aos Diretores da Alto Alegre Agro S.A. Presidente Prudente/SP **Opinião** Examinamos as demonstrações financeiras da Alto Alegre Agro S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de abril de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Alto Alegre Agro S.A. em 30 de abril de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor independente pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o uso de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. – Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. – Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. – Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Ribeirão Preto, 29 de julho de 2021

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP-027666/F
Giovani Ricardo Pigatto
Contador CRC 1SP263189/O-7

Lincoln Junqueira Agro S.A.

CNPJ: 32.787.360/0001-69

Relatório da Diretoria

Senhores Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V. Sas., as demonstrações financeiras relativas ao exercício encerrado em 30 de abril de 2021. Permanecemos à disposição dos Senhores Acionistas para quaisquer informações que fizerem necessárias relativamente às contas apresentadas.

Caiabú-SP, 29 de julho de 2021

A Diretoria.

Balanço patrimonial em 30 de abril (Em milhares de reais)

Ativo	Nota	2021	2020
Circulante			
Caixa e equivalente de caixa		11	59
Aplicações financeiras	7	30.930	56.011
Contas a receber de clientes	8	3.002	23
Impostos a recuperar		1	1
Total do ativo circulante		33.947	56.094
Não Circulante			
Propriedades para investimento	9	79.932	49.750
Total do ativo não circulante		79.932	49.750
Total do ativo		113.879	105.844

Passivo e Patrimônio Líquido	Nota	2021	2020
Circulante			
Fornecedores		-	298
Tributos a recolher		199	77
Dividendos propostos a pagar	11.d	2.256	1.335
Total do passivo circulante		2.455	1.660
Não Circulante			
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10	16.030	16.032
Total do passivo não circulante		16.030	16.032
Total do passivo		18.485	17.692
Patrimônio líquido	11		
Capital social		63.206	63.206
Ajuste de avaliação patrimonial		19.487	19.499
Reservas de lucro		12.701	5.447
Total do patrimônio líquido		95.394	88.152
Total do passivo e patrimônio líquido		113.879	105.844

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações do resultado - Exercícios findos em 30 de abril (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	2021	2020
Receita líquida das vendas	12	9.554	4.403
Custo dos produtos vendidos		-	-
Lucro bruto		**9.554**	**4.403**
Receitas (despesas) operacionais			
Gerais e administrativas		(349)	(297)
		(349)	(297)
Lucro operacional antes dos resultados financeiros		**9.205**	**4.106**
Despesas financeiras	13	(1)	(1)
Receitas financeiras	13	1.072	2.595
Resultado financeiro, líquido		**1.071**	**2.595**
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		**10.276**	**6.701**
Imposto de renda	10	(540)	(778)
Contribuição social	10	(238)	(303)
Lucro líquido do exercício		**9.498**	**5.620**
Lucro líquido básico e diluído por ação (expresso em R$ por ação)		**3,94**	**2,33**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações do resultado abrangente - Exercícios findos em 30 de abril (Em milhares de reais)

	2021	2020
Lucro líquido do exercício	9.498	5.620
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do exercício	9.498	5.620

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração das mutações do patrimônio líquido (Em milhares de reais)

	Capital social	Reservas de lucros: Reserva legal	Reservas de lucros: Lucros retidos	Lucros acumulados	Ajuste de avaliação patrimonial	Total
Em 30 de abril de 2019 (Não auditado)	**63.206**	**-**	**1.076**	**-**	**-**	**83.867**
Ajuste de custo atribuído	-	-	11	-	11	11
Lucro líquido do exercício	-	-	-	5.620	-	5.620
Constituição da reserva legal	-	-	281	(281)	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	(1.335)	-	(1.335)
Constituição de reserva de retenção de lucros	-	-	4.004	(4.004)	-	-
Em 30 de abril de 2020	**63.206**	**-**	**5.091**	**-**	**11**	**88.152**
Realização do custo atribuído	-	-	(12)	-	12	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	9.498	-	9.498
Constituição da reserva legal	-	-	475	(475)	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	(2.256)	-	(2.256)
Constituição de reserva de retenção de lucros	-	-	6.767	(6.767)	-	-
Em 30 de abril de 2021	**63.206**	**-**	**12.321**	**-**	**23**	**95.394**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações do fluxo de caixa - Exercícios findos em 30 de abril (Em milhares de reais)

	Nota	2021	2020
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido do exercício		9.498	5.620
Ajustes para reconciliar o lucro do exercício ao caixa gerado pelas atividades operacionais:			
Depreciação e amortização		28	28
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(1)	(9)
Variação nos ativos operacionais:			
Contas a receber de clientes	8	(2.979)	554
Impostos a recuperar		(3)	(1)
Variação nos passivos operacionais:			
Fornecedores		(298)	98
Tributos a recolher		150	1.093
		7.195	7.383
Pagamento de imposto de renda e contribuição social		(779)	(1.094)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		**6.416**	**6.292**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos			
Aplicações financeiras	7	25.081	(6.136)
Aplicação de recursos em propriedade para investimentos	9	(30.210)	(25)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		**(5.129)**	**(6.161)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos			
Dividendos pagos		(1.335)	(358)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos		**(1.335)**	**(358)**
Redução líquida em caixa e equivalentes de caixa		**(48)**	**(227)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		**59**	**286**
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		**11**	**59**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

1. Contexto operacional A Lincoln Junqueira Agro S.A. ("Companhia"), foi constituída em 22/10/2018, com sede em Caiabú, Estado de São Paulo, e tem como atividade preponderante a exploração agrícola de lavouras de cana de açúcar, mediante participação em contratos de parceria agrícola. **2. Base de preparação e declaração de conformidade (com relação às normas do CPC)** As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pelos administradores da Companhia em 29/07/2021. **3. Base de mensuração** As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir o custo atribuído de propriedades para investimento quando permitido pelas práticas contábeis e legislação brasileira. **4. Moeda funcional e moeda de apresentação** Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real ("R$"), que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **Uso de estimativas e julgamentos** Na preparação destas demonstrações financeiras, a administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. **(i) Contas a receber de clientes** O valor justo de contas a receber e outros recebíveis, que é determinado para fins de divulgação, é estimado como o valor presente de fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado aplicável na data de apresentação. **(ii) Propriedade para investimento** O valor justo das propriedades para investimento, para fins de divulgação, foi baseado no mercado e nas avaliações de propriedades de acordo com preços de mercado cotados na data de transição para atives semelhantes, quando disponíveis, e custo de reposição quando apropriado. **5. Principais políticas contábeis a. Capital social** As ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. A Companhia não possui ações preferenciais. Os dividendos mínimos obrigatórios, conforme definido em estatuto social, são reconhecidos como passivo. **b. Propriedade para

Ministro da Saúde confirma dose de reforço de vacina para idosos

O ministro da Saúde, Marcelo Queiroga, confirmou em entrevista coletiva na quarta-feira (25) a aplicação de uma dose de reforço da vacina contra a covid-19 para idosos acima de 70 anos. Outra medida aprovada pelo ministério e pelas secretarias estaduais e municipais de saúde é a antecipação da segunda dose em alguns casos.

A chamada "dose de reforço" será aplicada em quem tomou a segunda dose há cerca de seis meses. As pessoas começarão a receber a proteção adicional em setembro. Os integrantes da pasta não adiantaram a data. O intuito é fortalecer a imunidade dessas faixas etárias diante do crescimento da circulação da variante delta.

"Nos países onde a variante tem transmissão comunitária tem havido maior problemas nos idosos e naqueles que não foram ainda vacinados. Vacinando os idosos com este reforço teremos proteção adicional", disse na entrevista o ministro da Saúde.

As pessoas com dificuldades no sistema imunológico, denominadas "imunossuprimidas", também serão convocados para a dose de reforço. Neste caso, a diferença entre a última dose e a de reforço será de 28 dias. Estão neste grupo, por exemplo, pessoas com HIV e transplantados.

O presidente do Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (Conasems), Willames Freire, defendeu a medida. "Vamos trabalhar obedecendo a ciência e as orientações técnicas do PNI, Programa Nacional de Imunização. Se neste momento está orientando vacinar acima de 70 anos com a dose de reforço é porque as evidências nos indicam que este público está mais vulnerável", opinou.

O imunizante utilizado será o Pfizer. "Vamos fazer com vacina da Pfizer porque ela foi testada em regimes de intercambialidade ,uso de diferentes marcas em distintas doses, porque está aprovada na maioria das agências sanitárias do mundo e porque o ministério se programou para adquirir uma quantidade expressiva e tem chegado em tempo que nos dá segurança", justificou Queiroga.

Segundo o secretário executivo da pasta, Rodrigo Cruz, até o fim de agosto a previsão é de disponibilização de 80 milhões de doses. Cruz acrescentou que até o meio de setembro o Ministério da Saúde quer atingir a imunização de toda a população adulta com a primeira dose.

Antecipação

A Câmara Técnica do PNI também decidiu pela antecipação da segunda dose das vacinas da Oxford/AstraZeneca. Em vez de três meses, o intervalo entre as duas doses será de dois meses. Já a antecipação da Pfizer ainda está em estudo.

A medida foi adotada com o propósito de tentar alcançar a meta de aplicar a segunda dose em todos os brasileiros adultos até o fim de outubro. Até hoje, 35% das pessoas com mais de 18 anos completaram o ciclo vacinal no país. (Agencia Brasil)

Estado de SP registra aumento de roubos e furtos em julho

Dados da Secretaria da Segurança Pública de São Paulo (SSP), divulgados na quarta-feira (25), mostram que a quantidade de roubos no estado em julho chegou a 19.146 ocorrências, 10,3% a mais que o registrado no mesmo mês do ano passado (17.357). Furtos também tiveram alta, de 31.042 casos em julho de 2020 para 39.013 em julho de 2021, um crescimento de 25,6%.

Já os homicídios dolosos caíram 9,2% no mês passado, em comparação com o sétimo mês de 2020. O número passou de 217 casos para 197. A quantidade de vítimas desse crime também apresentou recuo, de 4,5%, no período – passou de 223 para 213.

Nos latrocínios, roubos seguidos de morte, tanto o número de ocorrências como o de vítimas tiveram redução. O primeiro passou de 14 casos para 9; e o segundo, de 15 para 10. Ambas as quantidades são as menores da série histórica, segundo a SSP.

A quantidade de estupros também apresentou diminuição, de 2,6%, em julho, em comparação a igual mês do ano passado. O número passou de 921 casos para 897. (Agencia Brasil)

Prefeitura do Rio suspende plano de reabertura por avanço da pandemia

A prefeitura do Rio de Janeiro decidiu suspender o plano de flexibilização das atividades, que começaria a vigorar em 2 de setembro. Os motivos alegados são o avanço da pandemia na cidade, principalmente com a variante Delta, e a irregularidade no fornecimento de vacinas por parte do Ministério da Saúde. O anúncio foi feito na quarta-feira (25), em nota divulgada pela Secretaria Municipal de Saúde (SMS).

"Desde o primeiro anúncio sobre o plano de reabertura da cidade, no início de agosto, foi frisado que essas medidas estavam condicionadas a um cenário epidemiológico favorável, com continuidade da regressão do mapa de risco da cidade para alertas moderado e baixo; e da regularidade de entrega de vacinas pelo Ministério da Saúde. Em não se confirmando essas condições, o planejamento poderia ser revisto", explicou a SMS.

Com isso, o plano de flexibilização anunciado pelo prefeito Eduardo Paes, em julho, prevendo a reabertura quase total da cidade para eventos com público, ficará adiado. Paes chegou a batizar o dia 2 de setembro como o Dia do Reencontro, quando as restrições cairiam para diversas atividades, o que acabou não ocorrendo.

"Diante do recente aumento do número de casos da doença devido à circulação da variante Delta, retorno de todo mapa de risco para alerta moderado e da recomendação do Comitê Especial de Enfrentamento da Covid-19 (CEEC), o plano de reabertura foi adiado", disse a secretaria. (Agencia Brasil)

Mortes mantêm queda, mas Delta requer cautela, segundo Fiocruz

Dados divulgados na quarta-feira (25) no Boletim do Observatório Covid-19, da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), informam que o cenário de queda de hospitalizações e óbitos se mantém na pandemia, mas indicam que a variante Delta do SARS-CoV-2 deve ser acompanhada com atenção. Para os pesquisadores da Fiocruz, o progresso na vacinação tem sido lento, com média de cerca de 1 milhão de doses por dia, enquanto a capacidade de distribuição e aplicação de doses do Sistema Único de Saúde (SUS) é de 2 milhões.

"Embora as vacinas venham claramente contribuindo para a redução de casos graves, internações e óbitos no país como um todo, o surgimento e crescimento da presença de novas variantes de preocupação, como a Delta, deve manter em alerta os serviços de vigilância em saúde, com amplo uso de testes, detecção de casos, isolamento e quarentena", diz o boletim, que reforça a necessidade de continuar com medidas como uso de máscara e distanciamento físico mesmo entre vacinados e especialmente no contato com pessoas com maior risco de agravamento da doença.

Segundo o levantamento divulgado nesta quarta-feira, a incidência diária de novas mortes por covid-19 no país teve queda de 1,5% ao dia na última semana e chegou a 770 vítimas diárias, o menor patamar desde o início de 2021.

Já a tendência de casos confirmados da doença por dia subiu, após quatro semanas seguidas com redução média de 1% ao dia. Nos últimos sete dias, houve aumento diário de 0,6% no registro de novos casos confirmados, que oscilam no patamar de 30 mil novos diagnósticos por dia, o que os pesquisadores consideram preocupante.

"A oscilação no número de casos diários reflete, em certa medida, um ambiente que tem sido propício para a transmissão da doença, na retomada de muitas atividades, envolvendo a circulação de pessoas, o uso de transporte público, o trabalho e o lazer" afirmam os pesquisadores. "A circulação de novas variantes do vírus tem causado infecções, mas não necessariamente um aumento no número de casos graves na mesma proporção, devido à proteção já adquirida pelos diferentes grupos populacionais vacinados".

Os pesquisadores também veem um cenário positivo na ocupação dos leitos de terapia intensiva (UTI) destinados a pacientes com covid-19 no SUS. Somente Roraima está na zona de alerta crítico para esse indicador, com 84% dos leitos ocupados, enquanto Distrito Federal (63%), Goiás (64%), Paraná (60%) e Rio de Janeiro (69%) estão na zona de alerta intermediário.

As demais unidades federativas apresentam menos de 50% dos leitos de UTI para covid-19 do SUS ocupados, o que as deixa fora da zona de alerta. O boletim destaca que isso ocorre em um momento em que 14 estados vêm reduzindo, de forma lenta, a quantidade de leitos de UTI para covid-19.

Entre as capitais, Boa Vista (84%) e Rio de Janeiro (96%) estão na zona de alerta crítico, enquanto em Belo Horizonte (64%), Curitiba (72%), Goiânia (73%) e Brasília (63%) o alerta é intermediário. As outras 20 capitais estão fora da zona de alerta.

O boletim da Fiocruz pede cautela diante da Delta e ressalta que a variante pode estar associada ao aumento da demanda por hospitalizações no estado do Rio de Janeiro.

"É fundamental acompanhar a tendência nas próximas semanas, pois a variante Delta, que já apresenta elevada prevalência no Rio de Janeiro, pode alterar a situação. Soma-se a isso, o fato de o estado, especialmente a capital, ter uma população idosa expressiva, para a qual o benefício inicial da vacinação, ocorrida ainda entre os meses de janeiro e fevereiro, pode vir se reduzindo, em razão das características imunológicas desse grupo". (Agencia Brasil)

BRASILIANA

MAURICIO PICAZO GALHARDO

Então olhei para o campo e ví o Brasil ...
- Quero saber apresenta:

"... o turismo rural é uma modalidade do turismo que tem, por objetivo, permitir, a todos, um contato mais direto e genuíno com a natureza, a agricultura e as tradições locais, através da hospedagem domiciliar em ambiente rural e familiar. Com crescimento de aproximadamente 30% ao ano, o turismo rural é uma das atividades econômicas que mais se desenvolve no País. No ranking mundial, o Brasil ocupa a quarta posição no segmento, perdendo apenas para Espanha, Portugal e Argentina. Segundo a Organização Mundial do Turismo, o crescimento internacional do setor é de 6% ao ano e pelo menos 3% dos turistas do mundo direcionam suas viagens para destinos rurais. São Paulo é o maior destino de turismo rural no Brasil, com 122 municípios que possuem produtos rurais em crescimento extraordinário nos últimos anos..."

*** Turismo rural por que é preciso descansar?**
*** A zona rural é tranquila?**
*** Fazer turismo no campo é legal?**

Fotos: Divulgação/ Agroturismo

Turismo *rural contato com a natureza faz bem*

Com a pandemía o setor de turismo perdeu muito. Uma boa opção para o setor é o turismo na zona rural. O campo é um descanso por si só. Precisamos descansar, estamos todos estressados devido à mudança de hábitos e isolamento social causado pela crise sanitária pandêmica que estamos vivendo. As vezes em casa não descansamos, mas, quando vamos à 'outro lugar' isso por si só muda a rotina é um descanso. Segundo documento do Ministério do Turismo do Brasil, "Diretrizes para o Desenvolvimento do Turismo Rural", a conceituação de Turismo Rural fundamenta-se em aspectos que se referem ao turismo, ao território, à base econômica, aos recursos naturais e culturais e à sociedade. No Brasil, são muito procurados o turismo rural em fazendas centenárias de Minas Gerais e do Rio de Janeiro, como também passeios equestres no Pantanal Matogrossense e trilhas em fazendas históricas do interior paulista. Turismo rural faz bem.

- Por hoje é isso. Boa semana, forte abraço e até a próxima com uma palavra Brasiliana.

Dólar cai para R$ 5,21 e fecha no menor valor em duas semanas

Em mais um dia de alívio no mercado doméstico e externo, o dólar aproximou-se de R$ 5,20 caiu para o menor valor em duas semanas. A bolsa de valores teve o segundo dia consecutivo de ganhos, recuperando-se parcialmente das perdas dos últimos dias.

O dólar comercial encerrou a quarta-feira (25) vendido a R$ 5,211, com recuo de R$ 0,051 (-0,97%). A cotação chegou a subir para R$ 5,27 durante a manhã, mas despencou a partir da tarde, até fechar próxima da mínima do dia.

Esta foi a quarta queda seguida da moeda norte-americana, que caiu para o menor nível desde o último dia 10. Com o desempenho de quarta-feira, a divisa quase reverteu a alta em agosto e passou a acumular valorização de apenas 0,03% neste mês.

O dia também foi marcado pelo alívio no mercado de ações. O índice Ibovespa, da B3, fechou aos 120.818 pontos, com ganho de 0,5%. Apesar da alta de 2,34% na semana, o indicador acumula perdas em agosto, registrando queda de 0,81% no mês.

Tanto o ambiente doméstico como o externo ajudaram as negociações. No exterior, a valorização das commodities (bens primários com cotação internacional) animou os mercados. Além disso, aumentaram as expectativas de que o Federal Reserve (Fed, Banco Central norte-americano) não terá espaço para aumentar os juros dos Estados Unidos tão cedo.

Na sexta-feira (27), o presidente do Fed, Jerome Powell, discursará na reunião de presidentes de Bancos Centrais, em Jackson Hole, devendo indicar que o órgão terá uma abordagem suave na retirada dos estímulos concedidos durante a pandemia de covid-19. Juros baixos em países avançados beneficiam países emergentes, como o Brasil.

No Brasil, o mercado ainda está repercutindo as declarações do presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (Progressistas-AL). Na terça-feira (24), Lira afirmou que o Congresso Nacional não está disposto a comprometer a responsabilidade fiscal e disse que qualquer solução respeitará o teto de gastos.

Paralelamente, o mercado reagiu à arrecadação recorde observada em julho, alinhada à recuperação da economia brasileira em 2021. A prévia da inflação oficial em agosto, que bateu o recorde para o mês desde 2002, aumentou a expectativa de que o Banco Central pode aumentar o aperto monetário no fim de setembro, o que estimularia a entrada de dólares no país. (Agencia Brasil)

Legislativo deve regular regras de governança, diz relator de reforma

O relator da reforma administrativa, deputado Arthur Oliveira Maia (DEM-BA), anunciou na quarta-feira (25) que vai propor que o Poder Legislativo tenha a iniciativa de regulamentar as regras de governança e de avaliação do serviço público.

"Não podemos ficar esperando 23 anos mais para o Poder Executivo enviar uma proposta, como não enviou o projeto de lei de avaliação de desempenho", comentou. "É fundamental que haja métricas dos setores que possam ser avaliados. Com exceção da educação, que tem notas para os alunos, não vejo ainda outras métricas que possam ser aplicadas para avaliação e busca de melhoria permanente."

Arthur Oliveira Maia sugeriu que o anteprojeto de lei para governança e avaliação de desempenho seja elaborado por uma comissão preliminar. Já o presidente da Comissão Especial da Reforma Administrativa, deputado Fernando Monteiro (PP-PE), propôs a criação de uma comissão permanente para discutir a reforma do Estado brasileiro.

A proposta de criação de uma comissão permanente foi apoiada por deputados contrários à reforma administrativa, entre eles Professor Israel Batista (PV-DF) e Rogério Correia (PT-MG).

Princípio da governança

Em audiência pública realizada na quarta-feira, o ministro do Tribunal de Contas da União (TCU) Augusto Nardes defendeu que a Comissão Especial da Reforma Administrativa restabeleça a boa governança como princípio da administração pública. Ao votar a admissibilidade da Proposta de Emenda à Constituição 32/20, a Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania suprimiu esse princípio do texto da proposta.

Augusto Nardes destacou a importância da governança, com ferramentas de avaliação e monitoramento, para melhorar a entrega de resultados pelo Estado e evitar problemas como as 14 mil obras inacabadas.

"Sem governança não adianta fazer reforma administrativa. Continuaremos a ter perdas como as obras inacabadas", alertou. "Não adianta acharmos que vamos fazer as coisas na base da improvisação. Sem boa governança, há o risco de que a reforma administrativa possa ser um grande fracasso. Já temos problemas de credibilidade na estrutura do estado e a sociedade quer resultados."

O ministro do TCU informou que apenas 14% dos municípios utilizam ferramentas de governança. Augusto Nardes também diz acreditar que a avaliação e o monitoramento de ações podem evitar conflitos de agentes que contratam e executam serviços e obras por interesse próprio.

Para o deputado Professor Israel Batista, a boa governança não deveria ser um princípio da administração pública.

"Qualquer juiz vai fazer interpretações sobre esse assunto e vamos ter ampla possibilidade de perseguições jurídicas aos gestores. Combatemos o acréscimo desses princípios à PEC 32. Conseguimos retirá-los ainda na CCJ porque fariam uma confusão jurídica em que gestores e gestoras não iriam assinar nada neste país", afirmou.

Israel Batista observou que os piores índices de governança estão nos municípios com o menor percentual de servidores concursados e estáveis. "Onde você tem servidor estável concursado, você tem índice geral de governança bom", comparou.

Impacto financeiro

A projeção apresentada pelo Ministério da Economia é que as mudanças vão gerar economia que varia de R$ 300 bilhões a R$ 816 bilhões no longo prazo. (Agencia Brasil)